CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA EM UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES QUE ATUA COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO SUL DO BRASIL: O CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES ECOLÓGICOS DO VALE DO CAÍ - ECOCITRUS

Elisandra Marluce de Brito Farias

Lajeado, março de 2011

Elisandra Marluce de Brito Farias

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA EM UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES QUE ATUA COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO SUL DO BRASIL: O CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES ECOLÓGICOS DO VALE DO CAÍ - ECOCITRUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Schultz

Coorientadora: Profa. Dra. Claudete Rempel

Lajeado, março de 2011

Elisandra Marluce de Brito Farias

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA EM UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES QUE ATUA COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO SUL DO BRASIL: O CASO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES ECOLÓGICOS DO VALE DO CAÍ - ECOCITRUS

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

_____
Prof. Dr. Glauco Schultz
(Orientador)

_____
Profª. Drª. Claudete Rempel
(Coorientadora)

_____
Prof. Dr. . Luís Fernando da Silva Laroque

_____
Prof. Drª. Júlia Elisabete Barden

Lajeado, 25 de março de 2011.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para meus pais,
Edegar e Marlene,
e meus irmãos Thiago e Alessandra.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos: em especial, ao ***professor Glauco Schultz***, orientador deste trabalho, pela disponibilidade e inúmeras contribuições, pela dedicação, determinação e sabedoria que compartilhou, pelos momentos de fragilidade e de alegria.

À ***professora Claudete Rempel,*** pelo acolhimento e contribuições à minha proposta de trabalho.

Aos meus pais, ***Edegar*** e ***Marlene*** por terem me propiciado a oportunidade de estudo, por tudo que me ensinaram, pelo amor incondicional e por terem acreditado na minha capacidade e me fazerem acreditar que os desafios podem ser superados.

Aos meus irmãos, ***Thiago*** e ***Alessandra,*** pelo apoio, amor, tolerância e compreensão incondicional demonstrados ao longo de todo este estudo.

Ao meu noivo, ***Cleberson,*** pelo carinho, confiança, incentivo, apoio nos períodos difíceis e compreensão nos momentos de ausência.

Ao ***bolsista Felipe,*** do Projeto de Pesquisa Cadeias Produtivas de Alimentos Orgânicos e Desenvolvimento Sustentável na Região do Vale do Taquari, pela disponibilidade e colaboração neste estudo.

Aos ***entrevistados e à ECOCITRUS,*** pelo interesse em participar da pesquisa, e por possibilitarem a realização da mesma.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Sou uma filha da natureza:
quero pegar, sentir, tocar, ser.
E tudo isso já faz parte de um todo,
de um mistério.
Sou uma só... Sou um ser.
E deixo que você seja. Isso lhe assusta?
Creio que sim. Mas vale a pena".

Clarice Lispector

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar a sustentabilidade de uma organização de agricultores que atua com produção orgânica por meio de questões relacionadas ao mercado, à gestão organizacional da cooperativa e a organização da produção, o caso da cooperativa de agricultores ecológicos do Vale do Caí – Ecocitrus. O entendimento das relações de mercado instituídas pelas organizações de agricultores tem um papel fundamental na promoção da sustentabilidade junto a sistemas de produção. Assim, identificar a percepção e significados atribuídos pelas organizações de agricultores poderá contribuir no conhecimento sobre sustentabilidade, descobrir como os agricultores relacionam-se e por sua vez como adotam as suas práticas, manejo de produção, planejamentos organizacionais e tomadas de decisão. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo descrever as relações estabelecidas pelas organizações de agricultores com o mercado, caracterizar as relações dos agricultores com as organizações e analisar a sustentabilidade das propriedades que atuam com a produção orgânica. Esse trabalho é um estudo de caso exploratório, de viés qualitativo, com a utilização de entrevistas em profundidade e semiestruturadas e busca interpretar como os produtores de orgânicos compreendem a sustentabilidade de uma forma global, bem como são vivenciadas as suas práticas e relações. A amostra da pesquisa foi por conveniência, e os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo. Como resultado, verificou-se que a cooperativa Ecocitrus é uma organização de agricultores que atua com produção orgânica que apresenta as características necessárias para a sustentabilidade das suas atividades. Essa constatação decorre, fundamentalmente, da análise das características estabelecidas pela cooperativa com o mercado, das relações com os seus sócios e das formas de organização da produção.

Palavras-chave: Sustentabilidade e Organização. Relações com o Mercado na Agricultura Orgânica. Sistema Orgânico de Produção. Agroecologia. Desenvolvimento Sustentável.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ABSTRACT

Search for a comprehension of the market relations imposed by farmers' organizations have a key role in promoting sustainability at the production systems. Thus, identifying the perceptions and meanings by farmers' organizations can contribute to knowledge on sustainability, discovering how farmers relate to each other on the other hand know how they adopt their practices, their production management, planning and decision taking. In this context, the present study aimed to describe the relationships between farmers' organizations with the market, characterizing the relations of farmers' with the organizations and to analyze the sustainability of the properties that work with organic production. All of them indispensable to the exposed thematic to reach the objectives established for this study. This work is an exploratory case study of qualitative bias with use of semi-structured interviews, trying to interpret how the organic producers understand sustainability in a comprehensive manner as well as they experience their practices and relationships. The survey sample was by convenience and the data were treated by means of content analysis. As a result it was found that the ecocitrus cooperative is a farmes organization that deals with organic production whose characteristics are necessary for the sustainability of their activities. This finding is primarily a result of the analysis of the characteristics established by the cooperative with the market, relationships with their partners, and ways of organizing production.

Keywords: Sustainability and organizations. Market Relations in Organic Agriculture. Organic Production System. Agroecology. Sustainable Development.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul destacando a Região Vale do Caí.....21
Figura 2 – Organograma da Cooperativa Ecocitrus 84

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estágio do aprendizado organizacional.....36
Quadro 2 – Posicionamento das diferentes áreas em uma organização quanto às ações socioambientais 38
Quadro 3 – Gestão ambiental na empresa: características e abordagens.....44
Quadro 4 – Melhoria ambiental e benefícios na produtividade dos recursos.....46
Quadro 5 – Dimensões da sustentabilidade a partir da agroecologia.....58
Quadro 6 – Demonstrativo do perfil dos entrevistados.....73
Quadro 7 – Índices econômicos para a avaliação dos atributos da sustentabilidade em sistemas orgânicos de produção agropecuária 75

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Volume de produção e comercialização da Cooperativa Ecocitrus.....116

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA – Centrais de Abastecimento
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento do Estado
DS – Desenvolvimento Sustentável
ECOCITRUS – Cooperativa de Citricultores Ecológicos do Vale do Caí
ECOMORANGO– Cooperativa de Produtores de Morango Ecológico de Bom Princípio
ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia
EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FATES – Fundo de Reserva e Assistência Técnica, Educacional e Social
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FLO – Fairtrade Labelling Organizations International
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTZ – Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
HARMONICITRUS – Associação de Citricultores de Harmonia
IBD – Instituto Biodinâmico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

MAELA – Movimento Agroecológico Latino-Americano

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade

OCERGS – Sindicato e Organizações de Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

OCS – Organização de Controle Social

OPAC – Organismo Participativo de Garantia Orgânica

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNB – Produto Nacional Bruto

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORENDA – Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda

SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SPG – Sistema Participativo de Garantia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....15

2 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DA PESQUISA.....20
2.1 A Região Vale do Caí.....20

3 REFERENCIAL TEÓRICO.....24

3.1 Desenvolvimento Sustentável na Agricultura: implicações teóricas e práticas...24
3.1.1 Desenvolvimento Rural Sustentável.....30
3.2 Organizações e Sustentabilidade: entre o mercado e o meio ambiente.....34
3.2.1 O Mercado e a Economia Solidária.....49
3.3 Agroecologia e Agricultura Orgânica: a sustentabilidade na produção e os mercados.....55
3.3.1 Agricultura Orgânica.....63

4 MÉTODO.....70
4.1 Tipo de Pesquisa.....70
4.2 Unidade de Análise ou População.....72
4.3 Plano de Coleta de Dados.....74
4.4 Tratamento dos Dados.....76

5 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA COOPERATIVA ECOCITRUS POR MEIO DE QUESTÕES RELACIONADAS AO MERCADO, À GESTÃO ORGANIZACIONAL E À ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....79
5.1 As relações dos agricultores com a cooperativa Ecocitrus.....80
5.2 A relação estabelecida pela organização de agricultores com o mercado.....103

6 A SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES RURAIS DOS SÓCIOS PRODUTORES DA COOPERATIVA ECOCITRUS......134
6.1 Adoção do sistema orgânico.....141
6.2 Diversificação econômica.....145
6.3 Autonomia tecnológica e produtiva.....150

7 CONCLUSÃO.....154

REFERÊNCIAS.....160

ANEXOS.....170

APÊNDICES.....171

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento da humanidade no campo tecnológico e científico transformou a sociedade, gerando consequências significativas nos modos de vida dos indivíduos, causando alterações nas concepções que caracterizam a sociedade contemporânea e que exigem a mudança de paradigmas científicos para a produção de uma nova visão da realidade**.**

Novos modos e manejo da produção que interferem diretamente no ambiente[1] e nas formas de gestão organizacional contemplam estratégias de legitimidade e credibilidade no mercado, oportunizam mudar valores, adquirir novos conhecimentos que possam transformar a mentalidade dos indivíduos, no caso deste trabalho, os agricultores e suas famílias.

Compreender a realidade das pressões sociais tais como o consumo consciente, o conceito de cidadania, a geração de emprego, a preservação da natureza, torna-se fundamental para as mudanças de concepções. Dessa forma, organizações e governo devem descobrir formas de alcançar o desenvolvimento sustentável, que, segundo o Relatório de Brundtland, é entendido como aquele que atende às necessidades do presente sem o comprometimento das possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, satisfazendo-as e

[1] Entende-se ambiente como o ecossistema planetário que toda atividade humana pode degradar ou melhorar (BACKER, 2002, p. 10)

exigindo da sociedade comprometimento com o equilíbrio do ecossistema, estabilização social e a funcionabilidade da gestão socioambiental.

Entende-se que a agricultura orgânica aproxima-se deste conceito de desenvolvimento sustentável por estar dentro de uma lógica de práticas menos agressivas ao meio ambiente, por promover a inclusão social, por proporcionar melhores condições e qualidade de vida aos agricultores e ser determinante para uma sociedade sustentável.

Dessa forma, de acordo com a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 no seu art. 2º, considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local e, parágrafo único, toda pessoa física ou jurídica responsável pela geração de produto definido no *caput* deste artigo é considerada como produtor para efeito da lei (BRASIL, 2003b).

A agricultura orgânica, por ser um sistema de manejo sustentável, que contempla a multidimensionalidade, técnicas socioculturais, ambientais e econômicas, vem sendo uma alternativa de produção sustentável, oportunizando a busca pela transformação dos modos de produção, devendo ser percebida não somente como mantenedor do ecossistema, mas também pelas relações estabelecidas com o mercado, pela forma de organização dos agricultores e da produção.

As relações estabelecidas entre a produção e o mercado servem de objeto de análise e referência sobre a própria definição de agricultura orgânica, devido ao crescimento significativo dos mercados internos e externos para os produtos orgânicos, tornando-se um novo desafio para a consolidação do movimento orgânico (SCHULTZ, 2006).

Considera-se como fundamental o desenvolvimento de ações e táticas que fortaleçam as possibilidades de soluções sustentáveis. A necessidade de estratégias de desenvolvimento e disposição de estilos de agriculturas sustentáveis impulsionam uma mudança substancial no meio rural e na agricultura.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a sustentabilidade econômica da Cooperativa Ecocitrus, uma organização de agricultores que atua com produção orgânica por meio de questões relacionadas ao mercado, à gestão organizacional e à organização da produção. Diante desse contexto, o presente trabalho apresenta a seguinte pergunta**:** qual a sustentabilidade econômica da Cooperativa Ecocitrus, uma organização de agricultores que atua com produção orgânica?

São seus objetivos específicos: identificar e caracterizar as principais teorias que tratam sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, agroecologia e agricultura orgânica; descrever as relações estabelecidas pelas organizações de agricultores com o mercado; caracterizar as relações dos agricultores com as organizações; analisar a sustentabilidade das propriedades que atuam com a produção orgânica utilizando como ferramenta de análise indicadores focados na produtividade, estabilidade e resiliência, sendo empregadas categorias e variáveis dentro da dimensão econômica.

Para tanto, a organização escolhida para a realização desta pesquisa é a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – Ecocitrus, localizada no município de Montenegro, no Estado do Rio Grande do Sul. A escolha da cooperativa para a realização deste estudo deve-se ao fato de ela ser uma organização de agricultores que atua com a agroecologia e a produção orgânica, apresentar diferentes relações com o mercado e também as relações se instituírem no âmbito de sua cadeia produtiva.

A cooperativa, segundo seu estatuto, está fundamentada nos pressupostos agroecológicos e nos princípios do cooperativismo, sendo perceptível nos discursos dos sócios produtores o seu engajamento, sua motivação para a disseminação da agricultura orgânica, os sistemas agroflorestal e biodinâmico.

Assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de pesquisar a agricultura orgânica, tema que desperta interesse no meio econômico e empresarial, e ganha importância por aproximar-se da lógica de uma agricultura sustentável e por ser considerada uma estratégia para os agricultores no alcance da sustentabilidade de suas propriedades. Além disso, propor estudos sobre a agricultura de base

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ecológica, que apresenta práticas menos agressivas ao meio ambiente, também oportuniza estudar estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável.

Compreender a diversificação, a integração do sistema de produção e a adoção de práticas de manejo proporciona melhores condições de controle de pragas, doenças e conservação dos recursos naturais, devido, principalmente, aos volumes comercializados e às relações estabelecidas com o mercado local.

As organizações têm um papel fundamental na promoção da sustentabilidade junto a sistemas de produção, passando pelas relações estabelecidas com o mercado. No ambiente organizacional, os agricultores podem expressar essas práticas, nas quais os agricultores decidem, adotam formas de gestão, são influenciados, estabelecem suas normas, modos de produção e forma de fazer a agricultura.

Outra questão relevante para o estudo é verificar as relações estabelecidas quanto à cooperação, competitividade, estratégias pertinentes às mudanças nos padrões de consumo e da conscientização ecológica dos agricultores, sendo subsídio para tomarem decisões quanto às suas práticas, como também para técnicos e gestores públicos promoverem políticas públicas.

Esta pesquisa possui relevância acadêmica por contribuir para a construção científica sobre a temática que busca o entendimento entre as relações com o mercado, organizações e modo de produção na agricultura, servindo de base para futuras pesquisas como suporte teórico, bem como por contribuir para compreender a sustentabilidade das propriedades rurais a partir da dimensão econômica.

Para o desenvolvimento deste tema, discorre-se, no capítulo 2, sobre o contexto socioambiental da pesquisa. O capítulo 3 sobre os precedentes teóricos que delimitam a pesquisa, tornando-se importante contextualizar desenvolvimento sustentável na agricultura: implicações teóricas e práticas, resgatando conceitos e debates existentes. Explana-se ainda, sobre as organizações e a sustentabilidade: entre o mercado e o meio ambiente, e sobre agroecologia e agricultura orgânica: a sustentabilidade na produção e nos mercados, por ser um paradigma científico que vem sendo discutido e ganhando importância e por ser fundamentado num sistema de manejo sustentável, encerrando com a agricultura orgânica.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O capítulo 4 apresenta os procedimentos de realização da pesquisa: trata-se de um estudo de caso de viés qualitativo, com a utilização de entrevistas em profundidade, em que se buscou interpretar como a cooperativa e os produtores de orgânicos compreendem as relações estabelecidas com o mercado, a gestão organizacional e a organização de produção de uma forma global, bem como a vivencia de suas práticas e relações.

No capítulo 5 e 6 são apresentados os resultados e as discussões das informações obtidas por meio dos discursos do presidente, gestores e agricultores sobre o mercado, gestão e produção.

Por fim, no capítulo 7, apresenta-se as conclusões a partir das interpretações realizadas com a pesquisa de campo, além das limitações do estudo e sugestões de continuidade de trabalhos com a temática exposta.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

2 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DA PESQUISA

2.1 A Região do Vale do Caí

A região do Vale do Caí (FIGURA 1) está localizado nas proximidades da região metropolitana de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, e situado na região Nordeste. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2010) essa região ocupa uma área de 1.854,0 km², sua densidade demográfica é de 88,8 hab/km², possui uma população total de 164.754 habitantes e cerca de 30 % da população está concentrada no meio rural e representa um dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, sendo composta por 19 municípios[2].

Conforme dados da Secretaria do Estado do Turismo do Rio Grande do Sul (SETUR, 2010), até meados do Século XVIII a região era de matas e ocupada pelos Índios Guaranis às margens do Rio Caí. Sua ocupação iniciou-se com os açorianos, nos municípios de Capela de Santana, Montenegro e São Sebastião do Caí. A partir

[2] Municípios que fazem parte do COREDE Vale do Caí: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Entrevistado F da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

de 1824, chegaram os alemães, em São José do Hortêncio e prosseguiram em direção ao Vale do Caí, ao norte.

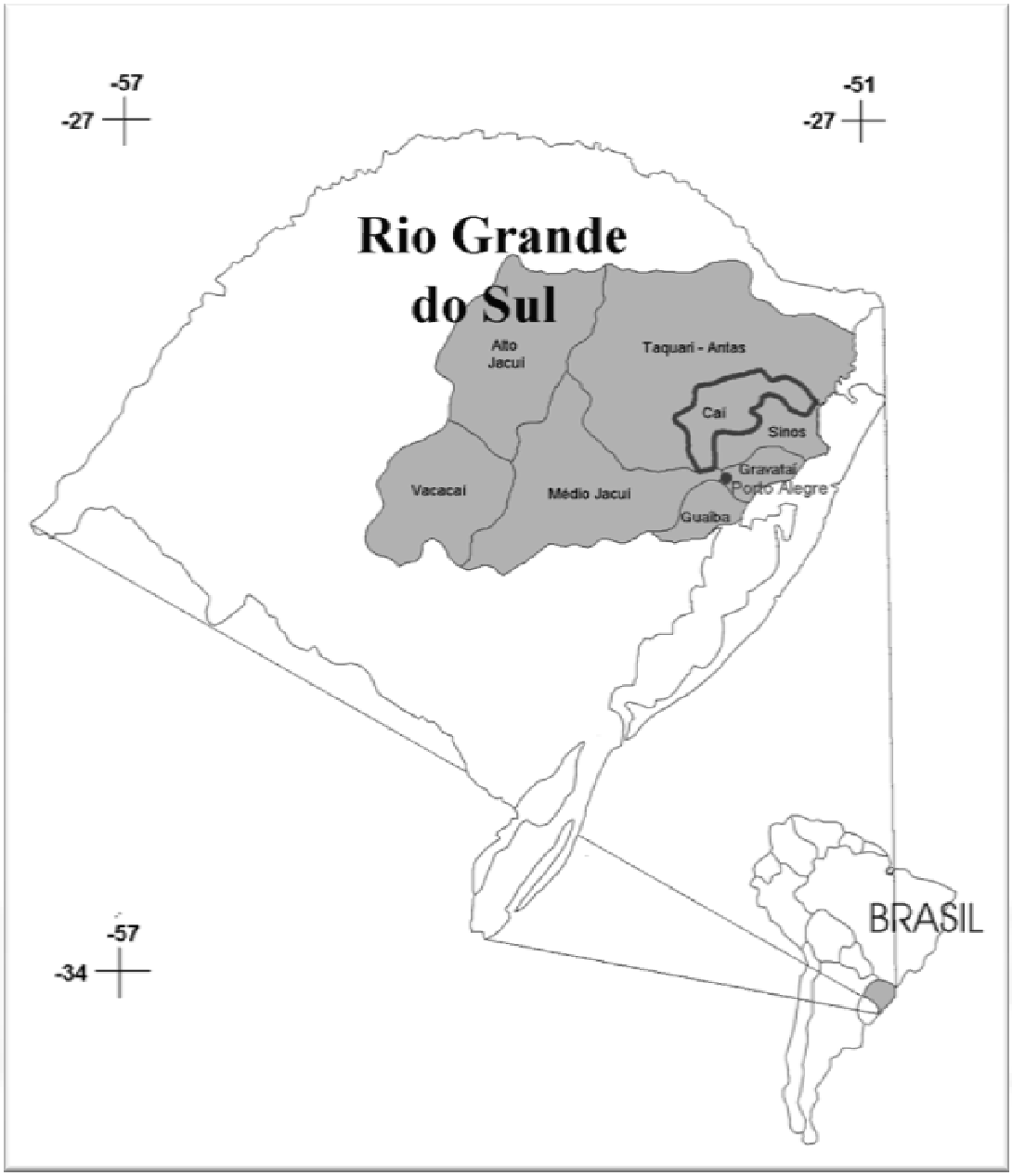

FIGURA 1 – Mapa do Estado do Rio Grande do sul destacando a Região Vale do Caí.

Fonte: Elaborado pela ECOCITRUS (2010)

Segundo a Secretaria do Estado do Turismo do Rio Grande do Sul (SETUR, 2010) em meados do século XIX, o Vale já formava uma comunidade promissora assentada sobre uma economia agroindustrial florescente. A partir de 1875, os italianos desembarcaram no antigo Porto Guimarães, no Rio Caí, cidade do Caí, fixando-se inicialmente em Farroupilha, Garibaldi e Caxias do Sul. Parte do fluxo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

italiano deteve-se no norte do Vale, na região dos atuais municípios de Barão, Salvador do Sul, São Vendelino, Alto Feliz e Vale Real. À medida que outras etnias foram se estabelecendo e a ocupação das terras avançando as cidades começaram a surgir em direção à Escarpa da Serra Geral, em uma área que as matas ainda se encontram mais preservadas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) as atividades agropecuárias de maior representatividade para a região são a avicultura, a suinocultura, a silvicultura e a citricultura. É a região brasileira com maior grau de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, conforme Souza (2009, p.24), “há uma considerável participação das propriedades rurais em integração com as indústrias, principalmente com atividades de avicultura, suinocultura, produção leiteira e citricultura”.

A Ecocitrus, segundo Bertazzo (2009), visa à diversificação das propriedades para, assim, deixar a monocultura de frutas cítricas, sendo este um dos pilares da discussão acerca da necessidade de expansão da cooperativa e do número de associados trazendo para a cooperativa agricultores que não sejam monocultores e tenham seus pomares consorciados com outras espécies frutíferas em sistemas biodinâmicos ou agroflorestais.

Dessa forma, devido à importância econômica da citricultura para a região e a cooperativa ser uma organização que visa à coordenação de toda a cadeia produtiva de citros e, principalmente, pelo empreendimento dos agricultores na produção orgânica, no sistema de agrofloresta e biodinâmico, além de ter como missão a promoção da qualidade de vida e a sustentabilidade de forma participativa por meio de princípios como a cooperação, solidariedade, responsabilidade sócio-ambiental e uma gestão transparente, ela tornou-se objeto desta pesquisa, que vem ao encontro dos pressupostos do mestrado em ambiente e desenvolvimento, focando também o desenvolvimento regional.

Para tanto, foram analisadas 06 propriedades as quais foram escolhidas através de critérios como diversidade de organização, manejo das propriedades, tipos de produtos e de atividades desenvolvidas, sendo cultivo de citrus e hortaliças, citrus e atividade como turismo rural, citrus e utilização do sistema agrofloresta,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

citrus e agricultura biodinâmica e somente produção de citrus, além das entrevistas com gestores (presidente, tesoureiro, gerente de equipe de trabalho e representante do conselho fiscal e administrativo da cooperativa).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresenta-se um aporte de referenciais teóricos que relacionam conhecimentos tais como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural sustentável, responsabilidade socioambiental das organizações, mercado e economia solidária, comércio justo, agroecologia, agricultura orgânica e agroecossistemas, indispensáveis ao desenvolvimento da temática exposta e ao alcance dos objetivos estabelecidos para este estudo.

3.1 Desenvolvimento Sustentável na Agricultura: implicações teóricas e práticas.

O crescimento econômico, o surgimento de novas tecnologias e sistemas de produção mais avançados, apesar de trazerem melhorias à população, desencadearam desequilíbrios ambientais. Assim, a busca pelo desenvolvimento sem degradar o meio ambiente, proporcionando melhor qualidade de vida e conscientização do impacto destas ações são soluções alternativas para minimizar a degradação causada.

Além disso, perceber a realidade das pressões sociais, como o consumo com responsabilidade, o conceito de cidadania, a geração de emprego e compreender a necessidade de formas para alcançar o desenvolvimento sustentável vem sendo

frequentemente discutido, principalmente o papel das organizações neste estudo, cooperativa por agricultores, como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Dessa forma, contextualizar o termo desenvolvimento sustentável torna-se pertinente para uma melhor compreensão e entendimento de que os recursos naturais devem ser utilizados de forma racional, sem o comprometimento dos ecossistemas.

> Desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental. Na construção do pensamento liberal, o conceito de desenvolvimento passou a conotar uma ideia de crescimento econômico[3], adotando como parâmetro os padrões de vida e de consumo alcançados pelas nações ocidentais industrializadas (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p190.).

Souza (1999, p.17) segue este mesmo raciocínio, esclarecendo que "desenvolvimento é um processo de mudança evolutivo e de crescimento econômico contínuo, superior ao demográfico que envolve mudanças de estrutura e melhoria dos indicadores econômicos e sociais".

O conceito de desenvolvimento segue algumas correntes que, para serem operacionalizadas, necessitam o entendimento tanto da idéia de crescimento econômico, quanto sociocultural, envolvendo mudanças de comportamentos, restabelecendo condições na qualidade de vida e preservação do meio.

Existe uma corrente que trata do crescimento como sinônimo de desenvolvimento; outra que afirma ser o crescimento uma questão indispensável para o desenvolvimento, embora não suficiente. E, ainda, uma terceira corrente, que afirma ser o crescimento econômico uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (SOUZA, 1999, p.14).

---

[3] Segundo Júnior e Silva (2006), a teoria do crescimento econômico vem sendo revigorada como consequência do surgimento de uma vasta variedade de modelos que buscaram sintetizar os determinantes do crescimento, isto é, do aumento da capacidade produtiva de uma economia. Para Sandroni (2001, p. 141) crescimento econômico, é o aumento da capacidade produtiva da economia, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do PNB *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela porção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já Diniz (2006, p. 33) salienta que os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico caminham juntos até o ponto em que a economia perde a sua capacidade de adaptação a novas condições, existindo uma sintonia entre os dois conceitos enquanto o processo se encontra a aprender a dar os primeiros passos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Já Veiga (2005) destaca que o desenvolvimento não se confunde com o crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente, pois também depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto, não podendo limitar-se somente a aspectos sociais e econômicos, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera.

Para Scatolin (1989, p.6), não há consenso sobre crescimento econômico e desenvolvimento “há tanta controvérsia, conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento”.

De acordo com Milanez (2003), o conceito de desenvolvimento sempre esteve vinculado (e até confundido) com crescimento econômico, sendo uma visão que parte do falso pressuposto, base do pensamento neoliberal de que é possível uma sociedade crescer indefinidamente, e do pensamento de que a ciência e a tecnologia terão sempre soluções para as consequências ocasionadas.

Conforme o mesmo autor existem dois pontos de vista no que tange ao desenvolvimento. O primeiro está impregnado de uma visão expansionista, imperialista e quantitativa que acompanha algumas sociedades desde seus primórdios; a outra traz consigo uma ótica endógena, evolucionista e qualitativa, que está voltada às relações e ligada diretamente ao meio cultural e social onde se insere.

Dessa maneira, pode-se perceber que não existe consonância sobre desenvolvimento. Entretanto, neste trabalho, será adotado o entendimento de Caporal e Costabeber (2003), que entendem desenvolvimento como a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com seus valores éticos e políticos e com o seu entorno ambiental.

Adotou-se o entendimento de desenvolvimento contextualizado por Caporal e Costabeber (2003) por vir de encontro a temática exposta neste trabalho. A agricultura orgânica aproxima-se do conceito de desenvolvimento sustentável por ser um sistema de manejo sustentável que preserva o meio ambiente, os agroecossitemas, promove a inclusão social dos agricultores e a qualidade de vida.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

É importante o entendimento, pelos atores sociais, de que os recursos naturais são finitos e que a sua participação na promoção do desenvolvimento, seja este em escala nacional, estadual, regional ou local, deve ser continuada. Buarque (2002) salienta que a transição para um novo paradigma de desenvolvimento e os seus desafios são acompanhados de inovação no terreno das ideias e nas consciências das sociedades, compreendendo novas propostas de desenvolvimento.

De acordo com Sachs (1993), ao mesmo tempo em que as ações locais devem ser orientadas pelos interesses globais, é necessário um conjunto de políticas públicas, em níveis nacionais e internacionais, para capacitar as comunidades locais, rurais ou urbanas, sendo necessário um esforço contínuo direcionado à educação, ciência e tecnologia para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas.

Além disso, o autor explica que a ideia de desenvolvimento não perderá sua centralidade nas ciências sociais, mas necessita enfrentar as desigualdades sociais entre nações, e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade.

Para um melhor entendimento, traz-se o significado da expressão “desenvolvimento sustentável” (DS), que segundo Milanez (2003), expressa uma nova forma de ver o desenvolvimento da sociedade. Ciente dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico atual busca conciliar a continuação do processo de desenvolvimento de nossa sociedade com manutenção do equilíbrio ambiental planetário, satisfação das necessidades e aspirações humanas, proteção com a qualidade de vida e do ambiente.

O primeiro grande impacto sobre desenvolvimento deu-se no final da década de 60 e início dos anos 70, como resultado do efeito da crise do petróleo e a publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma, “Os Limites do Crescimento”, em 1969, o qual mostrou as perspectivas reais do esgotamento dos recursos naturais. Sob o impacto desses eventos, em 1972 acontece a Conferência das Nações sobre Meio Ambiente em Estocolmo, ampliando o movimento ambientalista nos países desenvolvidos e abrindo um novo debate ideológico sobre desenvolvimento. Esse processo converge para a realização da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), mobilizando os

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

países e a comunidade científica e ambientalista de todo o mundo, propagando a proposta de desenvolvimento sustentável e aprovando a Agenda 21, com modelos de desenvolvimento sustentável e a busca do comprometimento das nações com as gerações futuras (BUARQUE, 2002).

O termo "desenvolvimento sustentável" surgiu pela primeira vez em 1980, no documento "Estratégia para Conservação Mundial" em 1987, foi aclamado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que produziu um relatório considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhe dão fundamento. Assim, a noção de desenvolvimento sustentável, conforme Brandenburg e Ferreira (2004) salientam, começou a ser ampliada pelos estudiosos e políticos do meio ambiente após o Relatório de Brundtland e, no Brasil, após a Eco 92, incorporando a concepção de ecodesenvolvimento, surgindo, assim, o ideário do desenvolvimento sustentável como orientação de assegurar as condições de vida presente, em vários âmbitos, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

> O conceito oficial de desenvolvimento sustentável surge a partir do Relatório de Brundtland, onde o crescimento econômico passa a ser contrastado com a noção de sustentabilidade e se difunde a idéia de que, para ser sustentável, o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muitos como inviável ou mesmo impossível [...] desenvolvimento sustentável implica, numa transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a igualdade de oportunidades para todos (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 160 e 161).

De acordo com o Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável:

> é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, tendo dois conceitos-chave, o conceito de necessidade essenciais e noção de limitações, sendo o estágio da tecnologia e da organização social que impõe ao meio ambiente impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991, p.46).

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório de Brundtland identifica duas correntes do desenvolvimento, que apresentam enfoques poucos reconciliáveis entre si: a corrente ecotecnocrática e a corrente ecossocial.

> a corrente ecotecnocrática parte da premissa de que a humanidade tem ao seu dispor recursos naturais em quantidades quase infinitas, o que

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> permitiria o crescimento da produção e do consumo continuado através do tempo, predominando um otimismo tecnológico relacionado à capacidade de proceder a um processo de substituição sem fim dos recursos naturais não renováveis, evitando a possibilidade de colapso, considerando a natureza como um subsistema da economia. Por outro lado, a corrente ecossocial assume a cautela e recomenda à prudência tecnológica, dada a aceitação de que os recursos naturais necessários para a manutenção da vida sobre o planeta são limitados e finitos (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 171).

Milanez (2003) salienta que o Relatório de Brundtland recomenda retomar o crescimento, alterar a qualidade do desenvolvimento, atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento, mantendo um nível populacional sustentável. A criação do termo DS é o reconhecimento tático de que os movimentos ambientalistas tinham razão ao defender que a questão ambiental não se resolveria somente tratando as emissões, mas requeria transformação profunda nos caminhos do desenvolvimento mundial.

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme os antecedentes históricos, não é apenas um modismo ou uma ideia das Nações Unidas, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura diante dos desafios da sociedade contemporânea e das gerações futuras, consistente com um novo paradigma de desenvolvimento (BUARQUE, 2002).

Para Sachs (1993), existem cinco dimensões que devem ser observadas para planejar o desenvolvimento sustentável:

> a dimensão social, que objetiva melhorar os níveis de distribuição de renda para diminuir a exclusão social e a distância econômica entre as classes sociais; a dimensão econômica, que diz respeito à eficiência na gestão dos recursos públicos; a dimensão ecológica, que visa preservar o meio ambiente, garantindo a sobrevivência do homem; a dimensão espacial, que refere-se à ocupação territorial equilibrada, tanto da zona urbana quanto da zona rural; e a dimensão cultural, que faz relação ao modo de pensar e agir da sociedade, visando despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo, principalmente, de produtos que geram impactos ambientais (SACKS, 1993, p. 48).

O conceito de sustentabilidade inclui a noção de preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade em geral e de produção agropecuária, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> O desenvolvimento de uma agricultura sustentável não é apenas biológico ou técnico, mas também social, econômico e político, ilustrando as exigências necessárias à sociedade sustentável. É inconcebível promover mudanças ecológicas no setor agrícola sem interceder por mudanças compatíveis noutras áreas correlacionadas da sociedade. O mais importante pré-requisito da agricultura ecológica é um ser humano evoluído e consciente, cuja atitude com respeito à natureza seja de coexistência e não de exploração (ALTIERI, 2002, p. 560).

Todavia, os atores sociais precisam repensar suas ações e conscientizar-se delas em favor da natureza quanto ao impacto causado ao meio, às intenções de desenvolvimento e progresso pelo homem, que deve repensar sua capacidade de poder observar e medir suas necessidades sem usufruir a utilização dos recursos naturais que aceleram o processo de degradação do meio.

3.1.1 Desenvolvimento Rural Sustentável

O termo desenvolvimento rural sustentável garante viabilidade de melhorias no meio rural, disponibiliza recursos aos agricultores e facilita o planejamento do desenvolvimento econômico e social, por meio de seu entendimento cultural e político, promover a inclusão social, o equilíbrio do ambiente, a valorização da agricultura e, principalmente, em melhorias na qualidade de vida.

Na Agenda 21 Brasileira (BRASIL, 2004a), afirma-se que é preciso redescobrir o potencial de desenvolvimento sustentável do Brasil rural, bem como perceber que é possível a redução da dívida social, dando, ao mesmo tempo, um novo impulso à economia nacional e um fim às práticas de exploração predatória dos imensos recursos naturais do país.

Nas últimas cinco décadas, segundo Caporal e Costabeber (2003), fomos levados erroneamente a entender desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado. Contudo, desenvolvimento busca uma maior compreensão da sustentabilidade por meio da consideração e análise de suas dimensões básicas, as quais poderão servir de guia para a identificação e o monitoramento das possibilidades de desenvolvimento rural sustentável.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Compreender que o manejo dos ecossistemas agrícolas deve manter a qualidade do meio ambiente, a diversidade da paisagem, a qualidade de vida dos indivíduos envolvidos e, assim, ampliar a sua produtividade é uma forma de desenvolvimento que integra valores ambientais, sociais e econômicos.

Conforme Brandenburg e Ferreira (2004), desenvolvimento sustentável, na agricultura, não significa apenas alcançar estratégias em gestão de recursos naturais que visam a não comprometer o futuro da produção, mas trata-se de restaurar um potencial ainda exaurido e de reconstruir não apenas o seu ambiente natural, mas também o social.

O desenvolvimento rural sustentável deve ser idealizado a partir das concepções culturais e políticas dos grupos sociais, considerando suas relações de diálogo e de integração com a sociedade por meio da representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, numa lógica que considera as dimensões ecológica, econômica e social como integradoras das formas de exploração e manejo sustentável dos agroecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

Para complementar, traz-se o entendimento de desenvolvimento sustentável de Brandenburg e Ferreira (2004):

> desenvolvimento sustentável poderia ser definido como um conjunto de operações que asseguram a reprodução dos recursos naturais que dão suporte a sistema culturais e criações. Nesse sentido, a sustentabilidade dos recursos naturais tanto poderia ser obtida por métodos de uma agricultura moderna, intensiva, baseada em insumos industriais, como mediante a prática de uma agricultura tida como tradicional. O conceito de desenvolvimento sustentável poderia estar circunscrito a uma temporalidade restrita, como suporte para as atividades produtivas. Dessa forma, a sustentabilidade da agricultura consideraria o meio ambiente agrícola no sentido estrito do termo. Nessa escala, não se trata apenas de assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais diretamente relacionados com o ciclo produtivo da cultura ou criação, mas de realizar sucessivamente uma avaliação do estado do meio natural, considerando a cobertura florestal, o uso do solo e efeito de erosão, água, o uso de técnicas e seus impactos sobre a biodiversidade e mesmo sobre a paisagem no seu conjunto. Trata-se de cultivar um ambiente que se reproduza sob influência da energia solar, segundo os princípios do equilíbrio energético. Este sistema é retomado mais recentemente pelos chamados sistemas alternativos de produção, denominados de agroecológicos (BRANDENBURG; FERREIRA, 2004, p. 73).

O conceito de desenvolvimento rural sustentável surgiu hegemonicamente pós 2ª Guerra Mundial e, conforme Caporal e Costabeber (2003), orientada para o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

crescimento econômico, constante e baseado no consumo abusivo dos recursos naturais não renováveis, como condição básica e indispensável para que as sociedades tidas como subdesenvolvidas superassem a decadência e conseguissem o progresso, condição já presente nas noções de sociedades consideradas desenvolvidas. Este modelo convencional de desenvolvimento insustentável desencadeou uma série de acontecimentos e alertas que, ao longo dos últimos 40 anos, vem despertando a comunidade científica e a opinião pública sobre a necessidade de novos enfoques mais respeitosos com o meio ambiente, socialmente desejáveis, politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico.

Os mesmos autores ressaltam que o processo de desenvolvimento rural, para ser sustentável, necessita encerrar não apenas uma mudança no aspecto físico e quantitativo, mas especialmente uma expansão das qualidades e oportunidades, aspecto qualitativo, como condição necessária para o alcance dos ganhos sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais.

Para Brandenburg e Ferreira (2004), Caporal e Costabeber (2003) defendem que o desenvolvimento sustentável deverá ser realizado sem comprometer o potencial produtivo da agricultura, considerando os fatores ambientais como propulsores do desenvolvimento. A noção de sustentabilidade tem dado lugar ao surgimento de uma série de correntes do desenvolvimento rural sustentável, entre as quais se destacam aquelas que vêm se orientando pelas bases epistemológicas da agroecologia, numa perspectiva ecossocial. Embora a produção de alimentos e outros produtos constituam a função principal da agricultura, outras atividades associadas com a valorização do espaço agrícola e com o cultivo de um ambiente equilibrado devem ser promovidas.

A promoção de atividades agrícolas visando ao desenvolvimento sustentável reforça e valoriza a agricultura, bem como a atividade de seus atores, e é nessas circunstâncias que a multifuncionalidade[4] contribui para a reconstrução do rural. A ideia de desenvolvimento rural sustentável é a de que desenvolver significa não

[4] Multifuncionalidade vai além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras. A atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais, tais como conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade de muitas áreas rurais (MALUF, 2002, p. 242).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

comprometer o potencial futuro da produção agrícola nem o equilíbrio dos ecossistemas, estando fortemente comprometido com a noção de permanência de preservação. O cenário rural, mais complexo, é visto não somente como uma questão setorial, mas como uma questão de sociedade, conquistado por seus atores sociais, agentes da construção de outra ruralidade (BRANDENBURG; FERREIRA, 2004).

Para o produtor rural, as vantagens de práticas como adubação verde, plantio direto, controles biológicos de pragas e rotação de cultura contribuem para melhorias nas condições do solo e aumento da atividade biológica, se comparadas a métodos convencionais; reduzem em até 70% o uso de combustíveis fosseis; permite o restabelecimento do equilíbrio ecológico, o controle natural, a diminuição do custo de produção; amenizam a contaminação dos produtos, além de proteger o ecossistema e a biodiversidade local (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANNSKA, 2009).

A atividade agrícola exige cuidados específicos de proteção ao ambiente para minimizar os efeitos adversos da atuação sobre o solo. Atender às exigências legais é o primeiro passo do processo de sustentabilidade da propriedade. Assim, alguns aspectos, como a reserva legal e as áreas de preservação permanente (APP) devem ser mantidas para conservar a biodiversidade, a vegetação e o solo. A reserva legal consiste na destinação de uma porção contínua da propriedade rural para a preservação da vegetação, conservação do solo e da manutenção da biodiversidade e das áreas de preservação permanente (APP), e que consiste em preservar florestas e demais formas de vegetação naturais situadas ao longo de cursos d'água e em áreas com inclinação superior a 100% (ou 45°) e nos topos de morros (BRASIL, 2003a).

As áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais, no Brasil, foram estabelecidas pelo Novo Código Florestal, Lei 4.771/1965, no seu artigo 1º, inciso II, o qual ressalta: área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001), bem como da reserva legal inciso III que aborda como a área

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas sendo incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001)

Entretanto, tratando-se de desenvolvimento sustentável rural, deve ser estabelecida uma lógica que agregue valores econômico, ambiental e social, possibilitando o desenvolvimento de agricultura alternativa com a produção de alimentos orgânicos, biodinâmicos ou ecológicos, sendo uma forma de estimular também a biodiversidade. De acordo com Aquino e Assis (2007), para superar as dificuldades encontradas para uma propagação ampliada no Brasil de sistemas agroecológicos de produção, nas diferentes formas de organização social da produção, deve-se também fomentar a produção e apoiar a organização autônoma de agricultores familiares, público este que apresenta maior potencial de inserção em um processo de desenvolvimento rural sustentável que tenha como questão tecnológica práticas agroecológicas.

3.2 Organizações e Sustentabilidade: entre o mercado e o meio ambiente

A sociedade contemporânea exige das organizações novas formas de gerenciar e transformações em suas práticas produtivas para se manterem competitivas no mercado, passando a assumir uma nova postura que estabelece mudanças de comportamento nas organizações que geram impactos nos seus objetivos, ações e estratégias, agregando valor a seus produtos e à sua marca.

A legitimidade da organização e a competitividade devem estar associadas à sustentabilidade do negócio e ao desenvolvimento de toda a sua cadeia produtiva e, principalmente, ao comprometimento entre as empresas, o governo, a sociedade e os indivíduos, representando, assim, uma mudança cultural.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No ambiente dos negócios, a confiabilidade das organizações tem se tornado preponderante para o reconhecimento junto à sociedade. As transformações do ambiente apontam para estratégias preocupadas com os *stakeholders*[5], o crescimento, a sustentabilidade e a transparência dos negócios. As organizações estão livres para explorar a vantagem competitiva[6] e também sujeitas ao julgamento da opinião pública se o seu comportamento se desviar das normas sociais impostas, principalmente porque o acesso de grande parte da população à informação sobre recursos naturais ameaçados, distribuição desigual de riquezas gera a pobreza extrema, politizando os cidadãos (ALIGLER; ALIGLERI; KRUGLIANNSKA, 2009).

As organizações como agentes sociais fazem parte da sociedade que as recebe e condiciona sua existência. Portanto, segundo Aligleri, Aligleri e Krugliannska (2009), as organizações não existem por si mesmas uma vez que dependem da teia de conexões presentes no mercado, e buscar o equilíbrio social e a funcionabilidade da gestão socioambiental assume um sentido concreto. embora a preocupação com o impacto ambiental das operações do negócio não esteja fortemente contemplada e o novo papel das organizações fique limitado à colaboração para a solução de problemas sociais da comunidade. Segundo essa ótica, para que uma empresa seja socialmente responsável, deverá engajar-se direta e indiretamente em programas e atividades sociais, tanto para seu público interno quanto para o externo.

Para Esty e Winston (2008), os lideres ambientais veem seus negócios sob a ótica ambiental, encontrando oportunidades de cortar despesas, reduzir riscos, aumentar a receita e o valor intangível. Desenvolvem uma ligação mais profunda com clientes, colaboradores e outros *stakeholders*, tendo estratégias que revelam uma vantagem competitiva sustentável. Entretanto, esse cenário requer o aperfeiçoamento da estratégia do negócio, com a inovação, resolução de problemas

[5] *Stakeholders* traduz-se como partes interessadas ou públicos de relacionamento e consiste em grupos ou indivíduos que têm interesse nas atividades ou decisões de uma organização como clientes, fornecedores, governos, acionistas, organizações não governamentais, mídia, colaboradores, concorrentes (ALGLERI; ALGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

[6] Entende-se vantagem competitiva como o valor que uma empresa consegue criar para seus compradores e que ultrapassa o custo de fabricação pela empresa. O valor é aquilo que os compradores estão dispostos a pagar, e o valor superior provém da oferta dos preços mais baixos do que os da concorrência por benefícios equivalentes ou do fornecimento de benefícios singulares que mais do que compensam um preço alto (PORTER, 1989,p. 2).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

e conflitos que respondem às necessidades humanas, além de maneiras de se diferenciar no mercado.

A estratégia ambiental conforme Esty e Winston (2008), oferece oportunidades de reduzir custos e riscos, estimula a inovação, tornando-se um *mix* competitivo e força motriz da reestruturação de mercados, gerando ganhos, aumentando o faturamento e o valor de importantes fatores intangíveis, apesar de difíceis de mensurar, como a reputação.

No Brasil, a principal crítica quanto a uma organização ser socialmente responsável é que, influenciadas pela visibilidade da mídia, algumas organizações associam donativos sociais a atividades de relações públicas e marketing almejando melhorar sua imagem e ganhar maior visibilidade. Assim, a responsabilidade social das organizações vem perdendo a relação direta e única com projetos e ações filantrópicas e assistenciais (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANNSKA, 2009).

Cada organização aprende de forma diferente a lidar com a responsabilidade social, constrói suas relações vislumbrando ações que possam manter-se competitivas no mercado, legitimando sua imagem na sociedade. Zadek (2004) ressalta que as organizações necessitam acompanhar a evolução dos conceitos do público sobre papéis e responsabilidades passando por cinco estágios para introduzir a responsabilidade social, descritos no quadro 1.

QUADRO 1 – Estágios do Aprendizado Organizacional

OS CINCO ESTÁGIOS DO APRENDIZADO ORGANIZACIONAL		
Estágio	**Como atua a organização**	**Por que agem assim**
Defensivo "Não cabe a nós resolver isso."	Nega práticas, impactos, consequências e responsabilidades.	Para se defender de ataques a sua reputação capazes de no curto prazo afetar vendas, recrutamento, produtividade e marca.
Conformidade "Faremos só o estritamente necessário."	Adota abordagem formal de conformidade como um custo para operar.	Para aliviar o desgaste do valor econômico no médio prazo em virtude de risco constante de litígio e de danos à reputação.
Gerencial "O problema está na condução dos negócios."	Insere a questão societal em seus principais processos gerenciais.	Para aliviar o desgaste econômico no médio prazo e obter ganhos de mais longo prazo com a integração de práticas de negócios responsáveis a operações cotidianas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Estratégico "Isso nos faz uma vantagem competitiva."	Integra a questão societal às principais estratégias de negócio.	Para reforçar o valor econômico a longo prazo e garantir a vantagem do pioneirismo, alinhando inovações da estratégia e processo à questão societal.
Civil "Precisamos garantir que todos ajam assim."	Promove ampla participação do setor na responsabilidade empresarial.	Para reforçar o valor econômico no longo prazo, superando quaisquer desvantagens do pioneirismo, e extrair ganhos por meio da ação coletiva.

Fonte: ZADEC (2004).

Para Zadec (2004) conhecendo a empresa sob a ótica da sustentabilidade conseguirá definir melhor seu posicionamento e criar uma visão compartilhada dentro da empresa, e utilizando como apoio os cincos estágios do aprendizado organizacional o defensivo, a conformidade, o gerencial, o estratégico e o civil, definindo em que posição destes estágios a empresa se encontra.

Na medida em que as organizações passam a contemplar aspectos sociais e ambientais em sua gestão, começam a avaliar as consequências e impactos de suas ações e decisões para além de análises financeiras, buscando o equilíbrio nas relações ambientais, econômicas e sociais.

A responsabilidade socioambiental[7] vai além das obrigações legais de uma organização, sendo um investimento pró-ativo no capital humano, meio ambiente e relação com outras partes envolvidas, estando associada ao desenvolvimento sustentável e integrado nas decisões organizacionais. Embora o conceito de responsabilidade socioambiental venha se consolidando de forma multidimensional e sistêmica associando-se a políticas, práticas, rotinas e programas gerenciais que perpassam todos os níveis e operações do negócio e que facilitam e estimulam o diálogo e a participação permanente dos *stakeholders,* existe uma interação entre os agentes sociais envolvendo aspectos econômicos, éticos, sociais e ambientais (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANNSKA, 2009).

A proposta de sustentabilidade apresenta-se como uma forma de superação de mudanças e crises, resgatando os princípios éticos e morais que devem orientar as pessoas, a sociedade, as organizações e os negócios. A sustentabilidade não

[7] Forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2010).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

pode ser pensada somente como uma pauta exclusiva de ambientalistas e ecologistas; trata-se de um interesse coletivo e, consequentemente, é também responsabilidade das empresas (ASSAD, 2010).

Portanto, o entendimento de responsabilidade socioambiental para além da organização permite uma sustentabilidade do próprio conceito, uma vez que apresenta de forma efetiva e multidirecional uma rede de negócios que reúne a inquietação em todas as etapas do processo produtivo e de comercialização (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANNSKA, 2009).

Os gestores devem considerar a legitimidade para terem vantagem competitiva, obedecer às leis em relação a certificações, e produzir lucros não é suficiente. Assuntos referentes ao meio ambiente, qualidade de vida dos colaboradores e estratégias de gestão, que visem manter um diálogo permanente e transparente de modo a garantir o crescimento e a sustentabilidade organizacional faz o diferencial.

A consolidação de novas estratégias no negócio da empresa contribui para resultados positivos que buscam equilíbrio de suas ações e decisões; a aprendizagem e o comprometimento entre as pessoas e as áreas organizacionais, tem como propósito aprimorar sua imagem possibilitando o aproveitamento de um nicho ecológico fundamental para a sobrevivência empresarial e a competitividade no mercado. Assim, diferentes desafios e novos posicionamentos são estimulados em áreas distintas do negócio, como abordado no quadro 2.

QUADRO 2 – Posicionamento das diferentes áreas em uma organização quanto a ações socioambientais.

ÁREA EMPRESARIAL	POSICIONAMENTO
Área de Compras	Indutora de novos comportamentos socioambientais por parte dos fornecedores; deve-se preocupar com a procedência e composição da matéria-prima, análise de alternativas de produtos recicláveis ou de menor impacto ambiental, criação de indicadores internos para avaliar fornecedores com base em critérios de responsabilidade social.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ÁREA EMPRESARIAL	POSICIONAMENTO
Área de Marketing e Comunicação	Refletir junto aos clientes e à sociedade os compromissos assumidos pela organização é imprescindível criar um canal de comunicação com consumidores, manter a confidencialidade das informações de clientes e realizar campanhas de mídia relacionada a questões de interesse público.
Área de Recursos Humanos	Internalizar comportamentos éticos e comprometidos com os colaboradores no que diz respeito à incorporação da diversidade como valor organizacional e qualidade de vida dos trabalhadores.
Área de Produção	Preocupar-se com a redução do consumo de energia por quantidade de produto fabricado; redução do uso, recuperação ou reciclagem da água por quantidade do produto fabricado, controle, recuperação de gases e emissões geradas pelas atividades industriais, disposição adequada de resíduos sólidos e lixo industrial, entre outros.
Área de Finanças	Consistência à responsabilidade socioambiental na gestão da organização ao publicar o balanço social; auditoria econômico-financeira por terceiros; programas de participação dos colaboradores nos resultados e disponibilização da informação financeira da empresa aos colaboradores.

Fonte: ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANNSKA (2009, p.19-21).

A empresa pode se posicionar quanto às ações sociombientais que deseja realizar nas diferentes áreas empresarias, visando a contribuição efetiva, definindo diretrizes, exercendo a sua cidadania corporativa, preservando o ecossistema, cumprindo com a legislação, adotando políticas internas de valorizem a diversificação e, assim, promover o equilíbrio nas relações organizacionais.

Existem três tipos de organizações em relação ao comportamento pertinente à questão ambiental: as organizações que seguem o paradigma social dominante, as que seguem o ambientalismo renovado e aquelas com base nos ecologistas profundos. Egri e Pinfield (1998) salientam que estes tipos de organizações representam o materialismo mecanicista da sociedade industrializada, que enfatiza relações utilitárias e de dominação dos homens para com a natureza. A perspectiva do ambientalismo renovado representa uma abordagem mais cognitiva para integrar e equilibrar o homem e a natureza, e se apropria de conceitos como ISO 14000,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

gestão ambiental, produção mais limpa, outra da ecologia profunda, baseada na mudança transformacional.

O paradigma social dominante é definido por Egri e Pinfield (1998) como dominação sobre a natureza, o antropocentrismo, a abordagem ao ambiente natural é a dominação, sendo hierárquica, autoridade centralizada, competidora e individualista. Considera como elementos centrais o materialismo mecanicista, reducionismo, racionalidade, possui um crescimento econômico e material ilimitado, essencial para o progresso humano e tecnológico.

Para Nascimento (2007), este crescimento se identifica com os princípios e objetivos da sociedade capitalista que visa ao crescimento econômico e ao lucro. Os recursos naturais são vistos como exploráveis, e os impactos ambientais, como externalidades. A relação homem natureza é hierárquica, de dominação. A economia deve funcionar com o mínimo de intervenção do Estado, pois um mercado livre se autorregula e corrige eventuais distorções. O crescimento econômico irá gerar maior consumo e os resíduos e demais problemas resultantes desse aumento de consumo serão resolvidos pela tecnologia.

O ambientalismo renovado, conforme Egri e Pinfield (1998), representa uma administração da natureza, antropocentrismo modificado, a fim de incluir valores biocêntricos na medida em que existe desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a tecnologia é o veículo para o progresso científico e econômico, o meio para detectar e gerenciar os riscos ambientais que ameaçam a sobrevivência humana e o seu bem-estar. Tenta incorporar uma abordagem sistêmica e as leis de conservação; preocupa-se em minimizar o uso de recursos naturais não renováveis; os resíduos industriais e poluentes são reduzidos, reciclados, descartados de maneira ecologicamente segura. Enquanto os sistemas tecnológicos são fechados, processos de política e estratégia ambiental são abertos, para abranger tomadas de decisão com múltiplos *stakeholders*, ou seja, comunidade e grupos de interesse, agências governamentais e empregados.

Os mesmos autores abordam a ecologia profunda como uma perspectiva holística que integra as dimensões biológica, psicológica, espiritual e metafísica de ecossistemas interdependentes e interativos. A plataforma da ecologia profunda

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

postula o igualitarismo bioesférico, ou seja, os humanos não têm nenhum direito de interferir na riqueza e na diversidade de todas as formas de vida, as quais possuem valor intrínseco ou inerente. Os ecologistas profundos identificam como epistemologicamente problemática, mas praticamente necessária, a aplicação de conceitos culturais humanos, como direitos, valores e ética. A natureza é para ser vista não como uma extensão dos homens, mas como o elemento fundamental no qual as civilizações humanas estão baseadas.

No final dos anos 60, organizações ambientalistas emergiram mudando o enfoque de suas preocupações. No Brasil, na década de 70, começaram a surgir as primeiras associações ambientalistas marcadamente críticas em relação ao padrão de desenvolvimento adotado pela civilização ocidental. A vinculação das emergentes organizações ambientalistas aos processos de transformação socioeconômica com forte impacto sobre o mundo natural surge na sociedade civil e tem sido recomendada por diversos estudos que se debruçam sobre um fenômeno social com crescente importância ao longo dos últimos 50 anos. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, como em inúmeros países em desenvolvimento, organizações da sociedade civil passaram a internalizar o mundo natural na construção de suas identidades e na produção de propostas de sociabilidade (TAVOLARO, 2000).

O meio ambiente, na teoria organizacional, reivindica centralidade na visão do mundo, sendo as organizações essenciais para a constituição da sociedade contemporânea. As organizações são vistas como instrumentos racionais para a realização de objetivos preestabelecidos e gerados internamente. Limitações contextuais ou ambientais cercam a consecução das metas pelos atores organizacionais. Os ambientes de mercado são considerados como autorregulados, o bem-estar individual e coletivo é maximizado por meio de interesses individuais e pela competição social e econômica (EGRI; PINFIELD, 1998).

Caporal e Costabeber (2003) destacam a importância de alternativas que parecem conectar os aspectos tecnológicos e os organizacionais da produção - incluindo diretamente os consumidores nessa relação sendo consideradas algumas alternativas de novas formas de comercialização.

> A aproximação de agricultores e de consumidores mediante a criação e o estabelecimento de redes de confiança entre esses dois segmentos sociais,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> e permitindo o resgate e a manutenção de certos hábitos alimentares locais e comunitários; a valorização dos circuitos curtos de mercadorias, como maneira de aumentar os graus de eficiência ecológico-energética na produção e distribuição de alimentos, por meio de feiras ou de mercados locais, além de representar uma estratégia compatível com a alimentação das populações; o fomento ao comércio solidário, especialmente em produtos considerados ecologicamente corretos, permitindo uma remuneração mais justa aos agricultores, sem que isso excluísse certos consumidores das oportunidades de adotar dietas mais qualitativas; e o consumo institucional, representado pela produção de alimentos de qualidade biológica superior que atendessem demandas em escolas, creches, hospitais, asilos, entre outras instituições (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 184-185).

As relações estabelecidas entre produção de base agroecológica e os diferentes mercados, a organização de feiras locais, a comercialização via mercado institucional, a interação com as cooperativas de consumidores, a venda dos produtos por meio de supermercados reforçam a percepção de que não é suficiente ter acesso a esse ou aquele canal de comercialização; é necessário construir estratégias compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção (SCHMITT; TYGEL, 2009).

O mercado de insumos, para Schmitt e Tygel (2009), conforme o manejo empregado, necessita esforço na construção de um mercado que potencialize e incorpore princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas, estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição da produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais pode ampliar a capacidade de gestão e controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização. A necessidade de estar mobilizando forças e disputando o espaço das alternativas agroecológicas em arenas políticas cada vez mais complexas tem demandado um esforço muito grande das organizações, desde o nível local até o nacional.

Nascimento (2007), entende que o processo produtivo e a conduta adotada pelas organizações irão impactar o ambiente social e ambiental de alguma forma, contribuindo para o desenvolvimento mais sustentável ou utilizando-se dos recursos naturais e humanos sem preocupações sociais e ambientais. Além disso, Schmitt e Tygel (2009) salientam que o esforço de traduzir os princípios, os valores e as propostas da agroecologia para um universo social mais diverso, a capacidade de dialogar com outros grupos sociais, construir alianças, dar visibilidade e legitimidade

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

a propostas é um elemento fundamental da conquista e consolidação de políticas públicas.

Para Porter (1999), de um lado situam-se os benefícios sociais decorrentes das normas ambientais rigorosas; e, do outro lado, encontram-se os custos privados da indústria para a preservação e limpeza, custos que acarretam aumento de preços e redução da competitividade. Para o autor isso é ter uma visão estática da regulamentação ambiental, pois a tecnologia, os produtos, os processos e as necessidades dos clientes não são fixos, e as organizações operam no mundo real da competição dinâmica, e não no mundo estático da teoria econômica.

Segundo Barbieri (2007), a solução dos problemas ambientais implica uma mudança de comportamento das organizações, que devem considerar a questão ambiental em suas tomadas de decisões e adotar percepções ambientalmente sustentáveis. Ressalta que existem diferentes modelos para tratar os problemas ambientais, sendo construções conceituais que orientam atividades administrativas e operacionais para alcançar objetivos definidos e consentir nortear decisões sobre como, onde, quando e com quem abordar os problemas ambientais e como essas decisões relacionam-se com as demais questões organizacionais.

A necessidade de uma regulamentação[8] que proteja o meio ambiente segundo Porter (1999), tem sido objeto de aceitação organizacional, embora ainda exista um dilema intrínseco e inevitável no que diz respeito à ecologia versus economia. Assim, as normas ambientais elaboradas de forma adequada são capazes de desencadear inovações que reduzem custos totais de um produto ou aumentam seu valor. As inovações também permitem que as empresas utilizem uma gama de insumos de maneira produtiva, abrangendo matéria-prima, energia e mão de obra, melhorando sua competitividade e aprimorando continuamente a tecnologia exclusiva e especializada que assegura a alta produtividade dos recursos.

[8] A regulamentação é necessária por razões como: criar pressões que motivem a inovação das empresas; melhorar a qualidade ambiental; alterar e educar as empresas a respeito das ineficiências prováveis nos recursos e de áreas potenciais para aprimoramento tecnológico; aumentar a probabilidade de que a inovação nos produtos e nos processos seja mais amistosa em relação ao ambiente; criar demanda pelo aprimoramento ambiental; e nivelar o campo de jogo durante o período de transição rumo à solução ambiental baseada na inovação (PORTER, 1999).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Portanto, o autor recomenda a mudança do dilema da ecologia com a economia para que este possa contribuir para ocasionar vantagem competitiva às organizações, embora deva existir o entendimento e a sistematização de todo o ciclo produtivo para que esta vantagem ocorra.

Segundo Backer (2002), os objetivos ecológicos e os econômicos poderiam ser os mesmos, pois, se não há somente um único ecossistema e o problema está em criá-lo e administrá-lo de maneira responsável basta então resolver os problemas ambientais que existem por meio de questionamentos, estratégias ecológicas, ações que possam reequilibrar o ecossistema nos locais com desequilíbrio.

Barbieri (2007) explica que, dependendo de como a organização age em relação aos problemas ambientais decorrentes de suas atividades, pode desenvolver três diferentes abordagens, denominadas controle de poluição, prevenção da poluição e incorporação dessas questões na estratégia empresarial. No quadro 3 são apresentadas a Gestão Ambiental na Empresa: Características e Abordagens.

QUADRO 3 – Gestão Ambiental na Empresa: Características e Abordagens.

CARACTERÍSTICAS	**ABORDAGENS**		
	Controle de Poluição	**Prevenção da Poluição**	**Estratégia**
Preocupação básica	Cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade.	Uso eficiente de insumos.	Competitividade
Postura típica	Reativa	Reativa e proativa	Reativa e proativa
Ações típicas	Corretivas, uso de tecnologias de remediação e de controle no final do processo e aplicação de normas de segurança.	Corretivas e preventivas, conservação, substituição de insumos e uso de tecnologias limpas.	Corretivas, preventivas e antecipatórias, antecipação de problemas e captura de oportunidades utilizando soluções de médio e longo prazos e uso de tecnologias limpas.
Percepção dos empresários e administradores	Custo adicional	Redução de custo e aumento da produtividade.	Vantagens competitivas.
Envolvimento da alta	Esporádico	Periódico	Permanente e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

CARACTERÍSTICAS	ABORDAGENS		
	Controle de Poluição	**Prevenção da Poluição**	**Estratégia**
administração			sistemático.
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas nas áreas geradoras de poluição.	Crescente envolvimento de outras áreas como produção, compras, desenvolvimento de produto e marketing.	Atividades ambientais disseminadas pela organização, ampliação das ações ambientais para toda a cadeia produtiva.

Fonte: Barbieri (2007, p. 119)

O ambiente de negócios para o autor dependendo de suas atividades poderá desenvolver três abordagens como o controle de poluição, a preservação da poluição e a estratégia, as quais deverão ser tomadas diretrizes, que possam cumprir com a legislação, realizar ações corretivas e preventivas, redução de custos, envolvimentos de gestores e colaboradores e, principalmente fazer com que todas as áreas organizacionais se envolvam.

Segundo Donaire (1999), quando se analisa a questão ambiental do ponto de vista organizacional, a primeira dúvida que surge é referente ao aspecto econômico. A ideia que prevalece é a de que qualquer providência que venha a ser tomada em relação à variável ambiental traz consigo o aumento de despesas e, consequentemente, o aumento dos custos do processo produtivo. Entretanto, o autor salienta que algumas organizações têm demonstrado a possibilidade de ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente, mesmo não sendo uma organização atuante no chamado “mercado verde”, desde que haja criatividade e condições internas que transformam as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócio e aumentam a sua produtividade.

O conceito de produtividade dos recursos, para Porter (1999), proporciona uma nova maneira de abordar custos totais dos sistemas e o valor associado a qualquer produto, sendo evidente a ineficiência somente quando a utilização dos materiais é incompleta e com controles deficientes nos processos que resultam em desperdícios, em defeitos e no armazenamento desnecessário. As empresas agora se esforçam para incorporar a qualidade na totalidade do processo. Essa nova

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

atitude mental liberou o poder da inovação para atenuar ou eliminar o que as organizações de início aceitavam como opções implacáveis. No quadro 4 são apresentados aspectos relacionados à melhoria ambiental e benefícios na produtividade dos recursos.

QUADRO 4 – Melhoria ambiental e benefícios na produtividade dos recursos.

TIPO DE BENEFÍCIO	ASPECTOS RELACIONADOS
PARA O PROCESSO	Economia de materiais, resultante do processamento mais completo, da substituição, da reutilização ou da reciclagem dos insumos da produção.
	Aumento nos rendimentos do processo.
	Menos paralisações, através do maior cuidado na monitoração e na manutenção.
	Melhor utilização dos subprodutos.
	Conversão dos desperdícios em formas de valor.
	Menor consumo de energia durante o processo de produção.
	Redução dos custos de armazenamento e manuseio de materiais.
	Economia em razão de um ambiente de trabalho mais seguro.
	Eliminação ou redução do custo das atividades envolvidas nas descargas ou no manuseio, transporte e descarte de resíduos.
	Melhorias no produto como resultado indireto das mudanças nos processos, como melhorias no controle dos processos.
PARA O PRODUTO	Produto com melhor qualidade e mais uniformidade.
	Redução de custos do produto, como exemplo com a substituição de materiais.
	Redução nos custos de embalagem.
	Utilização mais eficiente dos recursos pelos produtos.
	Aumento da segurança dos produtos.
	Redução do custo líquido do descarte do produto pelo cliente.
	Maior valor de revenda e de sucata do produto.

Fonte: PORTER (1999, p. 380).

A melhoria ambiental é capaz de beneficiar a produtividade dos recursos tanto para o processo quanto para o produto, resultando em melhorias, qualidade de produtos e redução de custos. Embora as inovações nos produtos e a melhoria ambiental das organizações contribuam na produtividade dos seus recursos, essas inovações são provocadas pelos reguladores, e não pelos clientes. A demanda mundial está atribuindo maior valor aos produtos mais eficientes na utilização dos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

recursos, impondo adicionais de preços aos produtos “verdes” e desbravando novos segmentos de mercado (PORTER, 1999)

Os gestores, no entanto, devem começar a entender as melhorias ambientais como uma oportunidade econômica e competitiva e não como um custo crítico ou uma ameaça inevitável, tendo condições de fomentar a inovação e a produtividade dos recursos. Considerar o tipo de redesenho dos produtos e processos também se torna imprescindível à verdadeira inovação. As implementações e as estratégias ambientais devem tornar-se assunto da alta gerência, devendo nortear o seu processo decisório (PORTER, 1999).

Complementa-se com o comentário de Donaire (1999), que salienta que algumas empresas já estão conscientizadas da importância das questões ambientais e possuem atividades específicas para cuidar e amenizar esse problema; elas se encontram agregadas junto à produção, segurança e qualidade, e outras já possuem uma função administrativa relacionada à variável ecológica, concentrando todas as suas atividades relativas às questões ambientais.

A organização, portanto, tem a sua parcela de responsabilidade em relação ao destino da sociedade. Conforme Assad (2010), tanto no que concerne ao tempo presente quanto às futuras gerações. Todavia não pode se restringir apenas à sua dimensão econômica; deve atender às suas responsabilidades nas esferas sociais e ambientais e entender que a sustentabilidade[9] deverá ser para o coletivo, para a humanidade.

A preocupação das organizações com as questões ambientais cresce e torna a conscientização indispensável para a sua legitimidade, competitividade e produtividade. O envolvimento para a disseminação de ações capazes de amenizar os impactos causados, a preservação da natureza, a qualidade de vida das pessoas, a produção de alimentos saudáveis intensifica-se. As tomadas de decisões organizacionais são realizadas e planejadas com a finalidade de manter uma postura responsável.

[9] Compreende-se sustentabilidade como um conceito sistêmico, relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Dessa forma, um empreendimento humano será sustentável quando for economicamente viável, ecológico, socialmente justo e culturalmente aceito (ASSAD, 2010).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No que tange as organizações que tem seus princípios e filosofia de trabalho baseados nos pressupostos do cooperativismo, vislumbram disseminar o seu entendimento aos associados para que estes compreendam e sejam formadores de opinião, trabalhando de forma conjunta para o crescimento da organização. Segundo a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS (Sindicato e Organizações de Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul), os princípios do cooperativismo compreendem os seguintes pressupostos:

1 - Adesão livre e voluntária – as cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

2 - Controle democrático pelos sócios - as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

3 - Participação econômica dos sócios - os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.

4 - Autonomia e Independência - as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5 - Educação, treinamento, informações - as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6 - Cooperação entre cooperativas - as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações.

7 - Preocupação com a comunidade - as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto às comunidades em que estão inseridas.

Assim, as organizações devem buscar benefícios capazes de melhorias contínuas ao longo do tempo, planejando suas atividades através de ações e estratégias, que considerem as características do contexto em a organização está inserida, tendo o seu planejamento estruturado para a minimização de questões relacionadas à cooperação, solidariedade, responsabilidade socioambiental e utilizando-se de ferramentas eficazes dentro dos pressupostos do cooperativismo e do comércio justo.

3.2.1 O mercado e a economia solidária

Os novos padrões de consumo determinam e exigem novas práticas comerciais das organizações que procuram uma gestão com responsabilidade social e, principalmente, a preservação dos recursos naturais visando a produtos com qualidade.

As organizações que possuem uma gestão socialmente responsável, e a apreensão com a conservação ambiental visa manter novas formas de relações

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

entre produtores e consumidores com interesses relacionados às apreensões com o meio ambiente, fazem surgir uma agricultura ecológica e uma economia solidária.

O consumo solidário dos consumidores, ao selecionar produtos, gera uma economia mais justa e sustentável, pois não se consume somente para a satisfação das necessidades ou em resposta à lógica da valorização das mercadorias, mas também significações (valor-signo), como a de vincular-se socialmente. Assim, a emergência da economia solidária é sintoma da transição civilizatória que abre espaços para sociabilidades alternativas e outros modos de vida, não sendo um destino inexorável da sociedade humana (LISBOA, 2003)

Economia solidária é um conceito amplamente utilizado e tem a ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo, que caracteriza o comportamento econômico padrão das sociedades capitalistas. O conceito refere-se a organizações de produtores e consumidores que estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão (SINGER, 2003).

Lisboa (2003) salienta que a economia solidária se realiza no mercado e aponta um caminho para construir uma economia reintegrada na sociedade e na biosfera, voltada para a provisão da vida das pessoas, possibilitando superar o corrosivo economicismo da vida moderna. Entretanto, há uma implicação profunda quando a economia solidária se afirma no interior do espaço do mercado.

> O mercado por estar sobreposto em redes concretas de relações sociais é uma construção social e por isso um campo de conflitos, sendo continuamente recriado e ajustado. Os mercados enquanto espaços de poder estão distantes de serem realidades dadas naturalmente, não existindo de forma abstrata e universal. Assim, a emergência da economia solidária nos espaços mercantis não apenas significa a presença no mercado de outras orientações econômicas mas representa também um profundo remanejamento das relações de forças vigentes num mercado atualmente hegemonizado pela lógica capitalista, construindo a possibilidade de uma maior democratização da economia e da sociedade (LISBOA, 2003, p. 191).

A economia solidária, conforme Singer (2003), surgiu no fim do século XX como uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital que acarretam desemprego, fechamento de empresas e empobrecimento da população. A economia solidária, segundo o autor, poderá assumir um papel importante de combate ao desemprego e pela inserção social. Um exemplo disso é a organização

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

de jovens em cooperativas para desempenharem funções que antes eram executadas por servidores públicos.

Singer (2003) salienta que a economia solidária tem como antecedente principal o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência do século XIX e XX, concebidas e praticadas por Robert Owen, sendo um grande movimento social e potente modo de produção, inserido num sistema social em que o capitalismo se tornava cada vez mais dominante.

> A economia solidária trabalha com mercados crescentemente segmentados e com um imenso potencial de expansão que valorizam produtos com referência cultural, os produtos ecológicos e com selo social. Além disso, o fortalecimento dos mercados locais, a constituição de redes de comercialização e um mercado solidário entre os empreendimentos da economia solidária abrem e garantem nichos de mercado que assegurando seu próprio espaço socioambiental, darão força endógena e maior autonomia ao setor diante do movimento cíclico capitalista (LISBOA, 2003, p. 191).

A economia solidária tem sido objeto de diferentes interpretações, configurando-se como um campo prático e discursivo no âmbito do qual convivem múltiplas posições, como valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos; identificação do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica, baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação; gestão democrática dos empreendimentos pelos próprios trabalhadores (autogestão); e a construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre os diferentes empreendimentos (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 108).

A integração entre a economia solidária e a agroecologia enquanto campo de articulação já existe e é possível considerar por meio da integração entre a produção, o processamento, a comercialização e o consumo, uma perspectiva solidária; por meio da questão ambiental e suas relações com a economia, o que poderia conferir uma maior amplitude a discussão sobre a responsabilidade ambiental; e da temática do provimento e da segurança alimentar e nutricional (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Portanto, mercado solidário surgiu como alternativa que compreende práticas sociais e econômicas que valorizam o meio ambiente, geram emprego e renda,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

produzem e comercializam de maneira que fortaleçam a organização; podem ser cooperativas, associações que realizam atividades por meio do comércio justo e consumo solidário.

Comércio justo, para Tiburcio e Valente (2007), tem sido definido como práticas socioeconômicas alternativas ao comércio, nacionais e internacionais convencionais, cujas regras são integralmente injustas e, em particular, para produtores familiares rurais. As práticas do comércio justo e solidário devem estabelecer relações entre produtores e consumidores baseadas na equidade, parceria, confiança e interesses compartilhados, alcançando condições mais justas para grupos de produtores e fazendo evoluir suas práticas e regras com apoio dos consumidores.

Gomes et al. (2010, p. 76) contextualizam mercado do comércio justo ou *Fair Trade* como “uma parceira comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional”.

Contudo, à prática do comércio justo geralmente adiciona-se valor sobre preço do produto, e este deve ser repassado integralmente ao grupo de produtores para ser aplicado no melhoramento da infraestrutura básica da comunidade (TIBURCIO; VALENTE, 2007).

O comércio justo e solidário, segundo Johnson (2004), não pode ser considerado independentemente de outros assuntos contemporâneos, em particular da questão acerca do lugar da economia na sociedade e da responsabilidade de cada um relativamente às escolhas na área econômica. Apesar do seu avanço, têm surgido divergências estratégicas e formulam-se questões sobre o impacto de tais práticas e sobre sua capacidade para representar uma real alternativa em favor de um desenvolvimento sustentável e solidário.

Johnson (2004) entende que o comércio justo e solidário pode ser visto como um conjunto de práticas promovidas com a finalidade de cultivar a solidariedade em favor do desenvolvimento e do comércio sustentável e solidário. Trata-se, portanto, de uma atividade que compreende múltiplos objetivos e que é exercida no âmbito de parcerias autênticas, baseadas na transparência e no acesso à informação.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Entrar no mercado *Fair Trade* tornou-se uma alternativa de desenvolvimento sustentável para muitas cooperativas. Dessa forma, a entrada no mercado de comércio justo ou *Fair Trade,* conforme Gomes et al (2010) é uma oportunidade de negócio para pequenos produtores por meio de parceria internacional com empresas comercializadoras, facilitando o escoamento da produção advinda destes pequenos produtores.

O comércio justo surge como uma alternativa regulamentada para o fortalecimento das organizações e com a finalidade de modificar, aprimorar modos de produção e para o desenvolvimento sustentável, bem como favorecer parcerias, promover preços justos e propor melhores condições de comercialização para os produtores.

Por meio do comércio justo os pequenos produtores conseguem acessar importadores, distribuidores, parceiros comerciais, cooperativas ou associações de consumidores, mantendo um acordo comercial entre compradores e vendedores, limitando ao máximo o número de intermediadores (GOMES et al., 2010).

Segundo Conejero, Caldeira e Neves (2007), o *Fair Trade* é conhecido no Brasil pela expressão “comércio ético e solidário” e abrange alternativas de comércio focado em iniciativas de promoção regional dentro do país. Nesse modelo de comercialização, a transação do consumidor com o produtor não é exclusivamente mercadológica: envolve conscientização dos meios de produção, transparência na composição do preço e da sustentabilidade do pequeno produtor e funciona como uma política de diferenciação da oferta, pois garante o consumidor que está contribuindo com uma causa social.

Existe a tendência de confundir *Fair Traide* com agricultura alternativa ou com produção orgânica. Embora os conceitos de ambos estejam relacionados à produção e consumo sustentáveis em termos ambientais, sociais e econômicos. O movimento *Fair Trade* recomenda relações sociais mais equitativas aos sistemas de produção e distribuição de *commodities*, desenvolvendo um comércio mais estável e vantajoso para os produtores que estão sob circunstâncias sociais e ambientais desfavoráveis, (CONEJERO; CALDEIRA; NEVES, 2007).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A certificação torna-se importante para atribuir um diferencial ao produto, estimulando a qualidade e agregando valor ao produto, além de desenvolver nas pessoas o consumo consciente e sustentável quanto a questões ambientais, sociais e econômicas. *Fair Trade* surge como uma alternativa que viabiliza ações socioamientais, além de proporcionar aos produtores preços justos para seus produtos, inserindo-os no mercado e ao mesmo tempo contribuindo para ações sociais e a inclusão do pequeno produtor rural.

Conejero, Caldeira e Neves (2007) abordam que existem princípios e procedimentos básicos que as organizações devem seguir para a obtenção de uma relação comercial mais justa, tais como preços mínimos e demandas de longo prazo para reduzir exposição às flutuações, preços justos e proximidade com consumidores para excluir intermediação desnecessária, oferta de pré-financiamento da produção, informação e acesso a mercados como forma de gerar oportunidades de negócios para pequenos produtores. Além disso, procedimentos como garantir boas condições de trabalho e proteger o meio ambiente, igualdade de gênero e a proteção de crianças, garantindo também a transparência, a participação e a prestação de contas.

A sustentação e o sucesso do *Fair Trade,* fatores como consciência do consumidor e a credibilidade do selo do produto tornam-se importantes para a busca de alimentos saudáveis e a colaboração com a inclusão social e o consumo consciente (CONEJERO; CALDEIRA; NEVES, 2007).

Para conseguir a certificação do comércio justo, os pequenos produtores devem formar uma organização administrada democraticamente pelos próprios membros, que possa contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos membros e da comunidade. Essa organização deve seguir os requerimentos mínimos e progressivos com relação ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Os produtores são os principais beneficiários do comércio justo (VIEGAS, 2010).

A certificação da FLO garante aos produtores brasileiros um preço mínimo de comércio justo, um prêmio de comércio justo e o acesso a um pré-financiamento. Os preços mínimos garantem o recebimento pelos produtores de valor equivalente ao

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

custo de produção sustentável de sua mercadoria; entretanto, quando esse preço for menor que o preço de mercado, o valor mais alto se aplica. O prêmio equivale a um extra que os consumidores pagam por esses produtos, que reverte para o desenvolvimento social e econômico coletivo da organização, principalmente de trabalhadores. O pré-financiamento tem o objetivo de garantir liquidez e dar condições para que os produtores iniciem sua atividade (VIEGAS, 2010).

Portanto, comércio justo é uma modalidade de comércio internacional que visa instituir preços justos, questões sociais e ambientais equilibradas, promover a equidade social e o desenvolvimento sustentável, além de criar oportunidades para o produtor rural quanto a condições no trabalho.

A aplicabilidade da noção de *Fair Trade* para a discussão das relações com o mercado na agricultura orgânica é de fundamental importância para articulação e disseminação de um comércio mais justo, ético e solidário. Assim, há consumidores mais conscientes, interessados na proposta e com princípios éticos para atender a um segmento de mercado distinto, agregar valor ao produto e obter preços diferenciados e melhores ofertas de comercialização.

3.3 Agroecologia e Agricultura Orgânica: a sustentabilidade na produção e os mercados

A agroecologia é um paradigma científico que vem sendo discutido, crescendo e ganhando importância, por ser fundamentada num sistema de manejo sustentável, visando à preservação ambiental, minimização dos impactos do sistema produtivo, protegendo os ecossistemas e a qualidade de vida.

> A agroecologia é assumida como uma ciência que proporciona princípios úteis para guiar as mudanças conceituais, metodológicas, tecnológicas e organizacionais mais ajustadas e compatíveis para a obtenção de patamares crescentes da sustentabilidade agrícola e rural [...] agroecologia corresponde a um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> para estilos de desenvolvimento rural e agricultura sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 158).

A agroecologia deriva de duas ciências, a ecologia e a agronomia, que tiveram um relacionamento tenso durante o século XX. A ecologia dedicou-se ao estudo dos sistemas naturais; a agronomia, à aplicação de métodos de investigação científica à prática da agricultura, ou seja, a fronteira entre a ciência pura e a natureza, e a ciência aplicada e o esforço humano. Recentemente foi concedida mais atenção à análise ecológica da agricultura (GLIESSMAN, 2005).

O primeiro relato do cruzamento da ecologia e da agronomia aconteceu no final dos anos 20, como desenvolvimento do campo da ecologia de cultivos. Aos ecologistas de plantas cultivadas interessava o local do plantio e as condições ecológicas. Nos anos 30, os ecologistas propuseram o termo agroecologia como ecologia aplicada à agronomia. No entanto, uma vez que a ecologia estava se tornando uma ciência mais experimental de sistemas naturais, os ecologistas deixaram a ecologia aplicada à agricultura para os agrônomos, e o termo agroecologia parece ter sido esquecido. Após a 2ª Guerra Mundial, enquanto a ecologia se movia na direção da ciência pura, a agronomia tornou-se cada vez mais orientada por resultados, em parte por causa da mecanização crescente da agricultura e pelo uso mais difundido de produtos químicos agrícolas (GLIESSMAN, 2005).

Somente no final dos anos 50 o amadurecimento do conceito de ecossistema deflagrou interesse na ecologia de cultivos e algum trabalho no que foi denominado ecologia agrícola. Nos anos 60 e 70, o interesse em aplicar a ecologia à agricultura gradualmente auferiu ímpeto com a intensificação da pesquisa de ecologia de população e de comunidades, a influência crescente de abordagens em nível de sistemas e o aumento de consciência ambiental. Somente no início dos anos 80 a agroecologia emergiu como uma metodologia e estrutura conceitual distintas para o estudo do agroecossistema, permanecendo até os dias atuais a fazer conexão entre fronteiras estabelecidas (GLIESSMAN, 2005).

No Brasil, segundo Schmitt e Tygel (2009), a construção do campo agroecológico resulta da confluência histórica entre diferentes trajetórias de crítica e mobilização social em reação aos impactos sociais e ambientais gerados pelo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

processo de modernização da agricultura ocorrido a partir dos anos 70. Já na década de 80 as bases de sustentação da chamada agricultura alternativa estiveram mais fortemente ancoradas em determinadas vertentes do movimento ambientalista e no posicionamento político de profissionais das ciências agrárias que buscavam questionar as bases científicas da chamada agricultura convencional.

No período seguinte, esse cenário se modifica, e verifica-se a emergência, em distintos contextos locais, de um rico repertório de práticas técnico-produtivas e de organização econômica e social que busca incorporar, em seu horizonte prático e conceitual da intervenção, a crítica do chamado pacote tecnológico da Revolução Verde[10] ou de uma forma mais ampla, ao modelo de desenvolvimento imposto pela modernização da agricultura e do mundo rural (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Conforme Altieri (2002), a agroecologia é uma abordagem que integra concepções e métodos de outras áreas do conhecimento, é um desafio normativo aos temas relacionados à agricultura, adaptando-se bem às questões tecnológicas que demandam práticas agrícolas mais equilibradas em relação ao ambiente e estando de acordo com as perspectivas do desenvolvimento ambiental e participativo.

> A agroecologia proporciona bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agricultura sustentável, levando-se em conta o objetivo de produzir quantidades adequadas de alimentos de elevada qualidade biológica para toda a sociedade. Apesar de seu vínculo mais estreito com aspectos técnico-agronômicos, essa ciência se nutre de diversas disciplinas e avança para esferas mais amplas de análise, justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico, a cultura do homem em co-evolução com o meio ambiente. A corrente agroecológica sugere a massificação dos processos de manejo e desenho do agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional, defendendo a agricultura de base ecológica que se justifique pelos seus méritos extrínsecos ao incorporar a ideia de justiça social e proteção ambiental, independente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b, p. 57 e 58).

[10] A Revolução Verde, que ocorreu a partir da década de 1950, consistiu na adoção de práticas agrícolas baseadas no uso intensivo de insumos químicos e instrumentos mecânicos pelos países de Terceiro Mundo. Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou a criação e o desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos ligados à agricultura (ALBERGONI; PALAEZ, 2007).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A agricultura do futuro deve ser tanto sustentável quanto altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana, requerendo uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, construindo aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local e, ao mesmo tempo, deve explorar conhecimentos e métodos ecológicos modernos, configurada na ciência da agroecologia, sendo definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e no manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2005).

> O desenvolvimento rural do terceiro mundo tem contribuído muito para a evolução do pensamento agroecológico, as análises da área rural esclarecem a lógica das estratégias locais de produção, em comunidades sob intensa transformação, assim como em áreas rurais cada vez mais integradas na economia regional, nacional e global (ALTIERI, 2002, p. 45).

A sustentabilidade dos agroecossistemas, conforme Caporal e Costabeber (2003), baseada em conceitos, princípios e metodologia a partir da agroecologia, pode ser avaliada por dimensões que auxiliam na definição de indicadores de sustentabilidade. No quadro 5 é apresentada uma síntese dos aspectos relacionados às dimensões da sustentabilidade a partir da agroecologia.

QUADRO 5 – Dimensões da sustentabilidade a partir da agroecologia.

DIMENSÃO	ASPECTOS RELACIONADOS
Ecológica	A manutenção e a recuperação da base de recursos naturais constituem aspecto central para se atingir patamares crescentes de sustentabilidade em quaisquer agroecossistemas; preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo, manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos e recursos naturais; necessidade de uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, dando um tratamento integral a todos os elementos do agroecossistema que venham a ser impactados pela ação humana.
Social	Representa um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade; busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica superior, o que comporta a eliminação do uso de insumos tóxicos no processo produtivo agrícola mediante novas combinações tecnológicas, ou ainda através de opções sociais de natureza ética e moral.
Econômica	Busca aumento de produção e produtividade agropecuária, balanços energéticos positivos, melhoria da renda familiar, redução nos gastos com energias não renováveis, fortalecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.
Cultural	Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

DIMENSÃO	ASPECTOS RELACIONADOS
	de desenvolvimento rural, que espelham a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema; não pode e não deve obscurecer a necessidade de um processo de problematização sobre os elementos formadores da cultura de determinado grupo social; considera as repercussões negativas que possam ocorrer nas formas de manejo dos agroecossistemas, descartando-se procedimentos ou técnicas inadequadas nos processos de construção de estratégias na relação homem-natureza
Política	Processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural; métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania.
Ética	Relaciona-se diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação ambiental; redução do sobre-consumo; redução da hiperpoluição; redução da abundante produção de lixo e de todo tipo de contaminação ambiental gerado pelo estilo de vida e de relação com o meio ambiente; resgate da cidadania e da dignidade humana, a luta pela miséria e a fome ou a eliminação da pobreza e suas consequências sobre o meio ambiente; fortalecimento de valores e princípios que expressam a solidariedade entre as gerações atuais e a solidariedade entre as atuais e futuras gerações.

Fonte: Elaborado a partir de Caporal e Costabeber (2003).

Avaliar a sustentabilidade dos agroecossistemas através de um conjunto de dimensões que se interrelacionam conforme o quadro acima contribui para entender a agroecologia por meio de um enfoque científico de outras abordagens relacionadas a agricultura sustentável (CAPORAL, COSTABEBER, 2003).

Conforme aponta Almeida (2008), os desafios colocados à agroecologia devem construir um projeto capaz de orientar novas formas de produção e organização social que ultrapasse o campo da contestação e da oposição à tecnocracia, ao produtivismo e às políticas agrícolas inadequadas; deve haver ações capazes de viabilizar experiências que incrementem a produção, com qualidade e maior conservação ambiental. A agroecologia, para Altieri (2008), fornece uma estrutura para a compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas. Trata-se de uma abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Costa Neto (2008) salienta que o termo agroecologia vem provocando polêmicas em torno de sua definição. A agroecologia, desde a fase de transição tecnológica até seu pleno amadurecimento social produtivo, em situações concretas,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

prevê uma política de entrelaçamento produtivo-cultural com a produção familiar e visa continuamente à sustentabilidade socioambiental.

> O termo agroecologia não abarca nem sintetiza o conjunto das práticas, sentido e identidades que emergem nesse movimento de crítica e resistência aos modos de organização impostos pela modernização conservadora da agricultura brasileira. Designações como agricultura ecológica, convivência com o semiárido, extrativismo sustentável, policultivos, carregados de significação em seus contextos de origem, são passíveis de redução a um único conceito. [...] a agroecologia não é apenas o processo técnico de conversão de sistemas convencionais de produção em sistemas produtivos diversificados e menos dependentes de insumos externos. A chamada transição agroecológica implica a reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, a defesa de territórios e de formas sustentáveis de vida e o fortalecimento da autonomia dos produtores familiares na produção e reprodução de sua base de recursos (SCHMITT; TYGEL, 2009, p. 111).

A agroecologia tem enfoque teórico e metodológico calcado em disciplinas científicas, voltadas para a compreensão da atividade agrária sob o prisma ecológico, tendo concepção de uma ciência produzida a partir de diversos campos do conhecimento, estabelecidos na noção de ecologia e aplicados a unidades de análise, agroecossistemas, visando apoiar o processo de transição de uma agricultura baseada em preceitos tecnológicos e socioculturais da Revolução Verde para uma agricultura ecologicamente sustentável, não restringindo a um receituário de aplicação de técnicas alternativas de agricultura, indo além do sentido de se definir sócio-cultural e politicamente em direção a uma determinada opção de desenvolvimento rural (COSTA NETO, 2008).

Para complementar o pensamento do autor, trazem-se as palavras de Gliessman (2005):

> a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Abrindo caminhos para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação, valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2005, p.54).

A agroecologia, destaca Altieri (2002), leva em consideração o sistema agroecológico e o social em que trabalham os agricultores, dando maior ênfase aos experimentos em propriedades, além de ser mais aberta à participação dos agricultores no processo de pesquisa. A tecnologia agroecológica é receptiva à

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

heterogeneidade das condições locais para a agricultura, procurando conduzir as pesquisas segundo os princípios ecológicos que administram o meio rural.

A noção de experiência agroecológica de produção familiar é frequentemente utilizada quando se trata de designar as iniciativas locais de promoção da agroecologia, protagonizadas por diferentes categorias de produtores familiares, noções e princípios, adquiridos ao longo do tempo e que dão sentido a uma identidade e um conjunto de práticas (SCHMITT;TYGEL, 2009).

Para Caporal e Costabeber (2002), agroecologia tem sido positiva, pois faz lembrar-se de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, promovendo a inclusão social e proporcionando melhores condições econômicas aos agricultores, uma nova agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao ambiente. Constitui um campo promissor de conhecimento, uma ciência com especial potência para orientar processos de transição a estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável.

Schmitt e Tygel (2009) esclarecem que a construção de referências locais de geração e disseminação de princípios e práticas identificados, em diferentes níveis, com a agroecologia, foi um fator decisivo para que a ideia de que, do ponto de vista tecnológico, outra agricultura seja possível de passar e penetrar de uma forma mais expressiva o universo político dos movimentos sociais, possibilitando uma articulação mais estreita dessas organizações com os demais atores sociais que hoje constituem o campo agroecológico. A transição dos recursos naturais, na agricultura e no meio rural, não pode ser pensada como processo linear nem reduzida às definições políticas das redes e articulações que trabalham na promoção da agroecologia e que hoje se identificam como parte do campo agroecológico.

O processo de ecologização, para Caporal e Costabeber (2004a), não se limita a obedecer apenas a estímulos de mercado, mas incorpora valores ambientais e a orientação para a construção de uma nova ética de relação homem e natureza. Conformando o processo de transição agroecológica, pode ser entendido como:

> Um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo-se como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de base ecológica se refere a um processo de evolução contínua, multilinear e crescente no

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, por depender da intervenção e da interação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificações biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. Por incluir considerações de natureza diversa como econômica, social, cultural, política, ambiental e ética, o processo de transição agroecológica não dispensa o processo técnico e o avanço do conhecimento científico (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 173).

A luta por políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidário ou voltadas ao fortalecimento de distintas formas de produção familiar agroecológica nos contextos socioambientais, conforme argumentam Schmitt e Tygel (2009), é componente estratégico na intervenção das organizações ligadas à agroecologia, visto que no campo da agroecologia as ações se encontram distribuídas em vários ministérios, com presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário, algumas iniciativas do Ministério do Meio Ambiente e um Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, embora existam obstáculos no que se refere à construção de mecanismos de financiamentos que sejam adaptados à realidade dos empreendimentos e capazes de servir como estímulo à transição para uma agricultura de base ecológica.

Caporal e Costabeber (2003) explicam que, com a aplicabilidade dos princípios da agroecologia, pode-se alcançar estilos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior. Além disso, esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos seus atores e permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, numa perspectiva temporal de longo prazo que inclua tanto o presente como as futuras gerações.

A agroecologia surge como uma proposta alternativa de agricultura sustentável que proporciona resultados favoráveis em relação ao equilíbrio do ecossitemas, busca de diversificação da propriedade através de vários cultivos, animais, além disso, engloba valores éticos, contribui para a conscientização do homem em relação à natureza e aos recursos naturais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

3.3.1 Agricultura Orgânica

No Brasil a agricultura orgânica vem ganhando importância devido ao envolvimento de agricultores engajados na produção e comercialização de produtos ambientalmente corretos e saudáveis, sendo uma alternativa de produção sustentável que possibilita aos agricultores mudanças no modo de manejo do solo, de produção e, principalmente, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

O processo de introdução de práticas agrícolas mais respeitosas com o meio ambiente é a ação que desempenham as formas associativas, de tal modo que se pode afirmar que a ação coletiva é um elemento fundamental para compreender a consolidação de novos estilos de agricultura (COSTABEBER; GARRIDO, 2000).

Para Costabeber e Garrido (2000), estilos de agricultura de base ecológica, potencializando a geração de maiores níveis de sustentabilidade mediante a ecologização das práticas agrárias, são uma alternativa para possibilidades e limitações que os agricultores tenham em termos de recursos e apoio externo.

A agricultura orgânica “é um sistema de produção agrícola que evita ou exclui praticamente os fertilizantes e pesticidas sintéticos” (ALTIERI, 2002, p.287). Para o autor, os produtos orgânicos usam maquinário moderno, variedades recomendadas, sementes certificadas, adotam manejo adequado dos animais, práticas de conservação da água e do solo, métodos inovadores de reciclagem de restos orgânicos e de manejo de resíduos.

Agricultura orgânica é definida como sistemas orgânicos que buscam obter solos e lavouras saudáveis com práticas de reciclagem dos nutrientes e da matéria orgânica, na forma de devolução dos resíduos de cultura ao solo, rotação de culturas e práticas apropriadas do solo. A agricultura orgânica pode ser praticada em toda a unidade produtiva ou apenas em uma fração dela, desde que haja um isolamento entre as diferentes formas de manejo, a fim de garantir que os insumos empregados na atividade convencional, assim como seus efeitos, não interfiram na parte destinada à produção orgânica (MUNIZ; STRINGHETA, 2003).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A ideia de uma agricultura sustentável revela o desejo social de novos métodos que conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos de segurança alimentar já alcançados. Implantar uma agricultura que preserve os recursos naturais e o meio ambiente, já que as soluções consideradas sustentáveis são específicas dos ecossistemas e exigente em conhecimento agroecológico, torna-se complicado. É possível que a situação se altere sob pressão social, mas não com a velocidade embutida na ideia de "revolução super ou duplamente verde" (BRASIL, 2004a).

Darolt (2000) conceitua agricultura sustentável como um estudo com enfoque sistêmico, que incorpora linhas de ação que permitam compreender de forma mais ampla processos e problemas existentes na agricultura. Compreender as possibilidades do sistema orgânico atende ao objetivo de qualidade de vida da população rural e urbana no contexto do processo de urbanização.

> Ao contrário da agricultura convencional, que tem como objetivo prioritário a maximização da produção, considerando principalmente aspectos de ordem técnica e econômica, a preocupação central de algumas tendências em política agrícola está voltada para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Entretanto, é difícil adotar estratégias de produção e de gestão de recursos inspirando-se em um conceito que não está claramente definido. Porém, dentro da agricultura sustentável, existem sistemas como a agricultura orgânica, com processos ainda em construção, que podem servir como referência de desenvolvimento sustentável (DAROLT, 2000, p. 1).

Os princípios da agricultura orgânica foram introduzidos no Brasil no início da década de 70, quando se começava a repensar o modelo convencional de produção agropecuária, surgindo experiências práticas que marcaram o lançamento da semente orgânica no país: a fundação da Estância Demétria, em Botucatu-SP, com princípios da agricultura biodinâmica, e a outra foi a instalação de uma granja orgânica pelo engenheiro agrônomo, Dr. Yoshio Tsuzuki, no município de Cotia-SP. Durante o período de 1973 a 1995, o desenvolvimento da agricultura orgânica ocorreu lentamente no país, passando por diferentes fases atreladas a contextos socioeconômicos e movimentos de ideias contrárias à agricultura convencional (DAROLT, 2000).

A busca de segurança alimentar, conforme salientam Caporal e Costabeber (2003, p. 170), “inclui a necessidade de alimentos limpos e saudáveis para todos e,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

portanto, minimiza a importância de certas estratégias de produção orgânica dirigida pelo mercado e acessível apenas a uma pequena parcela da população".

Meirelles (2003) saleinta que a construção de um mercado especial para os produtos orgânicos tem sua origem no desejo natural tanto dos consumidores de ter acesso a produtos mais saudáveis e quanto dos agricultores na expectativa de verem reconhecidos seus esforços de produzirem sem a disseminação das facilidades do modelo convencional. E, com o passar dos anos, o mercado de produtos orgânicos desenvolveu-se fomentando o crescimento da certificação.

Assim, a criação de leis para regulamentar e certificar medidas de proteção e conservação do meio ambiente tornou-se fundamental para o mercado de produtos orgânicos, e políticas públicas ambientais tem o propósito de definir ações, atores sociais e procedimentos técnicos que garantam uma melhor qualidade de vida para os indivíduos e, principalmente, o equilíbrio ambiental.

No que tange aos sistemas orgânicos de produção agropecuária[11] e às políticas públicas quanto à produção de orgânicos, comercialização e certificação no Brasil, a Lei 10.831/2003, conforme Schmitt e Tygel (2009), não surgiu em princípio como uma demanda das organizações. Na prática, a construção desse mercado diferenciado já vinha por iniciativa dos próprios produtores, identificados como orgânicos, ecológicos ou agroecológicos, e das diferentes organizações envolvidas na produção, processamento, comercialização e consumo de produtos limpos. Além disso, esse processo desencadeou e mobilizou debates sobre a legislação por parte das organizações identificadas com a agroecologia, pautada pela preocupação de que novas normas poderiam restringir o acesso dos agricultores a esse mercado.

O sistema orgânico de produção tem o propósito de produzir um alimento de qualidade, pensar na biodiversidade das culturas locais, diversificação da produção, utilizar-se de práticas que preservam os nutrientes do solo, mantendo o equilíbrio

[11] Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

das plantas. A agricultura orgânica, além de proporcionar melhor qualidade de vida ao produtor e ao consumidor, oferece também melhores rendimentos, consumo consciente, sendo subsídios indispensáveis para a obtenção da sustentabilidade, não oprimindo o ambiente, e sim recuperando a agricultura.

Segundo a Lei nº 10.831/2003, para a comercialização de produtos orgânicos, os certificados deverão ser reconhecidos oficialmente e seguir critérios estabelecidos em regulamento. No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento (BRASIL, 2003b).

As certificações dos produtos seguem padronizações que são analisadas pelos órgãos responsáveis por meio de auditorias em que existem critérios de conformidade a serem verificados para que o produto orgânico se torne diferenciado do convencional.

Para efeito destas verificações em relação aos produtos orgânicos, cabe mencionar que, segundo o Decreto 6.323/2007, são estabelecidas duas espécies de organismos de avaliação da conformidade: os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (art. 38 do Decreto), e a outra forma de avaliação consiste na certificação por auditoria (art. 45 do Decreto).

Para tanto, existem instituições, como o Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e a Organização de Controle Social (OCS) que são responsáveis na constatação e determinantes para a obtenção da certificação. O Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) é uma instituição que avalia, verifica e atesta que os produtos ou estabelecimentos atendem ao disposto no regulamento da produção orgânica, podendo ser uma certificadora (BRASIL, 2008).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica[12] (OPAC) é uma organização que assume a responsabilidade formal do conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma comissão de avaliação e um conselho de recursos (BRASIL, 2008).

E a Organização de Controle Social (OCS), é um grupo, associação, cooperativa, consórcio com ou sem personalidade jurídica, previamente cadastrada no MAPA, a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentadas na participação, comprometimento, transparência e confiança reconhecido pela sociedade (BRASIL, 2008).

A Organização de Controle Social (OAC), segundo MAPA (BRASIL, 2008), pode ser formada por um grupo de associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem penalidade jurídica, de agricultores familiares e deve existir entre os participantes uma relação de organização, comprometimento e confiança. Seu papel é orientar de forma correta os agricultores e devem ser cadastradas nas Superintendências Federais de Agricultura do MAPA.

Assim, tanto as entidades certificadoras quanto os organismos participativos de avaliação da conformidade têm a finalidade de facilitar o acesso dos agricultores ao mercado de orgânicos incentivando as organizações de agricultores a buscarem a padronização de sua produção como uma garantia de competitividade, produto diferenciado, além de trazer benefícios quanto a aspectos ambientais, sociais e econômicos para a região.

[12] Por exemplo, a Rede Ecovida é um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), sendo constituída por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais que juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia se organizam com o objetivo de desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas, incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos; gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular (REDE ECOVIDA, 2010).Para tanto, a Rede Ecovida está fundamentada nos seguintes princípios: ter na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável, trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações, ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção, trabalhar na construção de mercado justo e solidário e garantir a qualidade através da certificação participativa.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Conforme a Instrução Normativa nº 64 de 18 de dezembro de 2008 em relação aos requisitos gerais dos sistemas orgânicos de produção quanto aos aspectos ambientais, os produtores devem buscar a manutenção das áreas de preservação permanente; a atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais e modificados; e a proteção, a conservação e o uso racional dos recursos naturais (BRASIL, 2008).

> Já no que se refere ao art. 4º da Instrução Normativa nº 64 de 18 de dezembro de 2008, às atividades econômicas dos sistemas orgânicos de produção, os produtores devem buscar o melhoramento genético, visando à adaptabilidade às condições ambientais locais; a manutenção e a recuperação de variedades locais, tradicionais ou crioulas, ameaçadas pela erosão genética; a promoção e a manutenção do equilíbrio do sistema de produção como estratégia de promover a sanidade dos animais e vegetais; a interação da produção animal e vegetal; e a valorização dos aspectos culturais e a regionalização da produção [...] e, quanto aos aspectos sociais, o art. 5º da Normativa 64 de 18 de dezembro de 2008, salienta que, os sistemas orgânicos de produção devem buscar que as relações de trabalho estejam fundamentadas nos direitos sociais determinados pela Constituição Federal e a melhoria da qualidade de vida dos agentes envolvidos em toda a rede de produção orgânica. (BRASIL, 2008).

Além disso, a Instrução Normativa nº 64 de 18 de dezembro de 2008 prevê que todas as unidades de produção de orgânicos devem dispor de um Plano de Manejo Orgânico atualizado, devendo ser elaborado para o período de conversão um plano de manejo orgânico específico que contemple os regulamentos técnicos e todos os aspectos relevantes do processo de produção, tais como, histórico de utilização da área; manutenção ou incremento da biodiversidade; manejo dos resíduos; conservação do solo e da água e manejos da produção vegetal e animal (BRASIL, 2008).

Na busca de agroecossistemas sustentáveis, procura-se estabelecer a base científica para uma agricultura que tenha como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais. Os sistemas agrícolas conduzidos através do manejo orgânico com enfoque agroecológico têm o compromisso de manter e/ou recuperar a biodiversidade dos agroecossistemas e do entorno, ao mesmo tempo em que possibilitam aumento de renda para a família ao agregar valor aos produtos e ampliar o mercado, facilitando a comercialização (AQUINO; ASSIS, 2007).

O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

seus conjuntos complexos de insumos, produção e independência entre as partes que os compõem, baseado em princípios ecológicos e na compreensão dos ecossistemas (GLIESSMAN, 2005).

A agricultura orgânica, por estar dentro de uma lógica de práticas que valoriza o emprego eficiente dos recursos naturais não renováveis, aproveitamento dos recursos naturais através da não utilização de fertilizantes, busca manter a estrutura e a qualidade do solo, cultivo de alimentos mais saudáveis, trabalho de forma harmônica com a natureza, promoção da inclusão social dos pequenos produtores rurais com melhores condições e qualidade de vida.

Portanto, os fundamentos teóricos expostos neste estudo relacionam conhecimentos imprescindíveis ao desenvolvimento da temática e ao alcance dos objetivos propostos nesse trabalho. Entende-se que, para analisar sustentabilidade, torna-se fundamental contemplar abordagens sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, mercado solidário, comércio justo, agroecologia e agricultura orgânica, sendo que estas contextualizações estão relacionadas ao problema de pesquisa.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4 MÉTODO

Neste capítulo apresenta-se o método de pesquisa utilizado para o alcance dos objetivos propostos neste estudo, como foi realizada a escolha das propriedades e dos agricultores entrevistados, seguindo-se o processo de coleta e tratamento dos dados, bem como a análise dos dados com a finalidade de dar respostas às questões norteadoras desta investigação.

4.1 Tipo de pesquisa

Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se por um estudo de caso exploratório de viés qualitativo. Para Yin (2009), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Em outras palavras, usa-se o método estudo de caso quando se deseja entender um fenômeno de vida real em profundidade, englobando importantes condições contextuais.

Foi realizada uma investigação da situação atual das propriedades rurais por meio de uma única intervenção, visando esclarecer as tomadas de decisão dos agricultores e da cooperativa referentes ao mercado, gestão, produção e a

sustentabilidade, bem como implementações utilizadas e resultados alcançados até o momento. Conforme relata Mattar (1993, p.84), a pesquisa exploratória, "visa proporcionar ao pesquisador maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva". Neste sentido, Gil explica:

> pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar uma visão do tipo aproximado, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 1991, p.45).

Appolinário (2006) salienta que uma pesquisa qualitativa prevê a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Além disso, a análise de dados se dará a partir da interpretação do pesquisador, não havendo generalização.

Strauss e Corbin (2008, p. 23) destacam que "o termo pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação". De acordo com o posicionamento de Richardson (1999, p. 90), "a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados".

Para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho, optou-se pelos métodos documental e de campo, sendo utilizadas para o levantamento das informações fontes primárias, como entrevistas, observações e documentos como estatuto social da cooperativa e relatório de registro de entrega de produção.

A entrevista é uma metodologia de coleta de dados que envolve o encontro de duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado, bem como um procedimento relativamente comum nas investigações sociais, podendo ser realizado face a face ou à distância. Além disso, as entrevistas possuem uma grande dependência das habilidades relacionadas e de comunicação do entrevistador, de forma que entrevistas não-estruturadas devem ser realizadas por pesquisadores experientes, pois demandam técnica e conhecimento do problema de pesquisa e as variáveis envolvidas (APPOLINÁRIO, 2006).

O tipo de entrevista utilizada para o estudo foi a semiestruturada por possibilitar flexibilidade na exploração das questões e o desenvolvimento das

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

entrevistas se adaptarem ao entrevistado. Conforme Appolinário (2006, p. 134) a entrevista semiestruturada “é um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para a elucidação de elementos que surgem de forma imprevista ou informações espontâneas dadas”. Além disso, foi empregada a observação visando compreender os discursos dos entrevistados. De acordo com Appolinário (2006), a técnica da observação é o contato direto com o fenômeno estudado, e os sentidos são ferramentas essenciais para a exploração de uma determinada realidade. Para a observação foram realizadas visitas às propriedades e às instalações da cooperativa na sede administrativa, na agroindústria e na usina de compostagem.

4.2 Unidade de Análise ou População

A amostra da pesquisa foi por conveniência. Para Sampieri, Collado e Lucio (2006), este tipo de amostragem não busca a representatividade da população do estudo por meio de uma seleção aleatória, e sim de uma cuidadosa e controlada eleição de sujeitos com certas características especificadas previamente na definição do problema.

O estudo abrange a Região do Vale do Caí no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente o município de Montenegro. O levantamento de dados e das informações foi realizado em uma organização consolidada e fundamentada nos princípios do cooperativismo e da agroecologia, a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – Ecocitrus.

A organização de agricultores é composta por propriedades que atuam somente com produção orgânica, e possui diferentes relações com o mercado e em diversos segmentos da cadeia produtiva, tais como produção, beneficiamento, processamento de citrus e insumos agrícolas, buscando reduzir custos de produção, produzir citros de melhor qualidade e sem agrotóxicos, suprir a demanda de um mercado consumidor interno e externo de produtos orgânicos e fazer o aproveitamento dos resíduos das indústrias.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, a escolha da unidade de análise deve-se às suas relações estabelecidas com o mercado, sua organização certificada no segmento da agricultura orgânica, assim como o fato de ser uma organização com uma trajetória de atuação no mercado.

A pesquisa de campo foi realizada a partir da caracterização das propriedades que atuam com produção de orgânicos; optou-se por utilizar o critério da diversidade de organização, manejo das propriedades, tipos de produtos e de atividades desenvolvidas. Essa diversidade de propriedades contribuiu para o cumprimento dos objetivos específicos do estudo, principalmente o que diz respeito à avaliação da sustentabilidade e às relações com o mercado.

Para o levantamento das informações junto a estas propriedades foram utilizadas fontes primárias, tais como entrevistas semiestruturadas e documentos. As entrevistas foram realizadas com os agricultores sócios produtores, presidente e gestores da organização. Os documentos analisados foram o estatuto da organização e os relatórios de comercialização.

Foram entrevistadas 09 pessoas, entre as quais sócios produtores e gestores da cooperativa. No quadro 6 apresenta-se o perfil dos entrevistados.

QUADRO 6 – Demonstrativo do Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Função	Escolaridade	Tamanho da Propriedade	Área Plantada de Citrus	Membros na Família	Atividade Agrícola
A	Gestor	Ensino Médio Completo	-	-	-	-
B	Produtor	Ensino Médio Completo	12,3 hectares	11 hectares	5	Laranja Bergamota Banana Pera Caqui
C	Produtor	Ensino Fundamental Incompleto	51 hectares	20 hectares	2	Bergamota Laranja Feijão Milho Lima Aipim
D	Produtor	Ensino Fundamental Completo	19 hectares	11 hectares	5	Bergamota
E	Produtor	Ensino Fundamental Completo	16 hectares	3 hectares	3	Bergamota Laranja Hortaliças
F	Gestor/ Produtor	Ensino Fundamental Completo	20 hectares	20 hectares	3	Bergamota Laranja Aipim e batata

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

G	Gestor/ Produtor	Ensino superior Incompleto	18 hectares	7,5 hectares	5	Bergamota Laranja Caqui Figo Abacate Banana
H	Gestor	Ensino Médio Completo	-	-	-	-
I	Gestor	Ensino Médio Completo	-	-	-	-

Fonte: Farias (2010)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

4.3 Plano de Coleta de Dados

A coleta de dados é a etapa da metodologia da pesquisa que tem por finalidade obter informações relacionando os objetivos e os meios para alcançá-los. Na pesquisa científica coletam-se dados por meio de instrumentos que garantem o apontamento dos elementos, sendo necessários para a análise dos dados e para responder às indagações do pesquisador.

Para o alcance dos objetivos propostos neste trabalho, optou-se pelos métodos, documental e de campo. A pesquisa documental foi realizada por meio da análise de documentos relativos a estatuto social da cooperativa e relatório de registro de entrega de produção.

A forma de levantamento dos dados foi desenvolvida da seguinte maneira: primeiramente foi contatado o presidente da cooperativa e explicado o objetivo do estudo e realizado o agendamento da entrevista com o mesmo, determinando dia e horário, conforme sua disponibilidade. Em seguida, foi realizada a entrevista em profundidade, sendo solicitada a assinatura de um termo de consentimento (APÊNDICE A), o qual explicava os objetivos da pesquisa. Após a entrevista, realizou-se a visita na sede administrativa com a finalidade de conhecer a estrutura da cooperativa.

Após a realização da entrevista com o presidente deu-se a escolha das propriedades, preferindo-se a utilização de critérios como diversidade de

organização, manejo das propriedades, tipos de produtos e de atividades desenvolvidas, determinando assim a amostragem da pesquisa. Foram escolhidas 06 (seis) propriedades para o estudo.

Com a definição da amostra, partiu-se para o agendamento das entrevistas com os agricultores sócios produtores e com gestores: o tesoureiro, o gerente de equipe de trabalho, representante do conselho fiscal e do conselho administrativo. Explicada a proposta da pesquisa, solicitou-se a assinatura do termo de consentimento e esclareceu-se que a entrevista era dividida em dois momentos: primeiro, a realização de questionamentos relacionados à relação dos agricultores com a cooperativa; e, no segundo momento, aspectos relacionados à propriedade agrícola.

O tipo de entrevista utilizada foi em profundidade com roteiro (APÊNDICE B), contendo perguntas objetivas e abertas, relacionadas ao mercado e à gestão da cooperativa. Neste roteiro também foram empregados indicadores[13] focando-se nos atributos da sustentabilidade, tais como produtividade, estabilidade e resiliência sendo utilizadas categorias e variáveis relacionadas à dimensão econômica, atributos propostos para agroecossistemas sustentáveis.

Optou-se por priorizar indicadores econômicos para a análise da sustentabilidade por tratar-se de um estudo de viés econômico e de gestão. Para tanto, foram avaliados os seguintes índices: a adoção do sistema orgânico, a diversificação econômica e a autonomia tecnológica e produtiva. Apresenta-se no quadro 7 a dimensão econômica para a avaliação dos atributos da sustentabilidade.

QUADRO 7 – Índice econômico para a avaliação dos atributos da sustentabilidade em sistemas orgânicos de produção agropecuária.

Índices	**Indicadores**
Adoção do sistema orgânico	1. Relação entre agricultura orgânica e convencional (% das áreas); 2. Investimento na agricultura orgânica (% do investimento total); 3. Contribuição da renda oriunda da agricultura orgânica para a renda total (% com relação a renda total).

[13] Indicadores propostos pelo projeto de pesquisa "Cadeias Produtivas de Alimentos Orgânicos e Desenvolvimento Sustentável na Região do Vale do Taquari".

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Diversificação econômica	1. Canais de comercialização (quantidade e tipos); 2. Mão de obra familiar (% da mão de obra total utilizada na agricultura orgânica); 3. Diversidade de fontes de renda familiar (quantidade e %da renda da agricultura).
Autonomia tecnológica e produtiva	1. Relação entre insumos externos e internos (% de dependência externa); 2. Treinamentos específicos na produção orgânica (nº e tipo de cursos); 3. Realização de experimentos e participação em projetos de investigação científica (existência e tipo de atividade).

Fonte: SCHULTZ; BARDEN; LAROQUE (2010, p.04)

Ressalta-se que os índices e indicadores foram analisados de forma qualitativa, e não a partir da atribuição de pesos e notas para cada uma das variáveis.

Os dados obtidos nas entrevistas foram gravados a fim de registrar a fala dos entrevistados, e, após, transcritos na íntegra para descrever com mais detalhes as informações e a interpretação dos dados.

Em relação à observação direta, esta foi realizada nas propriedades junto aos agricultores e, na cooperativa, com o presidente e os gestores, na agroindústria e na usina de compostagem, possibilitando o entendimento entre as relações com o mercado, gestão, modo de produção na agricultura, diversificação econômica, autonomia tecnológica e produtiva e a sustentabilidade.

4.4 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados foi baseado no método de análise de conteúdo buscando interpretar como os produtores de orgânicos compreendem os fenômenos de uma forma global e como são vivenciadas as suas práticas e relações. Para

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

compreensão do método análise de conteúdo, Bardin (1977, p. 31) salienta ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

Bardin (1977) reforça a ideia de que se trata não somente de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, com uma grande disparidade de forma adaptáveis a um campo de aplicação muito vasto. As fases da análise de conteúdo organizam-se em três etapas, cronologicamente: a fase da pré-análise, a da análise do material e a do tratamento dos resultados, conclusão e interpretação.

De acordo com Appolinário (2006), análise de conteúdo é o conjunto de técnicas de investigação científicas utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados linguísticos. Nesse tipo de análise, os elementos principais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente, as categorias encontradas são analisadas face a uma teoria específica.

Para tanto, Appolinário (2006) propõe a utilização da técnica analítica na qual o pesquisador procede à categorização dos dados em unidades analíticas, que são interpretadas tendo em vista o problema de pesquisa e o referencial teórico adotado. Esta técnica, segundo o autor, pode variar desde uma simples técnica de redução e simplificação dos dados até uma análise de base gramatical. Dividide-se em três etapas: o texto original que consiste na fala do sujeito, a primeira redução ou simplificação e a segunda redução ou categorias/temas.

De acordo com a análise de conteúdo, primeiramente deve-se fazer uma leitura para organizar as ideias para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam. Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor o discurso, aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes (RICHARDSON, 1999).

Para Bardin (1977), análise de conteúdo compreende:

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Visa operacionalizar e sistematizar as ideias, elaborando um esquema preciso de desenvolvimento do trabalho. A análise do material é a análise propriamente dita, uma fase que consiste basicamente na codificação e categorização. Por último, se fará o tratamento dos dados. Entre as diversas técnicas de análise de conteúdo, a mais utilizada é a análise por categoria. Ela se baseia na decodificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados e formam agrupamentos analógicos (RICHARDSON, 1999).

A partir da realização da transcrição das entrevistas, organizou-se o material a ser analisado, com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais. Em seguida foram definidas as categorias que sintetizam e destacam as informações fornecidas para a análise. Dos dados foram criadas as seguintes categorias: operacional, na qual foram avaliados os canais de distribuição, mercado, volumes de produção, preços, concorrência e produtos substitutos; a categoria estrutural atendimento as demandas, infraestrutura, certificações e marketing.

Em relação à categoria estrutura e gestão organizacional foram analisadas tomada de decisão e o estatuto social. E, no que se refere à sustentabilidade da propriedade, a análise através da dimensão econômica, sendo considerados índices como a adoção do sistema orgânico, a diversificação econômica e a autonomia tecnológica e produtiva.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

5 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA COOPERATIVA ECOCITRUS POR MEIO DE QUESTÕES RELACIONADAS AO MERCADO, À GESTÃO ORGANIZACIONAL E À ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, a partir da análise das percepções dos agricultores sócios-produtores e gestores da cooperativa Ecocitrus em relação ao mercado, gestão da cooperativa, produção e sustentabilidade. Foi caracterizada primeiramente a relações dos agricultores com a cooperativa, segundo, a relação estabelecida pela organização de agricultores com o mercado; e, por fim, a análise da sustentabilidade das propriedades.

Para o entendimento das informações, no que se refere à caracterização da relação dos agricultores com a cooperativa, foram analisadas categorias como estrutura organizacional, tomada de decisão e estatuto social, quando se menciona a gestão da cooperativa.

Quando se faz referência às relações estabelecidas pela organização com o mercado foram analisadas às categorias operacional e estrutural. Na categoria operacional foram avaliados os canais de distribuição, mercado, volumes de produção, preços, concorrência e produtos substitutos. Na categoria estrutural atendimento as demandas, infraestrutura adequada para processamento e

armazenagem, certificações, pesquisa de mercado, marketing, publicidade e propaganda. No que se refere à sustentabilidade da propriedade, a análise por meio da dimensão econômica, sendo considerados índices como a adoção do sistema orgânico, a diversificação econômica e a autonomia tecnológica e produtiva.

Para tanto, no próximo item será apresentado o surgimento da Ecocitrus, sua gestão, estrutura organizacional e estatuto social com a finalidade de analisar as relações dos agricultores com a cooperativa.

5.1 As relações dos agricultores com a cooperativa Ecocitrus

É no contexto organizacional que as relações dos agricultores com a cooperativa são instituídas. Os agricultores decidem, adotam formas de gestão, são influenciados, estabelecem suas normas, modos de produção e forma de fazer agricultura.

Assim, com o objetivo de caracterizar as relações dos agricultores com a cooperativa e como estas são constituídas, buscou-se resgatar o surgimento da Ecocitrus, descrever a sua gestão, estrutura organizacional e estatuto social, que são dados relevantes para o entendimento das relações existentes. Além disso, pretende-se trazer a percepção dos agricultores no que se refere a aspectos relacionados à participação nas tomadas de decisão, definições de estratégias operacionais, planejamento da produção, autonomia, assistência técnica fornecida pela cooperativa e entendimento quanto a regimentos internos e instâncias de deliberação.

A Ecocitrus é uma Associação de pequenos agricultores ecológicos fundada em 02 de novembro 1994 na região do Vale do Caí, no estado do Rio Grande do Sul. Nasceu da iniciativa de 15 produtores na busca de uma alternativa à agricultura convencional.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A ideia de produzir composto em larga escala a partir de resíduos agroindustriais surgiu a partir de um projeto desenvolvido no início dos anos 80 na empresa TANAC S.A. O projeto desencadeado pelo ambientalista José Lutzemberger em um primeiro momento, foi abandonado por ser economicamente inviável.

> *desde a criação da usina de compostagem tínhamos em mente, a ideia de tirar o intermediário da cadeia de produção, pois entendemos que o agricultor tem que ganhar dinheiro. Então primeiramente começamos com a ideia de produção ecológica. Assim, começamos a pensar em fazer uma usina, substituir o químico pelo orgânico e como tem muitas agroindústrias na região iniciamos com o recebimento de alguns resíduos e transformá-los em composto orgânico (Entrevistado A).*

Em 1990, Paulo Lenhardt, engenheiro agrônomo, desenvolveu um projeto piloto e implantou um pequeno pomar experimental que serviu de referência e ajudou a convencer muitos pioneiros da Ecocitrus. Para viabilizar a usina houve uma negociação com as empresas e um processo lento e burocrático com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Não havia legislação que tratasse especificamente de usina de compostagem, sendo necessárias adequações à legislação que tratava dos aterros sanitários. O capital inicial veio dos próprios agricultores, por meio de uma contribuição mensal. Para a execução dos trabalhos necessários para compactação da área da usina, tiveram o apoio da TANAC S.A e da mão de obra conjunta dos associados em forma de mutirões.

Em 1991, um grupo de agricultores, associados na Harmonicitrus (Associação de Citricultores de Harmonia) e técnicos organizados pelo PRORENDA[14](Programa de Viabilização de Espaços Econômicos de Populações de Baixa Renda) tiveram a oportunidade de participar da semana da Citricultura no estado de São Paulo. O evento funcionava com estandes temáticos/demonstrativos.

A Ecocitrus teve a sua origem nos trabalhos do Programa PRORENDA coordenado pela GTZ Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, empresa pública sem fins lucrativos do Governo Federal alemão, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo uma lógica diferenciada de relação à atuação do Estado na

[14] PRORENDA – tinha a finalidade de "promover a organização e a autonomia dos grupos de agricultores, o associativismo e o fortalecimento da capacidade de resolução conjunta dos problemas da comunidade" (FARIA, 2002, p. 41).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

promoção da agricultura familiar. O foco do programa com os grupos foi o estímulo à organização (SCHULTZ, 2006).

Já em 1992, alguns agricultores começaram a realizar cursos de vermicompostagem com Crista Knaper, formação em agricultura regenerativa na Fundação Gaia, formação em Agroecologia e tiveram a capacitação no curso “jovem citricultor” participando de viagens de estudo, visitando inclusive áreas de produção orgânica nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Além disso, a participação na formação de grupos de agricultores, na capacitação em metodologias participativas e na troca de experiências por meio de saídas a campo.

Somente em 1995 foi criada a usina de compostagem de resíduos agroindustriais com o objetivo de fornecer o composto orgânico para adubação das propriedades, pois a conversão dos pomares colocou os agricultores frente ao desafio de inverter o desgaste e perda do solo que vinha acontecendo com o sistema convencional de produção. Nesse mesmo ano surge a ideia de aproveitar os resíduos das agroindústrias da região para a sua compostagem.

A partir de 1995 a Ecocitrus passou a integrar o Movimento Agroecológico Latino-Americano (MAELA) e, nesse mesmo ano, sediou o encontro do Movimento no Cone Sul, o qual reuniu 35 representantes de cinco países em 15 dias de discussões sobre um plano de capacitação em agroecologia.

Em 1998 a cooperativa realizou a aquisição do prédio para o processamento da produção e, concomitantemente, a criação da Cooperativa de Citricultores Ecológicos do Vale do Caí, abrindo um novo mercado de consumidores de um produto diferenciado, o orgânico. Visa desenvolver processos que provoquem mudanças, com vistas a uma nova relação produtor – indústria – consumidor – meio ambiente, tendo em vista a produção de alimentos sadios e a não-agressão ao meio ambiente. Além disso, a cooperativa objetiva garantir o adubo orgânico para os pomares; diminuir os custos de produção; produzir citros de melhor qualidade e sem agrotóxicos; suprir a demanda de um mercado consumidor interno e externo de produtos livres de substâncias prejudiciais à saúde; diminuir a poluição de nossos arroios e rios e fazer o aproveitamento nobre dos resíduos das indústrias.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em meio a esse processo, a cooperativa assume um papel social, através de seu crescimento nos espaços políticos para uma melhor compreensão da realidade da produção orgânica. Destaca-se também no campo da investigação científica com a participação em projetos de pesquisa junto a instituições de ensino, a parceria existente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por meio da realização de experimentos nas propriedades de um grupo de sócios produtores. Além disso, há o desenvolvimento de projetos tais como: pesquisa participativa em citrus com a Embrapa, parcerias com prefeituras com o programa de hortas escolares e Emater/RS, estágios para universidades e escolas técnicas, visitas de grupos com agricultores, técnicos, universitários e estudantes, associação à Cooperativa sem Fronteiras, atuação na Associação Biodinâmica ABD SUL e parceria com o Instituto Morro da Cutia de Agroecologia.

Devido a seu trabalho inovador, é reconhecida. No ano de 2000, a cooperativa recebeu a certificação IBD, o selo de qualidade de seus produtos. Em 2001, realizou a inauguração da agroindústria com o propósito de agregação de valor à fruta *in natura.* Em 2005 recebeu o Prêmio *Ford Motor Company* de Conservação Ambiental, na categoria “Negócios em Conservação”, e o Prêmio Folha Verde, categoria “Agricultura Ecológica”, ambos realizados pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. E, a partir de 2006, começou a exportação do suco através do mercado justo possuindo a certificação internacional de comércio justa (*Fairtrade certification*), fornecida pela *Fair trade Labelling Organizations International* (FLO).

Referente à estruturação da cooperativa, ela possui no seu quadro associativo 110 sócios, 24 colaboradores e 150 famílias envolvidas. Sua equipe técnica é composta por um biólogo, dois agrônomos (um contratado e outro associado), um engenheiro florestal, um técnico ambiental, um geólogo e vários agricultores com experiência em metodologias participativas e atividades de formação. A estrutura formal da cooperativa pode-se verificar na figura 02, que apresetna a sua disposição e a hierarquia dos órgãos, como conselho de administração, assessoria jurídica, assessoria contábil e projetos, conselho fiscal, diretoria executiva composta pelo presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, que representam a organização e que permitem a visualização de todas as partes do processo organizacional.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

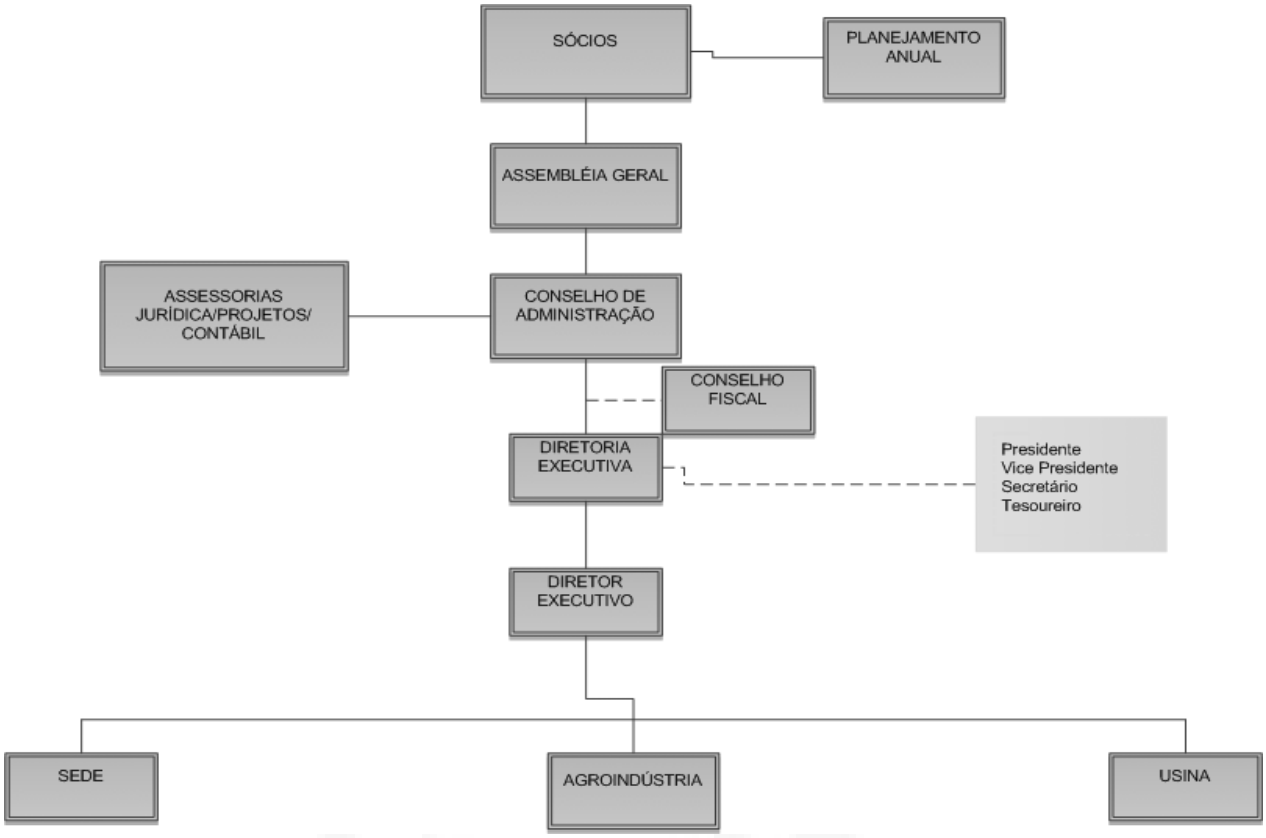

FIGURA 2 – Organograma da Cooperativa ECOCITRUS.

Fonte: ECOCITRUS (2010)

Existe um diferencial na cooperativa quanto ao seu quadro associativo: o associado produtor, o associado trabalhador e o funcionário celetista. Esta estruturação deu-se devido à preocupação que há em relação à economia solidária, buscando o equilíbrio ambiental, qualidade de vida dos agricultores e crescimento da cooperativa.

Segundo o Sindicato e Organizações de Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS, 2009), cooperativa é a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, sem visar a lucro. O cooperativismo tem como finalidade libertar o homem do individualismo através da cooperação entre seus associados, satisfazendo assim as suas necessidades. Defende a reforma pacífica e gradual da coletividade e a solução dos problemas comuns através da união, auxílio mútuo e integração entre as pessoas, além de buscar a correção de desníveis e injustiças sociais com a repartição equitária e harmoniosa de bens e valores.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O cooperativismo, segundo Lourenço (2008), tem-se mostrado um importante mecanismo de combate ao desemprego e tem contribuído para a criação de alternativas de desenvolvimento. O autor ressalta que as cooperativas estão fundamentas em princípios que norteiam a organização, como gestão democrática, ou seja, cada sócio tem direito a um voto, independente do capital investido; livre ingresso na sociedade de quem assim o quisesse, desde que participasse com uma cota mínima; divisão dos excedentes mediante uma taxa de juros de modo que este excedente nunca fosse apropriado pelos investidores; e necessidade de educação dos sócios nos princípios do cooperativismo.

> *Entendemos que temos que dar a opção às pessoas para que escolham o que querem na cooperativa, se funcionário CLT, carteira assinada ou também dentro da ideia de cooperativismo, o ato de cooperar, da participação, de poder tomar decisões, opinar no negócio, fazer parte da instituição, ajudar a resolver (Entrevistado A).*
>
> *Em 1996 fizemos um reprocesso do entendimento do cooperativismo, do que é uma cooperativa, como isso funciona. A primeira, a questão ambiental, sendo realizado um dia de campo, formação técnica, o que é a questão ambiental, o que é o homem dentro do ambiente, depois mais direcionado à diferença entre ser funcionário e ser sócio o que representa em valores. E para finalizar, conhecer a cooperativa, a agroindústria e a usina e após deixamos a opção da escolha de ser sócio ou CLT (Entrevistado A).*
>
> *Na verdade, dentro da cooperativa todos somos trabalhadores. Tem o trabalhador na agricultura e tem o trabalhador no escritório, serviços gerais, agrônomos, todos podem ser sócios, alguns optaram em não ser, então continuam com funcionário e carteira assinada. Sou sócio fundador e alguns entraram como funcionário e ano passado a gente abriu para quem quisesse ser sócio (Entrevistado D).*

Embora na cooperativa haja diferenciação no seu quadro associativo, ela possui envolvimento com famílias em forma de parcerias nas propriedades: *"quanto ao quadro associativo existe outras famílias envolvidas umas 60 direta, e indiretamente umas 90 famílias, às vezes tem uma família que é sócia, mas que trabalha em parceria com outras famílias na propriedade"* (Entrevistado A).

A cooperativa tem sua gestão fundamentada em cinco eixos principais de atuação:

1. A usina de compostagem: são aproximadamente 20 mil metros cúbicos de composto/ano e 20 mil metros cúbicos de biofertilizante líquido/ano e sua reciclagem chega a 115 mil metros cúbicos de resíduos industriais/ano. A mesma atende a legislação ambiental, possui um gerenciamento participativo e parceria com 35

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

empresas, tem um parque de máquinas próprio, caminhões e máquinas em parceria com empresas. Possui uma licença de operação para adubo líquido (mês) de 6.000 metros cúbicos e de adubo sólido (mês) de 3.600 metros cúbicos. Em 2009 a usina recebeu 44.937,77 m³ de resíduos e teve uma saída de 19.929 m³ adubo orgânico sólido e 14.500 m³ adubo orgânico líquido.

2. Setor de produção: aproximadamente 350 hectares de pomares e comercializa 2500 toneladas/ano de frutas processadas, com mais de 10 anos de manejo ecológico. A atividade agrícola predominante nas propriedades é o citrus, com variedades de bergamota, como montenegrina, murcot, ponkan, caí, pareci, mandarin e satsuma; e laranjas valência, céu, umbigo e seleta

3. Setor de comercialização: um armazém, no qual é realizada toda a comercialização da fruta *in natura.* Essa comercialização é em redes de supermercados e mercados institucionais, exportação de suco e óleo essencial.

4. Setor de beneficiamento e industrialização, com uma fábrica de sucos, reconstituído e integral pasteurizado.

5. Setor de formação com cursos em agroecologia, sistemas agroflorestais, agricultura biodinâmica e permacultura e organização social para a Região do Vale do Caí.

Além disso, a cooperativa participa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual visa atender pessoas em estado de vulnerabilidade social. O projeto, nos últimos três anos, beneficiou uma quantidade significativa de crianças, adultos e idosos, principalmente na região do Vale do Caí, região Metropolitana e Porto Alegre. Totaliza 3.824 pessoas beneficiadas, 96 produtores beneficiados e contabiliza um montante de R$ 294.207,53 com um repasse de R$ 114.623,23 para os produtores (ECOCITRUS, 2010).

A cooperativa, no decorrer dos anos, passou por estruturações no campo socioambiental, viabilizando ações e estratégias com a finalidade de promover qualidade de vida aos seus associados e o reconhecimento da produção orgânica, como se pode constatar em sua missão "*promover a qualidade de vida e a*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

sustentabilidade, através de processos participativos que levem à produção orgânica, ao consumo de alimentos sadios e à prestação de serviços ambientais".

Sua gestão tem como princípios norteadores a cooperação, a participação, a solidariedade, a responsabilidade socioambiental, o respeito às diferenças e principalmente a transparência, tendo como perspectiva futura ser referência em autogestão no cooperativismo agroecológico e economia solidária. Salienta o presidente da cooperativa: *"em relação às implementações na cooperativa, para nós é tranquilo porque o nosso diferencial é ser agricultor, pois somos uma cooperativa de agricultores que quer beneficiar todos e tornar-se viável*" (Entrevistado A).

> *Em relação ao crescimento e aos investimentos na cooperativa é na usina de compostagem que a cooperativa está tendo maior rentabilidade, temos possibilidade de mercado e de negócio ambiental, pois existe um mercado se produzindo e com a lei federal da destinação correta dos resíduos trabalhamos no momento com umas 35 empresas que destinam seus resíduos para uma solução e que gera uma grande receita para a cooperativa (Entrevistado A)*

A cooperativa, entre os anos de 2007 e 2008, conforme salientou um dos gestores, entrou em discussão sobre permanecer ou não com a usina de compostagem, devido ao risco de um impacto ambiental caso acontecesse uma falha no processo. Assim, como as propriedades não necessitavam mais do composto poderiam trabalhar somente com a adubação verde. Entretanto, foi realizada uma análise para a viabilidade econômica da usina e constatou-se que era um negócio rentável, gerava renda para os agricultores e, desse modo, possibilitaria projetos futuros para a cooperativa como a instalação da fábrica de óleo e suco.

A partir desta análise, a cooperativa manteve parcerias com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) e com o Centro Universitário UNIVATES, com o projeto de geração de gases. Desta forma, percebe-se que a Ecocitrus preocupa-se com a sustentabilidade da cadeia de produção fomentando estudos como, por exemplo, em relação à viabilidade técnica de uma planta de biogás, o qual no momento, por ser um investimento de elevado custo, é inviável economicamente.

No entanto, a cooperativa acredita na diversificação para atender outros nichos de mercado, sendo uma estratégia empresarial que ajuda a reduzir perdas de forma que não haja prejuízos expressivos. Além disso, a adoção de estratégias de diversificação como uma equipe técnica de trabalho para a realização de colheita,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

podas, limpeza de pomares, entre outras atividades traz oportunidades de negócios, inovação e mão de obra especializada que visa ao crescimento e ao desempenho da organização, aspectos que tornaram a pesquisa mais interessante e favorável para a realização do estudo.

> *A equipe técnica trabalha por demanda priorizando-as. Por exemplo, a semana passada (outubro) focou somente na colheita, após o término da colheita começamos na realização do serviço de limpeza de pomar, poda, principalmente o sócio produtor com pouca prática, falta de tempo. A equipe realiza todo o serviço demandado pelo agricultor e também serviços que não são para os produtores da Ecocitrus, quando há disponibilidade, caso não tenha trabalho destinado para a cooperativa na entressafra (Entrevistado F).*

A equipe técnica de trabalho é uma forma de a cooperativa diversificar seu negócio e estratégia organizacional, contribuindo para o desenvolvimento do Vale do Caí, treinando pessoas e disponibilizando mão de obra qualificada para seus sócios produtores e para a região. A falta de mão de obra nas propriedades é uma questão bem problemática para a realidade dos agricultores.

Compreendendo esta problemática, a cooperativa buscou, com a disponibilização da equipe de trabalho, contribuir com a sustentabilidade das propriedades principalmente no contexto da dificuldade de sucessão das mesmas e escassez de mão de obra qualificada. Esta carência de pessoas especializadas na agricultura, especialmente em decorrência de a geração futura dos agricultores preferir afastar-se do campo e buscar outras formas de renda, deixando a agricultura familiar, gerou uma instabilidade para os produtores rurais. Assim, a cooperativa, com a intenção de suprir de certa forma esta dificuldade, mantém a equipe de pessoas especializadas para a realização dos serviços à disposição de seus sócios e outros agricultores da região do Vale do Caí.

> *O sócio ou agricultores da região que necessitam de mão de obra solicitam o agendamento e a equipe executa o trabalho, emite um relatório de serviço com as horas trabalhadas e atividades realizadas [...] no início do mês a cooperativa realiza o pagamento do trabalhador e após o sócio produtor ressarce para a cooperativa através da entrega da fruta in natura (Entrevistado F).*

> *Hoje temos uma equipe de trabalho bem reduzida, são três pessoas, pois temos dificuldades em mantê-las, mas na época da safra da bergamota verde temos uma previsão de contratação de no mínimo 20 pessoas. Iniciamos com sócios trabalhadores, mas agora aos poucos esses foram saindo até pela dificuldade de entendimento e participação no processo da cooperativa, então optamos em deixá-los como CLT, e como a cooperativa*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *prioriza muito a questão da formação desse pessoal, é realizado treinamentos (Entrevistado F).*

Na medida em que as organizações ficam mais heterogêneas, estas têm adaptado suas práticas de recursos humanos para refletir em mudanças por meio de programas de diversidade de mão de obra. Tendem a concentrar-se em treinamentos e na alteração dos programas de benefícios para tornar seus colaboradores mais produtivos (ROBBINS, 2003).

A cooperativa, devido ao seu crescimento e inovações na sua estrutura organizacional, passou a dar prioridade também à gestão de pessoas para o alcance de seus objetivos estratégicos, focando no desenvolvimento e contratações de mão de obra qualificada, realização de treinamentos e aperfeiçoamentos, e não somente na gestão de produção de seus associados.

Segundo Lacombe e Chu (2008), a abordagem estratégica envolve o entendimento das pessoas como recurso para a obtenção de vantagem competitiva; além disso, a prática de gestão de pessoas envolve mecanismos competitivos, produto, mercado, tecnologia e as dimensões social, cultural e ética, que contribuem significativamente para o desempenho organizacional. As mesmas autoras salientam que a gestão de pessoas emerge das condições históricas de cada organização e da complexidade das relações sociais que dentro delas se desenvolvem.

Na percepção dos agricultores sobre aspectos relacionados à gestão e o relacionamento com a cooperativa, conforme os relatos, nota-se a priorização da participação de todos os 110 associados, sendo este um diferencial para a transparência do negócio: "*a cooperativa no que se refere ao relacionamento com os sócios tem um diferencial o contato direto com os agricultores, temos reuniões mensais e, claro, existem conflitos, mas é tranquilo pelo fato de sermos uma cooperativa pequena"* (Entrevistado F).

> *O relacionamento é bom porque sou uma pessoa que gosto de colocar críticas e às vezes pego meio pesado [...] mas acho que isso é muito bom pelo fato da cooperativa distinguir cargos e não necessitamos agendar com o presidente ou algum gestor, então todas as instâncias são consideradas iguais e temos esse espaço para expor nossas insatisfações e ideias (Entrevistado F).*

> *O relacionamento com os demais produtores que são sócios da cooperativa e com a cooperativa é muito bom e amigável, com muito diálogo e participação (Entrevistado B).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *O relacionamento é bom sou sócio fundador, temos uma história e está muito claro o objetivo que tínhamos desde o início, produzir orgânico e ter a sustentabilidade [...] claro que nesse caminhar às vezes se tem uma expectativa e as coisas não acontecem ou se tem uma ideia e não acontece e desanima, a gente se afasta e tudo isso pode acontecer, pois quando se trabalha com pessoas, conflitos acontecem, são ideias diferentes e às vezes é complicado (Entrevistado E).*
>
> *O relacionamento do sócio, no caso, propriedade, com a cooperativa vejo como algo muito importante. Só que a grande questão é que ainda há necessidade de participar mais porque para ter transparência no que está acontecendo (Entrevistado G).*

Os depoimentos acima comprovam que a relação estabelecida entre os agricultores e a cooperativa é amigável, criando um espaço de certa forma autônomo e diferenciado das demais cooperativas. Embora existam conflitos, divergências e insatisfações, a organização prioriza a participação de todos os associados para haver transparência na sua gestão, nas implementações, nos planejamentos financeiros e de produção que a mesma visa realizar.

Com relação à assistência técnica prestada pela cooperativa aos agricultores, foi constatado que é outro diferencial estratégico que possibilita aos associados assessoria especializada em suas propriedades, conforme o discurso dos entrevistados:

> *Na verdade tem um agrônomo que presta assistência para os agricultores e acompanha a inspeção do IBD e tem os técnicos na usina de compostagem exigidos por lei que caso solicitado presta assessoramentos, mas esses técnicos são mais exclusivamente para a usina (Entrevistado E).*
>
> *Hoje em relação à assistência técnica tem as demandas da cooperativa e dos sócios produtores, mas muitas vezes a assistência técnica é confundida pelos produtores, acham que só o agrônomo é assistência técnica. Temos também o geólogo, o técnico do meio ambiente e a certificação (Entrevistado F).*
>
> *Hoje temos um agrônomo e uma bióloga, mas a bióloga é mais para assessorar a usina na adubação orgânica do composto e do biofertilizante, mas quanto ao técnico que é o agrônomo, acho que é bom porque a gente tem a liberdade de ligar e chamar para resolver qualquer dúvida (Entrevistado G)*

Com a disponibilização de técnicos especializados, como agrônomo, biólogo, técnico em meio ambiente, geólogo e técnico agrícola, nas propriedades, os entrevistados afirmam que houve melhorias na produção e consequentemente na produção: *"hoje não se aplica nenhum adubo sem a orientação técnica, no início não tínhamos essa assistência e temos alguns problemas com propriedades por colocar muito composto"* (Entrevistado G).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O solo é preparado conforme a necessidade de utilização de composto ou de biofertilizante, sendo avaliado pelos entrevistados como significativa, eficiente e geradora de resultados positivos devido à assistência constante e o envolvimento dos técnicos. Isso minimiza as dificuldades encontradas pelos agricultores em resolver situações que possam refletir na produção e possibilita um diferencial competitivo para a cooperativa: *"hoje está tranquilo com a assistência técnica, noto melhorias em minha produção, não preciso adubar mais o solo, trabalho com a biodinâmica"* (Entrevistado G).

Em relação ao planejamento da produção, a agricultura orgânica diferencia-se da convencional, pois tem autonomia na produção para a diversificação, e a forma de organização que os agricultores têm viabiliza melhorias operacionais. Os depoimentos abaixo retratam o entendimento que os entrevistados têm em relação ao planejamento de produção, que apresenta dificuldades para sua realização, assim os agricultores emitem um parecer, ou seja, um levantamento de produção:

> *Na verdade com relação à produção se planeja um pouco dentro da Ecocitrus, realizamos um levantamento de produção que é encaminhado para o responsável pela venda da fruta, para ter noção do volume de citrus destinado ao suco ou ao mercado in natura. De certa forma, realizamos o planejamento do trabalho semanal, anotamos tudo o que fizemos na propriedade e no calendário biodinâmico, esse calendário é o IBD que monta e repassa para os agricultores (Entrevistado D).*
>
> *Quanto ao planejamento da produção eu diria assim, dá para planejar um monte de coisas, mas planejar produção, não acredito que se possa planejar. Estimativa de produção podemos fazer (Entrevistado E).*
>
> *No início da safra o produtor é responsável em emitir um parecer com relação ao planejamento da produção, o qual temos dificuldade em aproximar qual seria a produção, até para organizar a questão da comercialização e buscar mercado para esses produtos (Entrevistado F).*

A cooperativa realiza um planejamento anual, que é acompanhado mensalmente visto que as propriedades já têm os pomares e somente devem observar e ver a expectativa do que produzirão. Com relação a outros cultivos, os entrevistados salientaram que o agricultor deverá encaminhar um relatório especificando o tipo de produtos a ser comercializado. Este planejamento é realizado duas ou três vezes ao ano, sendo base comercial da agroindústria conforme salienta o entrevistado: "*nas plenárias entregam uma documentação para o associado colocar o que vai produzir e quando vai produzir, embora temos*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

dificuldade com relação ao tipo de produção, pois não poderá ser uma pequena escala" (Entrevistado G).

> *Realizamos um levantamento de produção para ter uma ideia do que temos a oferecer e o que se pretende vender até porque a gente tem o projeto da CONAB, então se temos produtos, a comercialização deverá saber o que temos para oferecer (Entrevistado C).*

Percebe-se que em relação ao planejamento de produção, os agricultores realizam um levantamento por meio de um parecer especificando o que será produzido na propriedade e, caso exista o interesse em diversificação na propriedade, solicitam a comercialização, a viabilidade do tipo de produto e de volumes para a negociação. Assim, a cooperativa consegue aplicar planos estratégicos que viabilizem a comercialização, embora as dificuldades existentes quanto à possibilidade de barganha sejam uma problemática diretamente relacionada ao processo de comercialização com o canal de distribuição, no caso as redes varejistas.

Para Robbins (2003), os planos estratégicos são aplicados na organização como um todo, estabelecem objetivos que visam posicioná-la em termos de seu ambiente. O autor explica que todo planejamento compreende metas, estabelecimento de estratégias e desenvolvimento de um plano abrangente para integrar e coordenar as atividades. Assim, a organização necessita partir da estratégia correta refletindo numa determinação precisa do ambiente.

Segundo estudos realizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para os agricultores, o problema é seguir um planejamento de produção organizado ou em conjunto com outros produtores. Um planejamento e o controle de produção, considerando as oportunidades de produção e comercialização de produtos orgânicos de acordo com a preferência dos consumidores e um sistema de distribuição para a produção, facilitariam o controle das quantidades a serem produzidas em cada propriedade, e uma maior especialização dos produtores nas áreas específicas de produção. O aumento da importância do mercado de produtos orgânicos tem acarretado uma preocupação crescente dos governos em regulamentar seus mercados para a comercialização de tais produtos. Vale dizer que muitas vezes a regulamentação atende à demanda dos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

próprios produtores, que solicitam proteção institucional contra práticas fraudulentas de produção e comercialização (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

A autonomia dos agricultores na cooperativa refere-se à diversificação de produção, embora exista dificuldade quanto a inclusão de novos produtos no mercado, conforme relato dos entrevistados:

> *Em relação à autonomia na produção,sempre defendemos a diversificação da propriedade, mas hoje nosso foco é o citrus e como cooperativa tem dificuldade de comercializar alguns produtos. Tivemos casos de alguns produtos que chegou a época de comercializá-los e não tínhamos mercado devido à pouca quantidade e volume. Por exemplo, não temos mais trabalhado com feiras, vendas diretas com o consumidor, às vezes com uma produção de pequena escala é difícil de fazer um cadastro no mercado e colocar esse produto (Entrevistado F).*

> *Temos autonomia em relação à coordenação da produção e ajudando a coordenar, queremos que a agroindústria repasse para o sócio produtor o que é vantagem produzir para podermos planejar o que vamos plantar. Hoje é necessário plantar limão siciliano, que quase não tem para fazer o suco, e algumas variedades de laranja porque pensando a longo prazo, principalmente no mercado que está se abrindo e de acordo com isso planejar o que se plantar para não ter depois um produto que não se consegue vender, e isso é interessante (Entrevistado G).*

Segundo Schultz (2006), para os agricultores serem autônomos, é necessária a sua atuação em grupos organizados. Para isto, a ampliação das relações e a parceira com outros grupos parecem ser fundamentais como estratégias de mercado para os agricultores.

Embora o foco da cooperativa seja o citrus, a necessidade de novos produtos, deixar a monocultura e expandir outros mercados tornou-se essencial para continuar competitiva. As dificuldades encontradas durante a negociação de determinados produtos necessitam de estratégias de comercialização que possibilitem a produção e o poder de barganha. Os agricultores percebem que a diversificação é uma perspectiva de mercado, de inclusão e reconhecimento do produtor orgânico.

Estratégias de barganha e táticas de negociação devem concentrar-se, segundo Robbins (2003), com a finalidade de conseguir o ponto-alvo pretendido, argumentar que seus preços são justos, negociar acordos e criar soluções satisfatórias para ambas as partes.

Porter (1999) identificou cinco forças que determinam a atratividade intrínseca de lucro a longo prazo de um mercado ou segmento de mercado. Um dos entraves

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

destas forças seria a ameaça do poder de barganha que, para Kotler (1998), quando se trata do poder de barganha crescente dos compradores, as organizações acabam por muitas vezes aceitando as imposições que na maioria forçam os preços para baixo, exigem qualidade de produto ou serviços e colocam os concorrentes em contradições.

A cooperativa, ainda que venha realizando algumas ações, deverá desenvolver habilidades internas em seus gestores, coordenadores e colaboradores para uma negociação eficaz, através de propostas positivas, retribuições. Assim, as concessões dos compradores, manutenção de um clima de franqueza e confiança contribuem para uma negociação com preços justos.

Para amenizar a problemática na comercialização, a cooperativa adotou algumas ações e estratégias. Primeiramente, a não comercialização de seus produtos em feiras por uma questão de volume de produção: *"hoje, pela grande escala de produção de citrus, querer vender em feira é inviável, é muito volume para vender direto"* (Entrevistado A).

Segundo Schultz (2006), os agricultores que comercializam em feiras adotam suas estratégias de mercado por meio da ampliação e consolidação das relações diretas com os consumidores e também como uma forma de gerar autonomia nas decisões.

Outra estratégia adotada pela cooperativa é a realização de uma pesquisa de mercado durante a negociação com as redes, verificando quais os melhores produtos a ser oferecido. Assim, os agricultores têm a possibilidade de comercialização e de barganha.

Os regimentos internos e as instâncias de deliberação na cooperativa são sustentados por parâmetros, código de ética e estatuto. O código de ética, para Cherman e Tomei (2005), inserido em uma gestão, influencia o comportamento ético dos *stakeholders* internos e na tomada de decisão das atividades organizacionais. Esse código é formulado com o propósito de ser guiado por padrões morais que orientam a realidade prática, gerando decisões éticas nas organizações em que os valores são disseminados por meio de programas consistentes e permanentes, de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

forma que os comportamentos e valores desejados sejam incorporados no subsistema de cultura ética integrante da cultura organizacional.

O estabelecimento de normas que visam a melhorias organizacionais e norteiam o comportamento dos agricultores e gestores em relação a ações, situações de conflito, direitos, deveres e responsabilidades: *"os sócios receberam o regimento interno e têm conhecimento sobre valores, investimentos, balanços, pois é apresentado anualmente e os conselhos têm a obrigação de fazer isso, mas é bem tranquilo"* (Entrevistado D).

Com a finalidade de descentralizar e dar mais autonomia aos gerentes e colaboradores, a cooperativa incentiva-os a tomar decisões, deliberar, ser pró-ativos e, principalmente, ter a visão sistêmica. Para tanto, fornece as diretrizes e mantém a disponibilização de um orçamento mensal por área para investimentos, em torno de R$ 30.000,00, embora estes sejam discutidos e debatidos com todos em suas reuniões mensais da coordenação e as gerências com a finalidade de esclarecimentos, solicitações, problemas existentes e ações corretivas dentro da cooperativa: *"na função que exerço tem as diretrizes que me foram dadas as atividades e a partir disso coordeno, delibero, tomo as decisões necessárias, mas sempre relacionada à área"* (Entrevistado F).

Constatou-se com os depoimentos que, em relação às deliberações e regimentos internos, a cooperativa está consolidada, permitindo aos sócios o entendimento quanto à estrutura organizacional, rotinas e atividades desenvolvidas, procedimentos operacionais e tramitações administrativas.

Compreender a estrutura organizacional e seus valores permite que as relações estabelecidas entre os agricultores e gestores da cooperativa sejam consolidadas, existindo o profissionalismo, a racionalidade e a produtividade. Assim, a organização aprimora suas práticas, processos, inova e, também, formula estratégias que propiciam uma gestão participativa, com perspectivas de melhores rendimentos para os agricultores.

Além disso, Barbieri (2007), defende que as organizações devem considerar a questão ambiental em suas tomadas de decisões e adotar percepções ambientalmente sustentáveis, estabelecer conceitos que orientam as atividades

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

administrativas e operacionais para alcançar metas e nortear decisões sobre como, onde, quando e com quem abordar os problemas ambientais e como essas deliberações relacionam-se com as demais ações organizacionais.

O processo de tomada de decisão, segundo Robbins (2003), envolve desde implementar mudanças e aprimoramento em serviços, produtos e sistemas, a determinar equipes, indivíduos para melhoramento e produtividade. Na cooperativa, a participação dos sócios produtores nos processos de tomada de decisão e nas definições de estratégicas operacionais acontece mediante assembleias que são realizadas mensalmente com todos os associados, de forma participativa, com um moderador e um especialista. A reunião é moderada por um sócio responsável pela pauta da reunião e coordenada pelo especialista, o presidente.

> *Sou suspeito para falar porque participo desde o começo, e meu dia a dia é cooperativa. Vejo tem sócios que não entende cooperativismo e acabam saindo, mas assim quem quer realmente participar das decisões participa da mensal que podemos trazer qualquer assunto (Entrevistado D).*

Segundo alguns entrevistados, a cooperativa vem inovando em suas assembleias e reuniões. Anteriormente, conforme relato, era o presidente da cooperativa quem moderava, mas a partir de uma discussão entre os associados, tem o intuito de mudar e trazer novas formas participativas e visualização móvel para as tomadas de decisões. Assim, como muitos sócios realizaram alguns cursos através do PRORENDA, parceria com a GTZ e o governo do Estado e aprenderam a moderar reuniões, a Ecocitrus, para que existam envolvimento e comprometimento de todos, vem aperfeiçoando e mudando a realidade da organização com novas técnicas e estratégias operacionais para melhorias contínuas. Para tanto, a partir de 2010, proporcionará a realização de um curso de moderação a seus associados.

> *O processo de tomada de decisão é bem participativo e coletivo, acho que na Ecocitrus, bom não vejo trabalho igual em que se discute tanto e exige em conjunto. As reuniões são informativas, participativas, se tem o planejamento anual, o qual no início do ano se planeja as atividades e os gastos financeiros, sendo muito discutido (Entrevistado B).*

> *A cooperativa tem uma sistemática muito boa, pelo fato de se reunir todos os meses, todos têm assuntos para apresentar, o pessoal pode opinar, perguntar e saber o que está acontecendo. Existe a oportunidade de participação, a sistemática é diferente de outras cooperativas, mais transparente. Se existe um problema financeiro, conversamos com o tesoureiro, se é técnico vamos direto com o agrônomo, podemos sugerir (Entrevistado E)*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Em relação ao moderador e especialista nas reuniões, até poucos dias era o próprio presidente quem moderava as reuniões (Entrevistado F).*

Conforme os entrevistados, o produtor associado participa ativamente na tomada de decisão durante as assembléias. Os assuntos são discutidos primeiramente entre os conselhos, os quais analisam e verificam a viabilidade econômica das ações ou projetos. As deliberações e as decisões são deferidas com o consentimento e as determinações por meio de votação e consenso entre os sócios.

> *As decisões durante as reuniões são tranquilas no geral, mas tem questões quanto a investimentos, pois começamos a cooperativa do nada em 94 e estamos crescendo, então quando se refere à implementação tem sócio que não concorda e realizamos a votação e o consenso (Entrevistado F).*

A participação dos associados nas decisões, definições de estratégias e nos processos operacionais da cooperativa é realizada através de assembléias e reuniões de forma sistemática, enfoque participativo, utilização de técnicas de moderação e visualização móvel.

A cooperativa realiza suas tomadas de decisões para as ações corretivas necessárias por prioridades. Assim, entende que as reuniões e assembleias tornam-se dinâmicas, flexíveis, melhoram a comunicação entre os sócios e os gestores, estimulam a discussão de forma equilibrada e favorecem o consenso. São um diferencial na cooperativa, que busca romper com a organização tradicional das reuniões e assembleias fomentando a participação efetiva do associado.

As reuniões referentes aos conselhos de administração, conselho fiscal e coordenação de área são realizadas a cada quinze dias ou conforme a necessidade. São definidas pelos gestores como importantes para o processo decisório, podendo visualizar os problemas, sugerir ações corretivas, perceber as oportunidades e propor estratégias com efeitos significativos na cooperativa.

> *O conselho de administração realiza uma reunião a cada 15 dias e outra reunião do conselho administrativo e gerentes de áreas da agroindústria e usina de compostagem para discutir ações e problemas existentes (Entrevistado B)*

> *O sistema de trabalho durante as reuniões da cooperativa é bem sistemático, temos um planejamento. Duas reuniões mensais do conselho, ou seja, primeiramente o conselho se reúne separadamente e após com os gerentes administrativos da agroindústria e da usina de compostagem. (Entrevistado G)*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, a Ecocitrus é uma organização de agricultores que atua com a agroecologia e a produção orgânica. Além disso, é uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada regida pelo seu estatuto social e pela legislação cooperativa vigente. Tem como objetivo a produção de compostagem por meio da utilização de resíduos industriais e domésticos, a racionalização dos fatores de produção, melhora da qualidade de vida e do nível de renda dos agricultores, agilização do processo de difusão e adoção de tecnologias agrícolas direcionadas à agricultura ecológica, produção de alimentos saudáveis, prestação de serviços como a coleta e transporte de insumos e produtos e fabricação e comercialização de suco de frutas e produção, beneficiamento e comercialização de fruta *in natura*.

A Ecocitrus busca a promoção das condições para ganhos de escala e maior acesso ao crédito rural, aos programas especiais e serviços de apoio governamentais e não governamentais, a troca de experiências com relação à gestão técnica, administrativa, financeira e econômica e a viabilização de projetos que proporcionem melhorias quanto à produção, infraestrutura e comercialização.

Constata-se em seu estatuto social que a cooperativa busca ações que visam à solidariedade, transparência, autogestão no meio rural e está fundamentada pelos princípios da economia solidária. Conforme Lourenço (2008), as cooperativas pautadas nos princípios da economia solidária tentam contrariar as formas de trabalho impostas ao trabalhador na economia capitalista, abrindo possibilidades da autogestão e, assim, resgatam a subjetividade de cada trabalhador, que dessa forma, tem seu espaço.

A cooperativa, segundo os discursos de seus gestores e associados, procura ser referência em autogestão no cooperativismo agroecológico e, para tanto, promove ações que compreendem as dimensões econômica, social, cultural, ética e ambiental tais como, valorização do meio ambiente, disseminação da agricultura orgânica e agroecologia, sistemas agroflorestais e biodinâmicos, reconhecimento do agricultor familiar, por meio de participações, promoções de palestras, cursos e saídas a campo em outras propriedades, estratégias de desenvolvimento sustentável local e regional, diversificação da propriedade e de produção, viabilizando, assim, o aumento da produção.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Caporal e Costabeber (2003) conceituam a dimensão econômica como a busca do aumento da produção, da produtividade agropecuária e o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A dimensão cultural, como a procura dos saberes, dos conhecimentos e dos valores locais das populações rurais analisados. A dimensão ética, como o respeito à preservação ambiental e a redução do consumo. A dimensão social, como um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também pode ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. E a dimensão ambiental, como a busca pela manutenção e recuperação da base dos recursos naturais, que constituem o aspecto central para se atingir patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer agroecossistema.

Para tanto, a cooperativa vislumbra estas dimensões em sua gestão e, dessa maneira, mantém um equilíbrio organizacional, fomentando práticas e estratégias que contribuem para o desenvolvimento sustentável local e da região, mantendo uma gestão transparente, projetos em parcerias com instituições com a finalidade de melhorias nas propriedades, com uma filosofia de trabalho fundamentada no movimento agroecológico e nos princípios do cooperativismo.

Quanto à admissão de novos cooperados, direitos, deveres e responsabilidades, constata-se no estatuto social que somente poderão ingressar na cooperativa produtores agrícolas dentro da área de ação da cooperativa, ou seja, a região Vale do Caí, mediante preenchimento da proposta de admissão que deverá ser aprovada pelo conselho de administração, o qual poderá rejeitá-la. Em seguida o candidato firmará quotas-partes de capital, finalizando com a assinatura no livro de matrícula, juntamente com o presidente da cooperativa. Cumprindo todos os requisitos iniciais, o novo associado adquire todos os direitos e assume deveres e responsabilidades das deliberações da cooperativa.

> *Chegou um momento que a cooperativa teve que definir, pois não podíamos ficar somente no bom senso do presidente ou do diretor e chegamos num entrave, era o momento de entendermos com base legal e saber o que é de cada associado e assim qualquer pessoa poderá entrar como sócio. Assim, começamos a mudar tudo isso e ter essa clareza. Entre 2007 e 2008, mudamos o estatuto social, criamos tabelas base, atribuição por função e conseguimos demonstrar ao produtor onde está o seu décimo terceiro*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *salário, suas férias, está na sua quota-parte, pois o dia que ele quiser sair da cooperativa está tudo guardado, então isso foi mostrado ao agricultor, pois é vantagem entregar para a cooperativa (Entrevistado A).*

Conforme depoimento do entrevistado, a cooperativa, entre 2007 e 2008, teve uma reformulação em seu estatuto social devido aos entraves existentes em sua estrutura organizacional, principalmente em relação a normatizações, estabelecimento de quotas-partes, entendimento sobre cooperativismo, obrigações e ingresso de novos associados.

A cooperativa realizou modificações em sua estrutura organizacional, diferenciando os tipos de associados, como o sócio produtor e o sócio trabalhador, que ocupa cargos administrativos e operacionais. Este não possui vínculo empregatício e responde subsidiariamente pelos compromissos da mesma até o valor do capital por ele subscrito. E ainda há o funcionário CLT, o qual não tem o direito de votar e ser votado, bem como as demais obrigações, direitos e deveres que o cooperado tem conforme o regimento do estatuto social da Ecocitrus.

Em relação ao capital, a cooperativa possui divisões em quotas-partes, ilimitadas quanto ao máximo e variáveis de acordo com o número de quotas subscritas; não pode ser inferior a R$ 200,00, é indivisível e intransferível a não associados, e não pode ser negociada. A transferência de quotas-partes somente poderá ser realizada a associado e está limitada a 1/3 do total das quotas-partes. Já a sua integralização poderá ser efetivada em moeda corrente, por meio de bens avaliados previamente e homologados pelo conselho de administração, conforme previsto no art.17 de seu estatuto social.

As assembleias geral, ordinária ou extraordinária, o órgão máximo da cooperativa, e suas deliberações vinculam todos os seus associados mesmo que ausentes ou discordantes conforme o art. 21. São convocadas e coordenadas pelo presidente da cooperativa; todavia se houver problemas atípicos, urgentes ou graves, a assembleia geral poderá ser convocada pelo conselho fiscal. Como foi salientado anteriormente, as assembleias gerais são realizadas mensalmente, e as demais são comunicadas com antecedência de dez dias por meio de editais de convocação e divulgadas em locais de acesso aos associados, como a sede da cooperativa, a usina, a agroindústria, mídia local e encaminhadas nas circulares da cooperativa para os associados.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em relação à convocação da assembléia geral ordinária, esta deverá ser realizada anualmente e obrigatoriamente, conforme o capítulo IV de seu estatuto, no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social, ou seja, 31 de dezembro de cada ano. É apresentada aos associados a prestação de contas do conselho de administração, acompanhado do parecer do conselho fiscal compreendendo relatórios de gestão, balanço geral, demonstrativos de sobras ou de perdas, destinação de sobras, dedução de parcelas para os fundos estatutários e rateios das perdas, sobras líquidas rateadas entre os sócios. Além disso, ocorre a eleição e posse dos conselhos de administração e fiscal quando for o caso, devendo as chapas para sua eleição, segundo o art. 32, ser registradas na secretaria da cooperativa até cinco dias antes da realização da assembleia.

Já a assembleia geral extraordinária se reunirá quando houver a necessidade e deliberará sobre quaisquer assuntos, desde que mencionados na ordem do dia do edital de convocação (art. 33). É de sua competência deliberar assuntos pertinentes à reforma do estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança do objetivo da sociedade, dissolução voluntária, nomeação e prestação de contas do liquidante, sendo necessários 2/3 terços de votos dos associados presentes para serem validadas as resoluções conforme previsto em seu art. 34.

No que se refere aos conselhos, a cooperativa é administrada pelo conselho de administração, composto por 4 membros associados e eleitos em assembléia geral para um mandato de quatro anos, exercendo a função de presidente, vice-presidente e secretário; pode contratar diretores executivos, fixando-lhes funções e salários e respondendo solidariamente pelos prejuízos resultantes de sua administração.

O conselho de administração somente poderá deliberar decisões mediante assembleia geral por voto, aprovado e assinado pelos membros da cooperativa. Tem como competência as seguintes atribuições conforme art. 43: planejar, traçar e executar normas, diretrizes e programas de trabalho para as operações e serviços da cooperativa; estabelecer a estrutura organizacional e administrativa; estabelecer normas disciplinares de colaboradores; estabelecer normas, sanções e penalidades a serem aplicadas em razão de violações estatutárias e preceitos instituídos em relação à ética e responsabilidades socioambientais.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Ao presidente são atribuídos poderes em relação a dirigir e supervisionar todas as atividades da cooperativa, convocar e presidir as reuniões, representar a cooperativa, assinar juntamente com o tesoureiro e vice-presidente contratos, documentações e responder financeiramente pela mesma, além da elaboração do plano anual de atividades.

Os membros do conselho fiscal são responsáveis pela fiscalização assídua e minuciosa sobre operações, atividades e serviços, por meio da análise de livros fiscais e contábeis, contas, documentações, balanços, entre outros, bem como devem verificar as conformidades e irregularidades com planos e decisões administrativas. O conselho deverá ser constituído por três membros efetivos e três suplentes, conforme o art. 48.

Cabe ressaltar que a cooperativa, quando se refere aos FATES (Fundos de Reservas e de Assistência Técnica, Educacional e Social), é cautelosa, pois estes são indivisíveis entre os associados e seus membros somente são utilizados mediante convênio com entidades especializadas.

Percebe-se, em seu estatuto, que a cooperativa está bem regulamentada e fundamentada nos pressupostos agroecológicos como a busca por alternativas de diversificação da propriedade e de produção, contribuição para o desenvolvimento local e regional, e nos princípios do cooperativismo, sendo perceptível o seu engajamento em relação aos interesses de seus sócios a fim de aprimorar suas práticas e proporcionar melhores condições quanto à qualidade de vida dos agricultores. Para tanto, a cooperativa vem fomentando o crescimento, a inovação, a diversificação, melhorias do nível de renda, a adoção de tecnologias à agricultura orgânica, mas tem como princípios cooperativistas a ética, a preservação do meio ambiente e orienta seus sócios quanto à importância de sua participação nas tomadas de decisão organizacionais.

Pode-se afirmar que as relações estabelecidas pelos agricultores com a cooperativa acontecem no âmbito organizacional, implicando a maneira como organizam suas práticas e o manejo da produção, as orientações prestadas quanto aos sistemas biodinâmicos e agroflorestais, as estratégias operacionais, o processo de gestão, de comercialização e de comunicação.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Embora as percepções sejam diferenciadas por parte de alguns associados, a cooperativa de um modo geral mantém suas relações interpessoais de forma harmônica, priorizando o cooperativismo, a autogestão, o interesse de seus associados de maneira igualitária e democrática, participando ativamente na região para o desenvolvimento sustentável, a disseminação da responsabilidade socioambiental e a inclusão social dos agricultores. O gestor da cooperativa destaca que tem como *"filosofia de trabalho a busca constante pelo resgate da agricultura sustentável, socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável para a região"*.

A participação dos sócios produtores na cooperativa acontece de forma sistemática, com disseminação das informações. As tomadas de decisões são coletivas, com cooperação, transparência, permitindo que seus sócios tenham acesso a determinados recursos e a novas tecnologias. Assim, entende-se que a motivação e o empenho da cooperativa para que seus sócios participem de todas as ações e deliberações podem ser percebidas como um processo pedagógico que proporciona o aprendizado necessário para o enfrentamento dos problemas atuais e futuros, sendo importante para a sustentabilidade da organização, das propriedades rurais e da agricultura orgânica.

5.2 A relação estabelecida pela organização de agricultores com o mercado

A relação estabelecida pela cooperativa Ecocitrus com o mercado é marcada por preocupações com a dificuldade encontrada na comercialização de seu produto *in natura*. A Ecocitrus concentra sua produção em citricultura, sendo uma das características e representatividade econômica da região Vale do Caí. Assim, para um melhor entendimento dos questionamentos que norteiam este trabalho, torna-se necessário descrever o contexto empírico por meio de informações relacionadas ao mercado que segundo Kotler (2000), é definido pelos economistas como um conjunto de compradores e vendedores que negociam determinado produto ou

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

classe de produto. E o mercado empresarial é formado por todas as organizações que produzem bens e serviços utilizados na produção de outros produtos ou serviços que são vendidos, alugados ou fornecidos a terceiros, e a agricultura orgânica é um dos setores que compõe este mercado.

O mercado de orgânicos encontra-se em desenvolvimento. Dessa forma, assim torna-se necessário os indivíduos compreenderem os motivos para a distinção da margem de comercialização desses produtos em relação aos convencionais, principalmente em relação à fruta *in natura*. A ampliação deste mercado é essencial para reorganizar o sistema produtivo e sua expansão. Segundo Alves et al. (2004) o número de empresas que vêm se dedicando a produção de orgânicos está crescendo como também a preocupação dos consumidores com relação a sua saúde e à preservação do meio transformando o cenário no qual as regras ainda se encontram em construção.

A produção de alimentos saudáveis que utilizam tecnologias limpas como a agricultura orgânica conquistou o mercado internacional. No Brasil, este tipo de sistema de produção surgiu a partir do início da década de 80 e somente na década de 90 seu crescimento tornou-se diferenciado. Conforme dados por Alves et al. (2004), na década de 90 o mercado de orgânicos apresentados aumentou cerca de 10% e cresceu em torno de 40% a 50% na virada do milênio em termos de volume de comercialização.

A comercialização no mercado interno concentra-se em redes varejistas, e os principais produtos oferecidos são frutas *in natura,* hortaliças e sucos. Segundo Alves et al. (2004), no mercado interno a maioria dos agricultores vende seus produtos para grandes e pequenos varejistas, unidades de processadoras e distribuidoras.

Então, entender o funcionamento e as características dos canais de distribuição torna-se fundamental, principalmente das redes varejistas, as quais têm aumentado a sua influência e poder. Assim, os canais de distribuição podem ser vistos como uma rede de trabalho que cria valor para o consumidor final gerando utilidade de forma, posse, tempo e lugar. Ocorre porque o consumidor não pode obter produtos acabados, a não ser que os mesmos sejam transportados para

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

lugares em que possam ser acessados, estocados até que sejam necessários e eventualmente trocados por dinheiro ou produtos que permitam a posse (MACHADO; SILVA, 2004).

Kotler (2000) destaca que a empresa deverá utilizar-se dos canais de distribuição para demonstrar e entregar seus produtos ou serviços tangíveis aos seus compradores e consumidores. Cravens e Piercy (2007) esclarecem que as relações existentes do canal de distribuição também ocorrem com produtores e intermediários (varejista e atacadista) e essas relações da cadeia de valor proporcionam ao produtor acesso ao consumidor e a usuários finais organizacionais.

Diante deste contexto, entende-se canal de distribuição como “uma rede de organizações de cadeia de valores que executa funções que conectam bens e serviços aos usuários finais” (CRAVENS; PIERCY, 2007, p.293).

A cooperativa Ecocitrus estabelece seus canais de distribuição conforme a sua demanda de produtos e se caracteriza pelo fornecimento a redes varejistas de fruta *in natura*, representando uma rentabilidade em torno de 70%; todavia, conforme salienta o gestor, é oscilante de um ano para outro.

A cooperativa concentra sua produção em diferentes variedades de bergamota e laranja, especificando o seu destino para as redes varejistas a fruta com qualidade e, para o suco, as frutas não classificadas, ou seja, de menor qualidade. Embora sua produção seja realizada por sistema orgânico, estas não mantêm diferenciação no mercado em relação à fruta *in natura*, pois são comercializadas por estas redes como convencionais, conforme o entrevistado A salientou:

> *o nosso mercado é a fruta in natura, é aonde o agricultor ganha dinheiro [...] embora a maioria das frutas seja comercializada como convencional para o mercado convencional para as redes Walmart (Entrevistado A).*

Embora exista o reconhecimento da cooperativa na região e o seu domínio no mercado de orgânicos, este não mantém distinção. Para esse produto ser comercializado como orgânico ou ecológico, deveria ser embalado e identificado, enquanto o convencional não exige isso. Assim, o mercado taxa o orgânico como um produto de melhor qualidade e encarece, fazendo com que muitos consumidores prefiram o convencional.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Desta forma, o diferencial para mudar essa realidade estaria em uma ação estratégica que colocasse o produto dentro da questão de sustentabilidade, produto ecológico, para assim reverter o quadro e conseguir esse diferencial em termos de mercado e preço:

> *Procuramos mostrar no dia-a-dia que é um produto sem agrotóxico, um produto mais saudável de qualidade e assim ter uma saúde melhor, nesse sentido que a gente consegue juntar mais pessoas com a proposta da produção ecológica. Hoje é mostrar o que está sendo feito de errado com os químicos, então a partir disso que a Ecocitrus trabalha (Entrevistado A).*

Porter (1999), quando se refere à ação estratégica, ressalta que as alternativas da empresa em relação aos compradores devem ser encaradas como decisões estratégicas, sendo capazes de melhorar sua postura estratégica descobrindo compradores que disponham do menor poder de afetá-la de forma negativa.

Estratégia, para o autor (1999, p. 63), é "criar uma posição exclusiva e valiosa, envolvendo um diferente conjunto de atividades". Dessa forma, a cooperativa procura estratégias para reverter a situação fomentando o movimento ecológico na região e mostrando o seu diferencial no mercado.

Kotler (2000) entende a estratégia direcionada para o mercado como aquela que se insere em uma perspectiva global que exige integração mais efetiva das atividades e dos processos que designam valor para o cliente. Assim, a organização passa a entender o mercado e a considerar suas prováveis mudanças, melhorando os seus resultados.

A vantagem competitiva da Ecocitrus está na diferenciação de seu produto, e, para Porter (1999, p. 87), a vantagem competitiva na diferenciação é "função da cadeia de valores, pois a capacidade da empresa de diferenciar reflete a contribuição que cada atividade de valor tem para satisfazer o consumidor".

Segundo Porter (1999), cadeia de valor identifica:

> as várias atividades diferenciadas, do ponto de vista tecnológico e econômico que a empresa desempenha para executar seu negócio, assim o valor gerado pela empresa é mensurado através do preço que os compradores estão dispostos a pagar pelo serviço ou produto [...] a cadeia de valor define dois tipos de inter-relacionamentos capazes de gerar sinergia, primeiro a capacidade da empresa de compartilhar atividade e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> segundo a capacidade da empresa de transferir habilidade ou técnicas entre cadeias de valores semelhantes (PORTER, 1999, p.151)

Percebe-se que existe uma grande preocupação por parte do presidente da cooperativa em relação à comercialização do seu produto como orgânico nas redes varejistas, principalmente da fruta *in natura,* tendo como meta a diversificação dos canais. Os preços dos produtos negociados nestas redes são definidos tendo como referência o produto convencional, embora não sejam inferiores ao determinado pela dinâmica de mercado e oscilem de acordo com a oferta e demanda:

> *quem define preço é o mercado, negociamos e tentamos vender a quanto eles estão pagando é a lei da oferta e da procura, hoje a oferta tá menor sobe o preço, a oferta tá maior baixa o preço (Entrevistado A).*
>
> *Conforme o mercado, o preço é o mesmo do convencional a não ser quando é pequena produção ou a gente comercializa na agroindústria com o selo tornando mais cara em torno de R$ 1,80 enquanto no mercado convencional é em torno de R$ 1,00, mas ainda é muito pequeno o consumo de orgânico (Entrevistado A).*

É um dos problemas que a cooperativa enfrenta e, de certa forma, acaba interferindo na agregação de valor da fruta. Além disso, impede a efetivação de um trabalho diferenciado de produção junto aos consumidores. Segundo Corrêa e Finatto (2010, p. 95) “os produtos cultivados no sistema de produção orgânica enfrentam problemas no processo de comercialização”:

> *Entende-se que no mercado hoje existe uma parte mais filosófica que a gente tem que sempre estar dentro dessa ideia de agroecologia, consumo consciente, trabalhar pelo menos isso dentro do que é melhor porque o melhor mercado hoje tá complicado quando se fala de orgânico, infelizmente a gente retoma aquela coisa “cair na vala comum” (Entrevistado A).*

Em relação a essa comercialização e ao preço, a cooperativa está realizando um estudo para tentar reverter essa situação, e uma das possibilidades é começarem a exigir no momento da negociação, ou seja, exercer o poder de barganha:

> *Eu posso adiantar que estamos fazendo um estudo com a rede Wal Mart, provavelmente iremos negociar um pacote e vamos reverter o quadro, temos um bom preço no suco, daqui a pouco a gente não entrega, vamos começar a exigir isso, pois é vergonhoso o consumidor não saber que está adquirindo um produto de excelente qualidade e aí é tapeado, escondido (Entrevistado G),*

Segundo Darolt (2001), o sistema agrícola é orientado pela agricultura convencional e sujeita a agricultura ecológica a se adaptar ao sistema predominante.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O preço dos alimentos orgânicos pode ser considerado como um dos entraves para um rápido desenvolvimento da produção orgânica no Brasil e um assunto polêmico quando se pensa em um sistema sustentável que atenda os requisitos de igualdade na distribuição de alimentos de maior valor biológico para a maioria da população.

Um estudo realizado em supermercados na Região Sul, especificamente nos municípios de Lajeado e Arroio do Meio, no Estado do Rio Grande do Sul, com relação aos produtos orgânicos, comprova que alguns produtos apresentam preços mais baixos que os produtos convencionais, tais como beterraba (-2%), alface crespa (-5%), vagem (-7%) e pimentão verde (-52%) os principais fatores que contribuem para a formação do custo de produção de sistemas orgânicos nas propriedades analisadas são mão de obra própria e terceirizada, insumos orgânicos certificados, certificação da produção e descontos em nota fiscal sobre faturamento, havendo uma margem de comercialização oscilante entre 15% e 65%. Constatou-se, com esta pesquisa, que os motivos da ocorrência de diferenças nos preços entre os produtos orgânicos e os convencionais parecem estar condicionados à forma de organização e de inserção no mercado (SCHULTZ; GÖRGEN, 2009).

Segundo Buainain e Batalha (2007), os preços dos produtos orgânicos variam em razão da tendência do período da produção e consumo, mas também de um lugar de mercado para outro num mesmo país. Os produtos orgânicos apresentam preços mais altos do que o convencional dependendo do produto e do ponto de venda.

Com relação à produção de suco, ela é mais uma fonte de receita para a cooperativa, embora não represente um faturamento significativo e apenas agregue valor à cooperativa: "*a gente tem o suco para uma agregação de valor, aquela fruta que não se consegue vender e não tem mercado se faz o suco, pois tem um mercado diferenciado*" (Entrevistado A). Sendo o único produto comercializado como orgânico, a sua produção é destinada à exportação (suco concentrado), alimentação escolar (suco em saquinho) e para a rede Pão de Açúcar (suco reconstituído) em nível de Brasil como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Em relação à rede Pão de Açúcar, percebe-se uma grande preocupação pela forma como às vezes é comercializado o produto:

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Às vezes temos problemas de comercialização do suco com a rede Pão de Açúcar, pois às vezes eles não expõem o nosso suco e cobram o dobro do que a gente ganha, então eu acho uma exploração. A gente pensa em fazer parceria com o próprio governo porque eu tenho uma ideia assim, os grupos que trabalham a agroecologia teriam que criar um espaço para vender nos grandes centros, é um projeto muito audacioso, claro que é montar uma rede, a gente também quer consumir o nosso produto (Entrevistado G).*

Este tipo de iniciativa que a cooperativa demonstra em relação à criação de um espaço para vender seus produtos orgânicos que possibilite a valorização do trabalho poderá contribuir para que ela sustente outras relações com o mercado e também fomente estratégias e ações que visem a mudar essa realidade, pois a mesma ainda possui dificuldades na negociação quando se refere aos intermediários e atacadistas, que se tornam seus concorrentes:

> *as lojas compram dos intermediários, atacadistas, que fornecem para o mercado e chegam a dar uma comissão para esses compradores, e isso a gente não faz e somos prejudicados, sendo concorrentes. Eu sei que o pessoal da agroindústria da parte comercial já fez reunião com o grupo para tentar manter certo valor no preço, mas daí eles combinam uma coisa, mas daí chegam e atacam, esse é o tipo de concorrência que ataca por trás e a gente está vendo também que os grandes varejistas fazem, e a gente já sentiu essa pressão tornando isso absurdo, pois deveríamos ser parceiros e não concorrentes (Entrevistado G).*

A partir de 2004, a cooperativa começou a destinar seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Fome Zero), instituído pela Lei 10.696 de 02/07/2003. No seu artigo 19, ressalta; "fica instituído o PAA com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos" (BRASIL, 2003c, p.6).

Assim, a cooperativa a partir de 2004, começou a adotar esta nova forma de comercialização considerada como um mercado novo e rentável, disponibilizando produtos como suco natural, feijão, milho verde, aipim, abóbora e melancia para as instituições cadastradas no programa, como creches, asilos e hospitais locais.

A cooperativa faz parte de um projeto junto com a CONAB, com as escolas municipais, o PAA, desde 2004, e está evoluindo no sentido da diversificação das propriedades. Conforme salientou um entrevistado, *"quando se propõe um projeto, o agricultor que quer diversificar sua produção pode se incluir a sua proposta, sendo uma venda garantida e isso na propriedade está refletindo".* Assim, com esse projeto, o agricultor tem um mercado para vender outros tipos de produtos que

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

oferecem dificuldades de serem comercializados, tanto para as redes varejistas quanto para as feiras.

> *a lei federal que prioriza 30% da agricultura familiar para a alimentação escolar é um mercado novo que a cooperativa está começando, isso a partir de 2009/2010 e está sendo viável, principalmente na grande Porto Alegre (Entrevistado A).*

A Lei 11.947 de 16/06/09, Art. 14, instituiu que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Desse modo, regulamenta a obrigatoriedade de compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e também faz com que os agricultores assumam a função de fornecedores regulares de alimentos saudáveis. Em 2009, a cooperativa passou a fazer parte deste programa, fornecendo suco natural, banana, aipim, milho-verde, moranga, caqui, abacate para escolas da rede municipal de Montenegro.

A diversificação nos produtos tem implicações importantes devido ao aumento significativo na escala de produção para este tipo de produto que anteriormente não era produzido por não existir viabilidade para a baixa escala de oferta. Além disso, é um novo mercado que viabiliza a expansão da cooperativa e a geração de renda para os agricultores.

Cabe ressaltar que toda a safra é comercializada pela cooperativa, que se encarrega do beneficiamento das frutas *in natura* e da industrialização dos sucos concentrados, e a sua produção é negociada com base na política do preço justo, ou seja, produtos de qualidade com preços mais acessíveis.

O mercado de produtos orgânicos surge como uma forma de aumentar a renda do produtor rural, incentivo à diversificação, aumento da sustentabilidade e biodiversidade nas propriedades. Além disso, facilita a elaboração de estratégias e ações mais eficientes e precisas para os sistemas de produção, analisando ameaças e oportunidades para, assim, ganhar mais espaço no mercado. Percebe-se que os gestores da cooperativa têm essa visão de crescimento e mudança, pois estão atentos às variações do mercado e entendem que os canais de comercialização deverão se adequar no que se refere à negociação do produto orgânico, pois isso influencia diretamente no desempenho da organização.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No que diz respeito a estratégias quanto aos canais de comercialização a cooperativa trabalha conforme a demanda e a viabilidade. A representação de cada canal oscila; entretanto, neste momento, está em 10% de exportação, 20% de alimentação escolar e 70% para as redes varejistas, tanto da fruta *in natura* quanto do suco. No ano de 2009 foi realizada uma análise da viabilidade econômica de uma nova fábrica de suco e expansão destes canais, a qual gerou discussão dentro da cooperativa, porque se pensou primeiramente no município de Harmonia, por estar oferecendo uma área de terra para a fábrica e por ser mais próximo das propriedades, visto que acreditavam que, em relação à logística, o município de Montenegro estava sendo inviável e dispendioso. Outra oportunidade que surgiu relaciona-se ao investimento em uma planta processadora de óleos e sucos, outro mercado a ser desenvolvido, além disso, a cooperativa teria a possibilidade de estruturação e coordenação de toda a cadeia produtiva de citricultura.

Em relação a estratégias e aos canais de comercialização, a cooperativa trabalha conforme a demanda e realiza estudos de novos projetos para o crescimento e a sustentabilidade das propriedades, garantindo o reconhecimento da produção orgânica. No ano de 2009, ela realizou uma análise da viabilidade econômica para a implantação de uma fábrica de sucos no município de Montenegro.

Este estudo teve como objetivo verificar as percepções do município e dos sócios da cooperativa já que havia às dúvidas com relação às instalações da nova fábrica e a sua viabilidade econômica. Todavia, montar uma estrutura em outro local tornaria o projeto economicamente insustentável, sendo um investimento o qual a cooperativa não teria como manter. Assim, com esta análise, a mesma constatou que deveria permanecer no município de Montenegro e ampliar a estrutura existente, além de contribuir para a diversificação de produtos.

Para Porter (1986), utilizar a estratégia de diversificação pode ajudar a identificar relações que permitam à organização superar barreiras de entrada básicas através da divisão de funções ou de relacionamentos preexistentes com canais de distribuição. Cobra (1991) entende que, para definir melhor as estratégias, deve-se considerar a identificação dos grupos de consumidores atendidos e a segmentação de mercado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para Arnaldi e Perosa (2004), observa-se um aumento significativo de tecnologias objetivando agregar valor aos produtos, incorporando ao mesmo tempo conceitos ambientais e de proteção à saúde humana, e a agricultura orgânica se insere nesse contexto.

Algumas estratégias adotadas pela cooperativa, a qual representa para o agricultor papel fundamental e facilidade de acesso ao mercado, estão na diversificação e na inovação, sendo compreendida como uma forma de expandir seus *mix* de produtos, para entrar em novos negócios e dessa maneira melhorar as relações estabelecidas com o mercado. A inovação nos processos da cooperativa é entendida também como um diferencial que pode gerar grandes retornos:

> *[...] estamos com dúvidas em relação ao processamento do suco, pensamos em investir numa planta processadora de óleos e sucos, mas não temos muita clareza do mercado em si e do valor do produto, principalmente do suco. Hoje estamos realizando a extração do óleo essencial da bergamota, o qual tem um valor muito grande no mercado (Entrevistado A).*

No intuito de buscar recursos para a viabilização do projeto de inovação e ampliação da agroindústria, a cooperativa optou pelo Fundo Social que conforme o BNDES (2010b), são fontes de recursos, estatutárias ou legais, com condições e procedimentos operacionais específicos e destinam-se a aplicações não reembolsáveis, tendo como finalidade apoiar projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras atividades vinculadas ao desenvolvimento regional e social.

> *Temos a análise contábil que vem sendo atualizada porque na agroindústria e na fábrica de óleo o cenário vai mudando [...].São três fases: primeiro atualizar os dados, depois encaminhar o projeto para a viabilidade de recursos junto ao BNDES e tentar enquadrar a proposta dentro de uma possibilidade de fundo social pela amplitude que a proposta tem de socialidade, tornar viável a estrutura de novo, retomar a valorização dela no Vale do Caí e talvez conseguir acessar o fundo social porque com o fundo social a gente consegue de 50% a 90% não reembolsáveis, não retornar mas daí depende do enquadramento (Entrevistado A).*

Dessa forma, entende-se que a cooperativa Ecocitrus utiliza algumas estratégias voltadas para a inserção de seus produtos no mercado, possibilitando manter-se competitiva no momento que diversifica e inova. Assim, consegue consolidar a sua atuação no mercado de forma diferenciada e possibilita o desenvolvimento sustentável do Vale do Caí.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Quando se questiona a avaliação das formas de comercialização, o entrevistado abordou ser complicada a inserção do produto orgânico no mercado: "*hoje a dificuldade que temos como produtores orgânicos, ecológicos e biodinâmicos é de colocar este produto no mercado, muita produção in natura nem colocamos como orgânica"* (Entrevistado G).

> *Hoje é complicada a comercialização, temos dificuldade de colocar o orgânico no mercado, o problema não é que o orgânico seja mais caro na produção e sim o comércio taxa como um produto de qualidade e encarece e isso dificulta o mercado. Não tem por que ser mais caro, para produzir é um pouco mais trabalhoso, mas não é por isso que um litro de suco deva custar R$10,00, vendemos a R$ 4,50 porque colocar o dobro só porque é fair trade (Entrevistado A).*
>
> *O orgânico hoje vai para o supermercado identificado em bandejinha, em saquinho, já tem que ir rotulado como orgânico e essa rotulagem que transforma em um produto caro, acredito que se fosse comercializado como é no convencional seria mais acessível para o consumidor (Entrevistado A).*

De fato, as dificuldades e os conflitos em relação à comercialização do produto orgânico de forma *in natura* existem. Entretanto, questiona-se como entrave uma maior frequência de entrega de produto, implicando uma grande escala de produção, o que muitas propriedades rurais não possuem, principalmente referindo-se ao pequeno agricultor. Outra situação levada em consideração é que o produto orgânico deverá ter uma valorização maior, mas ao mesmo tempo não poderá se tornar um produto de elite.

Se o mercado para a produção orgânica se encontra em expansão, cabem questionamentos sobre as dificuldades que os agricultores encontram para se inserirem nos circuitos de comercialização. Embora a importância das cooperativas na inserção destes produtos em determinados mercados seja relevante, não eliminam problemas na produção e comercialização (CORRÊA; FINATTO, 2010).

Os mesmos autores salientam a importância da necessidade de políticas públicas que visem agregar ao interesses comuns dos agricultores que tenham produção de base agroecológica e amparar a criação de uma rede de comercialização voltada às especificidades da produção agrícola. Além disso, essa iniciativa possibilita fortalecer a permanência dos agricultores no campo, permitindo a geração de renda e a manutenção da unidade produtiva por meio da produção e comercialização de produtos de base agroecológia.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Em relação ao fluxo de comercialização como escala de produção percebe-se que existe oscilação na cooperativa principalmente durante os períodos de janeiro e fevereiro, havendo a necessidade de diversificação e parcerias:

> *Temos dificuldades quando termina o citrus. Fazer o que com a mão de obr? então entramos com a proposta de trabalhar com a uva orgânica porque tem no verão (janeiro e fevereiro) e assim trabalhamos durante este período com o suco (Entrevistado A).*

Com relação à uva, a cooperativa, desde 2008, começou a trabalhar com parceiras com outros grupos de produtores orgânicos: com a COPEG de Garibaldi, Ecomorango, Emater, Centro de Formação no município de Montenegro, os quais possuem as caldeiras utilizadas para a realização do suco, embora a finalização do processo seja na agroindústria da cooperativa. Assim, a Ecocitrus consegue aproveitar sua mão de obra e socializar a organização com estes grupos no sentido de comercializar o seu produto, acompanhar estas propriedades, que, tendo potencial, terão outro nicho de mercado para expandir e principalmente diversificar.

O suco de uva orgânico como uma estratégia de diversificação surge como um dos determinantes para a sustentabilidade sócio-econômica da cooperativa, como salientou o entrevistado G: "*temos um produto bom, que diversifica nosso negócio, não temos somente a laranja e a bergamota, temos a uva. Assim, negociamos e conseguimos equilibrar".*

Outra situação que se percebe é que as parcerias com outros agricultores que não são sócios da cooperativa, outras instituições e cooperativas promovem a ideia da socialização e de mercado justo: "*para nós é um ganho e sempre com a ideia de socializar e trabalhar no mercado justo, com a soma de esforços, essa é a nossa política, a gente trabalha muito com isso"* (Entrevistado A).

Percebe-se que a cooperativa utiliza-se da diversificação e de segmentação de mercado como uma estratégia direcionada a satisfazer e atender as necessidades de seus consumidores e como uma vantagem competitiva. Porter (1999) entende a diversificação como uma alternativa à liderança de custo, embora possa acarretar custos para as organizações. No caso de uma nova unidade é necessário superar as barreiras de entrada que, segundo o autor, são seis e dificultam a entrada de novos concorrentes no mercado: economia de escala, diferenciação do produto, exigências de capital, desvantagem de custo

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

independentes do porte ou das economias de escala, acesso a canais de distribuição e política governamental.

Para transformar as estratégias em diversificações eficazes, Porter (1999) enfatiza a necessidade de a empresa efetuar uma análise objetiva dos atuais negócios e do valor agregado ao produto. Constatou-se que a cooperativa realiza estudos para constatar a viabilidade econômica de novos projetos para, assim, diversificar.

Porter (1999) salienta que, para as organizações terem vantagem competitiva sustentável, deverão analisar todas as suas fontes de estratégias como um todo e no nível das atividades distintas que a mesma realiza, para planejar, produzir, comercializar, entregar e oferecer suporte ao seu produto.

A cooperativa, para ter vantagem competitiva, entende que deverá manter um posicionamento estratégico baseado na produção, embora para haver consumidores diferenciados em relação a necessidades e acesso. Nesse sentido, cabe ressaltar o entendimento de Porter (1999) em relação a posicionamento estratégico: independente do critério (necessidade, variedade ou acesso) utilizado pela empresa, irá exigir um conjunto de atividades sob medida. Em suma, o autor ressalta que posicionamento estratégico consiste em escolher atividades diferentes das de seus concorrentes.

Além disso, a cooperativa também deverá pensar em estratégias genéricas como forma de liderança de custo e diferenciação: “as estratégicas genéricas são úteis para caracterizar as posições táticas em níveis simples e amplos quando refere-se a liderança no custo, diferenciação e enfoque” (PORTER,1999, p. 63).

Em relação às questões ligadas a volumes de produção e valores de comercialização na cooperativa, conforme a tabela 1, nota-se um crescimento acentuado na comercialização da fruta *in natura* em 2008 (84,97%), um decréscimo no ano de 2009 (56,55%), voltando a intensificar durante o período de janeiro a setembro de 2010 (65,09%), no qual o agricultor teve um valor significativo R$ 683.500,00, R$ 479.600,00 e R$ 663.596,00 respectivamente. Estes dados referem-se à fruta *in natura* e ao total pago ao produtor, valor que vem oscilando conforme a safra. Todavia o maior volume e faturamento estão na fruta *in natura*. *“A gente*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

depende muito do volume da fruta in natura, o grande, vamos dizer, o grande faturamento, volume de dinheiro que passa dentro da cooperativa é a fruta in natura, em torno de 70%" (Entrevistado H).

TABELA 1– Volume de Produção e Valores de Comercialização da Cooperativa Ecocitrus

ANO	Fruta *in natura*	Fruta *in natura* destinada à comercialização	Fruta *in natura* destinada à fabricação de suco	Suco reconstituído e engarrafado Mercado Interno	Suco concentrado Mercado Externo	Destino País	Valor Exportado	Total Pago Produtor
2006	-		-	-	17.250 Litros Tangerina	Itália	R$ 135.335,91	-
2007	2.257.000 kg	1.332.820 Kg (59,06%)	924.180 kg (40,94%)	24.633 Litros (2,66%)	9.513 Litros Mandarina (1,29%)	Alemanha	R$ 66.523,01	R$ 543.615,00
					7.352 Litros Laranja (0,79%)		R$ 51.411,49	
2008	2.840.000 Kg	2.413.000 Kg (84,97%)	427.000 Kg (15,03%)	56.100 Litros (13,13%)				R$ 683.500,00
2009	1.611.000 Kg	911.000 Kg (56,55%)	700.000 Kg (43,45%)	227.000 Litros (32,42%)	7.000 Litros Mandarina (1%)	França	R$ 58.631,56	R$ 479.600,00
					6.500 Litros Laranja (0,93%)		R$ 40.703,00	
2010	2541.100 Kg	1.653.900 Kg (65,09%)	887.200 Kg (34,91%)	13.300 Litros (1,50%)	17.500 Litros Laranja (1,97%)	Holanda	R$ 136.150,00	R$ 663.596,00

Fonte: Ecocitrus (2010)

Quanto à frequência da comercialização, na cooperativa existe sazonalidade embora a região Vale do Caí se caracteriza pela produção da bergamota montenegrina, a qual é produzida durante o período de setembro a outubro; e a bergamota comum, nos meses de maio a junho; a comercialização é realizada mesmo durante o período de escassez. Para tanto, a cooperativa tem uma estrutura de comercialização e produção que possibilita manter-se competitiva no mercado durante o ano todo. Mesmo que existam alguns entraves, já mencionados anteriormente, a mesma vem formulando novas ações e estratégias de inserção de orgânicos no mercado por meio da diversificação das propriedades, investimentos

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

na agroindústria, logística para conseguir ter o controle de toda a cadeia produtiva pela cooperativa.

> *Tem variedades precoces que iniciam em março, como a bergamota chamada 15 de março e a bergamota satsuma, logo após as produzidas em junho como a bergamota caí, montenegrina e morgota e em seguida a laranja (Entrevistado A).*

Percebe, no discurso do entrevistado, que a diversificação nas propriedades proporcionaria maior rentabilidade para os agricultores, pois haveria produção de outros cultivos e mais variedades de citrus. Além disso, poderia vir a amenizar a problemática quanto à grande escala de produção: *"é mais fácil vender 10 container de suco do que 01, o mercado está atrás e temos que vender para o cliente que valoriza a origem do produto, não só um produto de negócio, mas um produto de origem"* (Entrevistado A).

A cooperativa, para atender a nichos de mercados mais segmentados e específicos, no caso o citrus, e assim agregar valor, utiliza formas alternativas de comercialização, tais como fruta *in natura*, suco integral em saquinho, suco reconstituído em garrafa, suco concentrado para exportação e óleo essencial, que negocia com redes varejistas, indústria e no comércio justo.

A Ecocitrus, em relação à comercialização de suco possui três linhas de suco: o suco integral destinado ao mercado institucional, ou seja, para o PAA; o suco reconstituído e engarrafado negociado com o mercado interno (supermercados); e o suco concentrado, exportação. Conforme se pode constatar (TABELA 1) a cooperativa em 2007 destinou 40,94% da produção da fruta *in natura* para o suco, em 2008 houve uma redução, na qual foi destinada somente 15,03% devido a queda de produção, em 2009 houve um crescimento de 43,45% e em 2010 até setembro 34,91%.

A Ecocitrus também mantém parceria com uma cooperativa sediada na Costa Rica, Cooperativa Sem Fronteiras, como sócios fundadores. A cooperativa tem como objetivo dentro desta instituição a troca de experiência com as entidades e com os países como Guatemala, Peru e Argentina, sendo abrangente na América Latina. Conforme salientou um dos entrevistados, estes países têm dificuldade de comercialização do produto orgânico dentro do país por não ser valorizado e não haver mercado. Assim, para que o agricultor nestes países tenha como comercializar

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

o seu produto orgânico, e melhores rendimentos, eles exportam praticamente tudo para a Europa.

Outra parceria que a Ecocitrus mantém é com a CONAPE, uma cooperativa com sede na Itália. É uma organização que iniciou suas atividades com a produção de mel e foram diversificando para outros produtos, como o café, o melado, o açúcar mascavo e o suco. A Ecocitrus comercializa o seu produto através do mercado justo e a CONAPE, além de comprar o suco, especifica que ele é um produto de origem da agricultura familiar e certificado.

> *O objetivo da Ecocitrus hoje é produzir e vender, pois a dificuldade maior não é ganhar mais e sim conseguir colocar o produto no mercado, e essas parcerias é uma forma de ter para quem vender (Entrevistado A)*

Com relação às parcerias mantidas com outras cooperativas, a Ecocitrus tem outros segmentos de mercado como o óleo essencial extraído da bergamota verde e negociado com uma empresa no município de Montenegro, a Biocitrus. De acordo com o entrevistado, eles negociam valores de compra em torno de 30% a mais do convencional.

A inclusão da cooperativa no mercado justo com a exportação do suco orgânico é entendida pelos gestores como um mercado favorável e concorrido que traz oportunidades de uma nova forma de comercialização e disseminação de seus produtos.

Percebe-se que a cooperativa emprega esse segmento de mercado como uma nova proposta de inserção social por meio de parcerias, diversificação e principalmente geração da sustentabilidade, ocasionando benefícios sociais, econômicos e ambientais para os agricultores. Além disso, existe um trabalho local para o desenvolvimento sustentável da região e promoção da responsabilidade socioambiental.

As primeiras iniciativas de produção e comercialização de produtos orgânicos no país foram estabelecidas por cooperativas de consumidores, a Coonatura, no Rio de Janeiro e a Colméia, no Rio Grande do Sul, no ano de 1978, as quais buscaram maior aproximação entre consumidores e produtores e ambas preocupam-se com a qualidade do alimento (FONSECA, 2005).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Conforme Wander et al. (2007) no seu estudo sobre oportunidades de mercado e desafio em relação ao produto orgânico, existem fatores que inibem o consumo de alimentos orgânicos. Apontam o processo de comercialização como um dos problemas principais para o desenvolvimento do mercado de orgânicos em razão de sua complexidade e da dificuldade de uma relação de confiança entre produtores e consumidores. Schultz; Pedrozo e Nascimento. (2002) salientam também que uns dos entraves está ligado à comercialização, o que dificulta o desenvolvimento das cadeias produtivas de alimentos orgânicos.

> Estudos realizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), ressaltam que alguns entraves importantes ao crescimento do mercado de produtos orgânicos podem ser identificados: a descontinuidade na oferta de orgânicos; a demanda superior à oferta; preço relativamente alto dos alimentos orgânicos; campanhas promocionais insuficientes de esclarecimento aos diferentes segmentos de mercado, acarretando desinformação dos consumidores; falta de segurança sobre a qualidade do produto; elevados custos de conversão e de certificação; baixo número de empresas certificadas para processos de beneficiamento de produtos orgânicos; estrutura de crédito deficiente; estrutura de apoio governamental insuficiente; existência de diferentes selos de certificação que confundem os consumidores; pouca variedade e quantidade disponível de alimentos orgânicos; expansão limitada dos sistemas de produção; falta de tecnologias com enfoque agroecológico apropriadas aos diferentes agroecossistemas brasileiros; ausência de levantamento sistematizado de informações de mercado e a competição com as outras formas de agricultura agroecológica (BUAINAIN; BATALHA, 2007, p.19).

A cooperativa possui alguns aspectos frágeis quanto a campanhas promocionais insuficientes de esclarecimento aos diferentes segmentos de mercado, pois a mesma não realiza campanhas, embora dissemine na região por meio de saídas a campo nas propriedades, reuniões com agricultores interessados no movimento agroecológico, o que ocasiona desinformação aos consumidores, elevados custos de conversão e de certificação e estrutura de apoio governamental insuficiente.

Em relação à classificação e especificação da fruta *in natura,* a cooperativa salienta existir transparência e normas, sendo realizados relatórios de registro de entrega da produção nos quais estão especificados data, lote, produtor, especialidade do mercado, variedade da fruta, quantidade, lote, valor unitário e valor total. A partir do lote é realizado o processo de classificação por categorias, podendo ser extra, tipos 1, 2 e suco, sendo a extra a de melhor preço, e a de suco a de menor preço. A prioridade da cooperativa está na fruta extra sendo esta a que melhor

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

remunera o agricultor. Por isso, a gestão da cooperativa prioriza sempre melhorias quanto a classificação das frutas visando à sustentabilidade das propriedades.

A classificação da fruta *in natura* na agroindústria é padronizada, conforme salientado por um dos entrevistados. Por exemplo, o agricultor a colhe na propriedade e a encaminha para a agroindústria, a qual especifica o produtor, gera-se um lote e ela segue para o processo de classificação, que poderá ser fruta extra, primeira, segunda ou de suco.

Segundo relato de dois entrevistados estes ganham dinheiro com a fruta extra, em torno de R$ 20,00 a caixa da fruta *in natura; e,* com a fruta para suco ganham somente R$ 5,00 a caixa, o que se torna inviável. Entretanto, salientam que o suco é uma estratégia para que a fruta de baixa qualidade seja aproveitada, e essa foi a maneira encontrada para comercializar toda a produção.

O relacionamento com representantes e a negociação com os compradores, embora amigável, muitas vezes é problemática em relação ao preço ofertado pelo produto orgânico. Não existe parceria, uma preocupação do gestor, pois a prioridade da cooperativa é a comercialização da fruta *in natura,* que propicia maior rentabilidade aos agricultores.

De acordo com relato do entrevistado, a negociação com os compradores depende dos valores de mercado e conforme as redes, ou seja, lei da oferta e da procura. Embora a cooperativa tenha um setor específico no qual existe um colaborador responsável pelas negociações, outro pelo mercado interno e outro para o mercado externo, todas as tomadas de decisão são discutidas em assembléia, já que, como relata um dos entrevistados, torna-se necessário *"a cooperativa muitas vezes ter que aceitar o que as redes oferecem em relação a preços, descontos e promoções não sendo uma opção, e sim uma condição*" (Entrevistado A).

Kotler (2000) destaca que a negociação envolve a preparação de um plano estratégico antes da reunião com a outra parte e a tomada de decisão tática durante a negociação, fazendo com que satisfaçam ambas as partes numa transação, além de desenvolver um relacionamento de longo prazo, mutuamente benéfico para as partes.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O maior problema desse mercado em relação à comercialização por meio das redes varejistas, para Schultz et al. (2000), é a centralização das redes e o elevado poder de barganha que exercem com seus fornecedores, o que pode implicar a diminuição das margens de comercialização dos produtores de orgânico. Dulley et al. (2000) salientam que o problema não está na falta de demanda por produtos, mas sim, na impossibilidade de ofertar um *mix* de produtos de qualidade e na quantidade e periodicidade demandada pelos supermercados. Os supermercados exigem um suprimento constante e um *mix* mínimo de produtos que os fornecedores têm de garantir diariamente, numa tarefa que exige planejamento e logística dos comerciantes e dos agricultores.

Porter (1999) esclarece que o poder de barganha tanto dos compradores quanto dos fornecedores depende de inúmeras características da situação de mercado e da importância relativa das respectivas vendas ou compras para o setor, em comparação com o negócio como um todo. Assim, os fornecedores têm um poder de barganha semelhante ao dos compradores. Para o autor, os grupos de fornecedores serão influentes caso existam as seguintes condições: são dominados por algumas empresas e estão mais concentrados do que os compradores; seu produto é exclusivo ou diferenciado; representam ameaça.

Já o poder de barganha dos compradores será dominante, segundo Porter (1999), caso exista compra em grandes volumes; os produtos adquiridos são padronizados e não diferenciados; os produtos adquiridos são componentes dos produtos dos compradores e representam parcelas significativas de seus custos; seus lucros são baixos, criando um forte incentivo para a redução dos custos de suas compras; os produtos do setor não são importantes para a qualidade dos produtos ou serviços dos compradores; o produto do setor não economiza o dinheiro do comprador; os compradores representam uma ameaça concreta de integração.

No que se refere ao poder de barganha da cooperativa como fornecedora de um produto diferenciado no mercado, constatou-se que esta não se utiliza do seu poder embora seus produtos tenham certificação, padronização e qualidade, o que é um diferencial e contribui no momento da negociação. Assim, cabe nesta discussão o seguinte questionamento: por qual motivo a cooperativa não emprega seu poder de barganha, já que possui um produto diferenciado?

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Na cooperativa existe um planejamento, e todas as tomadas de decisões em relação a controles de pagamentos, comercialização, produção e preços são levantadas em reuniões mensais e com o conselho de administração. Todavia, as questões que norteiam a sua problematização quanto à negociação de preços está no poder de barganha exercido pelas redes varejistas, pois, em relação à demanda de produtos, a mesma tem quantidade e qualidade que fortalecem e disseminam a Ecocitrus, fazendo com que possam dar continuidade á agricultura sustentável e agregar valor à sua marca.

Acredita-se que outro entrave para a cooperativa está nos produtos substitutos principalmente em relação à linha de sucos embora a Ecocitrus se destaca por ter um suco certificado e engarrafado, o que faz a sua diferenciação no mercado, mas a ameaça por parte de outras empresas que produzem produtos substitutos existe e exige maior atenção: *"Temos o diferencial, que é o suco da bergamota que ninguém produz, mas temos o da laranja e de uv,a que outras produzem"* (Entrevistado A).

Para Porter (1989), a ameaça de um substituto modifica-se no decorrer do tempo, podendo variar não só para segmento de compradores como também para diversos produtos. Para Schultz (2006, p. 155), "a ameaça apresentada pelos produtos substitutos é determinada pelos preços relativos dos produtos, pelo custo da mudança por parte dos clientes e pelo seu nível de lucratividade". O tesoureiro da cooperativa, em relação à concorrência, salienta: *"A concorrência sempre existe, a Ecocitrus está há um bom tempo na vitrine, tem um trabalho exemplar, então ela é sempre criticada e a dificuldade que temos de colocar o produto orgânico no mercado é grande"* (Entrevistado G).

Schultz (2006) aborda que o crescimento das redes varejistas, principalmente por mercado, fusão e aquisição reforça a concentração de empresas e a concorrência no setor, o que torna a capacidade de atuação dos agricultores limitada diante dos mecanismos de barganha dos supermercados. A possibilidade de tomar decisões com relação aos parâmetros de comercialização pré-estabelecidos pelo mercado é praticamente inexistente.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Referente à concentração das redes varejistas, resultado do aumento do processo de fusões e aquisições, um estudo realizado por Schultz; Waquil e Miele (2010) verificou um aumento significativo e demonstra a tendência de concentração no setor supermercadista no Brasil entre 2003 e 2008. E o significativo crescimento das redes de supermercados deve-se, principalmente, à intensa concorrência no setor por baixos preços e à necessidade de ganhos de escalas na comercialização para o aumento da competitividade no mercado.

Segundo Kotler (2000), concorrentes são empresas que atendem às mesmas necessidades dos clientes. Para o autor, a empresa deverá identificar seus principais concorrentes, descobrir suas características, suas estratégias, seus objetivos, suas força e fraquezas e seus padrões de reação. Em geral, a empresa deverá monitorar três variáveis ao analisar seus concorrentes, tais como participação do concorrente no mercado-alvo; percentual de clientes que mencionaram o nome do concorrente ao responderem uma pesquisa de mercado e a participação de preferência em relação aos seus concorrentes.

Portanto, as relações com o mercado são um dos principais entraves para o produtor de orgânico. Todavia, encontrar uma solução poderá ser a longo prazo e dependerá de ter o poder de barganha a seu favor, parcerias com agentes locais, diversificação da produção, grandes escalas de produção e disseminação do conhecimento em relação ao produto orgânico para o consumidor estar informado em relação à qualidade e origem do produto. Ressaltando também a questão ambiental, o agricultor ecologista presta serviço à sociedade enquanto preserva o ambiente e, a partir disto, faz com que o poder público entenda que as cooperativas de agricultores necessitam de incentivos fiscais.

Para o atendimento da demanda de produção, a cooperativa possui infra-estrutura adequada de processamento e armazenagem e também o local de elaboração do suco natural pasteurizado e suco reconstituído na agroindústria: *"a agroindústria possui duas câmaras frias para o resfriamento, que pode armazenar um volume de mais ou menos 8 mil caixas de frutas e outra para circulação de produto"* (Entrevistado A).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A cooperativa não possui estoque para atender ao mercado, trabalha com estimativa semanal e circulação de produto e espera o mercado reagir, salienta um entrevistado: *"temos somente uma circulação, pois trabalhamos com volumes maiores, por exemplo, o supermercado liga à tarde ou encaminha e-mail fazendo o pedindo e no outro dia entrega-se uma quantidade de caixas de frutas"* (Entrevistado A).

> *Também temos o trabalho das mulheres na cooperativa em relação ao consumo dos associados e colaboradores, o grupo Ecomulher que trabalha a questão da alimentação de compra conjunta, comprar arroz, açúcar, elas articulam isso, geralmente é o suco concentrado, a gente tem na sede o associado vem aqui consome, leva para casa e também o suco de uva, isso a preço de custo. Isso é incentivado. Todos consumem o produto que é nosso (Entrevistado A).*

Com relação às previsões das necessidades e à gestão dos pedidos, a cooperativa não trabalha com estoque, sendo realizada uma estimativa de venda programada diariamente e semanalmente, conforme a demanda. As formas de controles dos pagamentos dos compradores e fornecedores são feitas por meio de planilhas de controles que a pessoa encarregada faz, e cada empresa tem a sua sistemática. A comunicação com os compradores e fornecedores é via e-mail para confirmação de pedido, contato telefônico, visitas e o diálogo durante a negociação: *"às vezes tem que fazer uma visitinha, estar presente, pois essas redes de supermercado, as pessoas estão sempre circulando, acho que é uma questão de saber negociar, perfil, artimanha"* (Entrevistado A).

É relevante salientar que, em razão de especificidades do processo produtivo e do produto orgânico em si, as atividades de transporte, armazenamento e comercialização destes produtos são cruciais para garantir a separação ou distinção do produto orgânico do produto convencional. Para isso, devem-se seguir todos os procedimentos necessários na definição e execução da logística de distribuição. Os produtores estão segmentando seu mercado para atender a um nicho específico de consumidores (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Na agroindústria são recebidos todos os produtos e é especificado o seu destino - da fruta *in natura* e do suco, tanto para o mercado interno quanto para a exportação. Em relação ao tipo de embalagem utilizado para o acondicionamento, a cooperativa utiliza caixas, tonéis de 260 litros, tambores de folha de ferro e garrafas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

O processo de produção do suco concentrado, até o momento é realizado em parceria com uma empresa da região, a BIOCITRUS, que mesmo sendo mais uma fonte de receita para a cooperativa, é dispendioso devido aos custos de produção do suco. Para solucionar este problema, a cooperativa tem como meta melhorar a estruturação com possibilidade de conseguir melhores preços de mercado e ter todo o domínio da cadeia produtiva a partir da fábrica de sucos: "*Estruturar toda a cooperativa para melhores oportunidades e a perspectiva de conseguir os melhores preços em todos os mercados que a gente atua e a nossa ideia é ter todo o domínio da cadeia com a fábrica de suco"* (Entrevistado I).

O processo de armazenagem na agroindústria acontece da seguinte maneira: a fruta é encaminhada para uma empresa fazer o suco concentrado e, após, para ser armazenada nas câmaras frias de congelamento, que ficam na CEASA. Esse suco retorna para a agroindústria para ser reconstituído e engarrafado, sendo reconstituído, pasteurizado, envasado e destinado ao mercado interno. Já o suco concentrado, que serve para ser reconstituído ou para a exportação ou ainda para o PAA – Fome Zero. O suco em saquinho, embalagem de 2 litros e 5 litros, tem seu processo na agroindústria, tendo uma grande rotatividade e custo baixo.

> *Nos containers para exportação são utilizados tonéis de 260 quilos e o concentrado é congelado. Para ter uma noção o suco, por exemplo, você pega uma garrafinha de um litro e coloca o concentrado, isso vai dar um quilo e trezentos, o concentrado é mais pesado que a água, então um tonel vai em torno de 260/270 quilos de concentrado (Entrevistado A).*
>
> *Atualmente é somente a CEASA a forma de armazenagem porque a gente gera lotes, vamos produzindo e estocando, vai de Porto Alegre a Rio Grande ou volta para a agroindústria para ser diluído e engarrafado (Entrevistado H).*

A Ecocitrus entende que, para continuar competitiva na produção e comercialização de orgânicos, a certificação é uma forma de estar adequada às normas e de garantir produtos de qualidade, tanto no mercado interno como no externo, embora deva ampliar suas ações para este crescimento e reverter a situação em relação à comercialização. Como a fruta *in natura* é negociada como convencional, a cooperativa acredita que a certificação torna-se dispendiosa na atual conjuntura, apesar de a exportação no mercado justo ser favorável ao crescimento.

> *A Ecocitrus tem certificação por causa do suco porque não vendemos a fruta como orgânica, o custo da certificação é alto, tem que ter escala de produção e, mercado para conseguir se certificar (Entrevistado A).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Temos a certificação do mercado justo e estamos investindo porque tem uma percepção e um projeto mais amplo e a certificadora não é assim "esse ano eu não quero e ano que vem eu retomo", ou é "certificado ou não é certificado" (Entrevistado A)*

A cooperativa está numa fase transitória e considera a certificação um investimento, sem retorno, ainda que, segundo um dos entrevistados, *"existe um diferencial com a questão da venda no mercado justo, pois a cooperativa consegue vender o suco pelo valor agregado, maior do que convencional, para a venda na Europa"* (Entrevistado A).

A importância que a produção orgânica assume no mercado de alimentos, segundo Medaets e Fonseca (2005), exige que procedimentos regulamentares sejam estabelecidos de forma a assegurar aos componentes das cadeias produtivas a transparência nas trocas. O processo pode ser observado nos principais países consumidores de produtos orgânicos e reflete-se no aparato legal brasileiro:

> *Hoje é uma questão de mercado, tem que ter um diferencial, não adianta ter um produto no mercado que todo mundo já tem, hoje qualquer pessoa, seja o agricultor ou empresário, tem que trabalhar o teu diferencial com qualidade por isso que na cooperativa existe um grupo de agricultores biodinâmicos. O orgânico vai ser um negócio que todo mundo vai ter e aí o diferencial será um produto biodinâmico, é uma questão de filosofia, mas é mercadológica também, tem que ter uma filosofia de trabalho, mas temos que buscar mercado (Entrevistado A).*

A produção da cooperativa é certificada pelo Instituto Biodinâmico – IBD (ANEXO A), tendo o selo de qualidade, também, pela Rede Ecovida de Agroecologia, que conta com 23 núcleos regionais e abrange cerca de 170 municípios do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e pela Certificação Internacional de Comércio Justo (*Fairtrade certification*) fornecida pela *Fairtrade Labelling Organizations International* (FLO). Entende-se que a certificação para a Ecocitrus torna-se importante para a negociação com o mercado externo e o interno, sendo o seu diferencial:

> Para o Instituto Biodinâmico, certificação é a garantia da procedência e da qualidade orgânica de um alimento natural ou processado. O agricultor ganha um diferencial de mercado, ao oferecer produtos de melhor qualidade e mais valorizados, estabelecendo uma relação de confiança com o consumidor. Na certificação, produtores e processadores são inspecionados e orientados segundo as normas de produção orgânica. O consumidor tem a garantia de um alimento sem contaminação química, cuja produção respeita o meio ambiente e o trabalhador (INSTITUTO BIODINÂMICO, 2010).

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

A produção orgânica, conforme Picinatto et al. (2002), por algumas tendências teóricas e práticas ultrapassa a dimensão econômica, considerando uma relação mais positiva com o ambiente natural e social, estando as empresas fortemente ligadas às questões sociais durante a comercialização e avaliando, além das características do produto em relação à qualidade, também a condição social dos agricultores.

Considerando-se os aspectos de comercialização, conseguir diferenciar um produto e apresentá-lo apropriadamente aos consumidores costuma significar a possibilidade de ocupar um mercado estável, devido às utilidades particulares adicionadas ao produto, e de obter um diferencial positivo de preço. Esse processo de diferenciação de produtos também pode ser benéfico para o meio ambiente a partir da valorização de sistemas produtivos mais sustentáveis (MEDAETS; FONSECA, 2005).

A certificação de um alimento orgânico representa para as empresas um novo mercado e fornece ao consumidor um produto nutritivo, de qualidade, isento de substâncias químicas e, principalmente, a garantia da biodiversidade, do equilíbrio da natureza e de um ecossistema saudável. A transação da produção orgânica, no que se refere ao suco, representa para a cooperativa Ecocitrus uma importância estratégica no mercado permitindo um diferencial competitivo, a obtenção de melhores preços para seus produtos, planejamento para o produtor, visto que critérios e eficiência, além de disseminar na sociedade os princípios da agricultura orgânica:

> *Estamos buscando mercado, pois desde o começo da cooperativa temos um projeto junto ao IBD, o projeto RS 001, sendo pioneiro no Estado pelo Instituto Biodinâmico de São Paulo [...]. Temos três certificações: a do orgânico pelo Instituto Biodinâmico, a certificação da Rede Ecovida, que é a certificação participativa, social e o fair trade mercado justo (Entrevistado A).*
>
> *A Rede Ecovida tem uma política social, e a cooperativa acha complicada a certificação porque ela depende do reconhecimento, e na Europa isto não existe, então não adianta querer exportar se a cooperativa não tiver o IBD, que é reconhecido para a certificação de orgânico. Para nós, quando começou a discussão da cooperativa, a gente começou logo a se garantir da legalidade do nosso trabalho (Entrevistado A).*

O IBD atua em todo o Brasil e América do Sul e tem seus fundamentos em princípios humanistas, segue a legislação trabalhista, incentivando o comprometimento social dos projetos certificados, e a legislação ambiental,

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

promovendo a recuperação e a conservação do meio ambiente. Durante o período de conversão, os técnicos do IBD inspecionam todas as etapas do processo de produção. É a certificação com base em certificado anual, certificado de transação, revisão de relatórios e check-list socioambiental. O selo indica que a empresa certificada pelo IBD está em conformidade com as leis sanitária, ambiental e trabalhista nacional e que esta garantia se estende aos fornecedores de matéria-prima certificados pelo IBD (INSTITUTO BIODINÂMICO, 2010).

O Comércio Justo ou *Fair Trade*, segundo Veigas (2010), é apresentado como uma certificação que visa possibilitar a inserção de produtores agrícolas de países subdesenvolvidos no mercado internacional de forma mais igualitária. E reconhecido como uma das iniciativas de economia solidária e pode ser visto com uma alternativa ao comércio tradicional, que visa à integração de produtores com consumidores dispostos a buscar uma alternativa para a desigualdade e injustiça, recompensando cooperativas com objetivos sociais, preocupações ambientais e capacidade de melhorar as condições de trabalhadores dos países subdesenvolvidos.

O determinante para a necessidade de certificação da produção orgânica é o reconhecimento da agricultura, importância estratégica para a cooperativa, além de assegurar aos consumidores alimentos saudáveis e também vislumbrar a expansão do mercado e diversificação da propriedade rural. A produção de orgânico poderá suprir todas as necessidades da cooperativa mesmo que o mercado seja o dimensionador, como salienta o presidente da cooperativa: "*vai depender somente de mercado, consumo e escala de produção com um pequeno valor agregado. Hoje muitos grupos estão entrando com certificação rede ecovida porque ela é mais social e um pouco menos impactante financeiramente*" (Entrevistado A).

> *Temos as taxas de certificação, a FLO mudou em 2007, eles faziam uma auditoria e davam uma certificação por ano, agora a legislação da ISO 61, que é quem audita, a certificadora deliberou que tem que dar o certificado fair trade a cada três anos. Mas a auditoria permanece anualmente, não mudou nada porque se a cooperativa faz algo pode perder o certificado, é uma legislação somente que fizeram (Entrevistado A).*
>
> *O custo da certificação tem uma regra por volume de associados e propriedades, em 2010 a cooperativa teve uma despesa de quase 2000 euros, a FLO, já o IBD custou quase R$ 11.000,00 para o certificado de orgânico imagina a cooperativa tem um gasto de quase 20 mil em certificações. E para conseguir pagar esse valor temos que utilizar o lucro da usina, pois tirar da comercialização da fruta esse dinheiro para custear é inviável (Entrevistado A).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Para Alves et al. (2004), a finalidade da certificação é a capacidade de rastrear a origem do produto orgânico. Normalmente as certificadoras nacionais fornecem um certificado com um ano de validade e paga-se uma taxa para utilizar o selo das certificadoras. O custo de emissão do certificado orgânico varia de 0,5% a 2% do valor futurado para a mercadoria e cobram-se tantas vezes sejam as remessas de produto que necessitem de certificação, no caso de exportação. Para o mercado interno, o valor é cobrado pelo total de produto certificado vendido pela empresa, não sendo necessário emitir certificados específicos para cada carga. No caso das certificadoras internacionais, os custos de certificação variam entre 2% e 5% do faturamento.

Os mesmos autores salientam que a duração do processo de certificação pode variar de 1 a 4 anos, dependendo do sistema de produção e do mercado consumidor. Em relação ao mercado interno, a propriedade que trabalha com culturas anuais deverá obedecer a um período de 12 meses de manejo orgânico, para que a produção subsequente seja considerada como orgânica.

Os custos com relação à certificação dos produtos orgânicos para a cooperativa são onerosos. Existem auditorias e regulamentos a serem cumpridos tanto em relação à documentação como ao manejo da propriedade, os quais asseguram a qualidade do ambiente natural, alimentos saudáveis e qualidade de vida para quem consome e quem produz. Os gestores da cooperativa entendem que para a cooperativa atingir suas metas será necessário o consumidor reconhecer e valorizar o alimento orgânico e ter o hábito de consumi-lo.

A cooperativa, além de estar focada em melhorias para o reconhecimento do produto orgânico, vem articulando na região a questão de estimular outros agricultores a se envolverem com a proposta. Para tanto, realiza reuniões a fim de orientá-los como funciona o processo de certificação e agroecologia, disseminando os saberes e, juntamente com a FLO, propõe suporte com o pessoal técnico disponível para orientação.

> *Como estão articulando na região a questão de uma fábrica na indústria de óleo e sucos a ideia é socializar isso e envolver outros grupos, agricultores associações. Dentro deste processo, quando a gente faz as reuniões com os agricultores o apelo é no sentido da prática. Mas, quando o agricultor vem até nós para orientá-lo e não temos como orientar, explicar como faz, o que fazem, provocamos a FLO, pois tem a instituição que faz isso que em*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *vez de vir nos grupos e orientá-los, explicar o que é mercado justo, como funciona o processo, documentos necessários. Embora seja muito complicado porque FLO tem poucas pessoas para realizar o trabalho de campo (Entrevistado A).*

A problematização existente com a certificadora FLO está na disponibilização de um trabalho mais contínuo com esses agricultores interessados na proposta da agroecologia e no selo de certificação, uma vez que, como a empresa certificadora tem sua sede na Alemanha depende de disponibilidade do técnico; a cooperativa salienta que gostaria de proporcionar um suporte maior, mas atualmente, devido ao crescimento e à escassez de mão de obra, torna-se dificultoso, destaca um dos gestores: "i*sso é muito trabalho virtual, internet para conseguir trazer essa pessoa aqui é muito difícil. O diretor biodinâmico vem para ver o que está acontecendo, mas a gente também tem que provocar isso"* (Entrevistado A).

Dessa forma, a cooperativa, como uma empresa fornecedora de produtos orgânicos certificados, busca como estratégia assegurar a seu sócio produtor uma remuneração garantida, valorizando seu produto e disseminando as práticas de agroecologia e sistema biodinâmico na região.

Nas relações com as empresas são estabelecidos contratos que possuem critérios instituídos durante as transações, ou seja, critérios que envolvem várias cláusulas e muitas vezes conflituosas, pois contemplam exigências quanto a valores negociados, promoções, transporte e aniversários. A cooperativa possui contratos com a ANBEV, rede Wal Mart, Doux Frangosul, Agrogem, Ceasa e com o PAA ,sendo os contratos realizados com a CONAB: *"todas as empresas têm contratos, regramentos, pois a gente trabalha com grandes empresas e os contratos às vezes são complicados porque eles fazem contratos que a gente arca junto"* (Entrevistado A).

A relação contratual com algumas empresas é vantajosa quando a cooperativa pode condicionar cláusulas que a beneficiam, principalmente referente a valores negociados e preços estipulados pela mesma: "*a gente tem o privilégio de condicionar com algumas empresas, que mandam o seu contrato e, negociamos e seguimos o nosso padrão de contrato*" (Entrevistado A).

As dificuldades encontradas em alguns contratos dizem respeito às clausulas impostas pelas empresas prestadoras de serviços para a Ecocitrus e durante o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

processo de exportação do suco, que é contestado pela certificadora FLO, a qual salienta que os contratos são conflituosos e sem comprometimento por parte dos compradores deixando a cooperativa muitas vezes sem ter o que fazer, a não ser aceitar as imposições para poder negociar o seu produto.

> *Os contratos contemplam ambas as partes sendo transparente, mas muitas empresas trabalham com o corpo jurídico sendo pragmáticas e temos reclamações da certificadora FLO em relação aos contratos com quem compra o produto, sendo muito complicado fazê-los, porque hoje a gente manda o suco e eles já pagam, então não tem muito que fazer num contrato porque a negociação da exportação é amarrada, só retira o produto no momento que fizer depósito, então o trâmite da exportação é amarrado e a certificadora quer um contrato mais claro e comprometimento de quem está comprando (Entrevistado A).*

> *Outro problema que temos é da empresa que presta serviço. Como as empresas não dependem de nós e sim nós dependemos delas e a certificadora quer que a gente faça o contrato que eles têm que colocar as regras, só que assim essas empresas não querem contrato. A gente depende deles, por isso a nossa preocupação com a fábrica de óleo e de suco é extremamente especial, não tem como garantir o mercado de exportação no momento que dependemos de terceiros para fazer o suco (Entrevistado A).*

Os problemas das relações com o mercado estão diretamente ligados à comercialização do produto orgânico, os entraves estão no poder de barganha que as empresas têm e a cooperativa, embora tente reverter esta situação com um produto diferenciado não somente orgânico, ecológico, mas biodinâmico com diversificação das propriedades dos sócios produtores, ainda dependerá de realizar um trabalho com as empresas e com a região no sentido de melhorar as condições do relacionamento com seus compradores.

Com relação à pesquisa de mercado embora a cooperativa tenha um plano de negócios em que são utilizadas estratégias quanto ao segmento de mercado, escala de produção, expansão e disseminação do produto orgânico, novas tendências a fim de inovação, não realiza nenhum tipo de estudo em relação ao mercado: "*atualmente, não realizamos pesquisa de mercado, temos um diferencial, um produto que ninguém tem, então não precisa pesquisar muito, pois muita gente quer o nosso produto, então a cooperativa não se preocupa muito em relação ao suco"* (Entrevistado A).

O mesmo acontece com relação à divulgação e marketing da empresa. A cooperativa tem orçamento para realizar um trabalho para desenvolver melhor a

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

imagem, mas é compreendido pelos agricultores como algo dispendioso e desnecessário:

> *Não realizamos propagandas em TV, rádio ou jornais, temos orçamentos para trabalhar divulgação. A cooperativa faz parte de uma rota de turismo, temos alguns projetos que já foram discutidos na cooperativa, mas o agricultor não tem essa consciência, preocupação quanto à imagem, saber quem é a Ecocitrus que tem todo um trabalho social, tem que deixar a mídia entendedora do teu projeto (Entrevistado A).*

A natureza pública da propaganda confere certa legitimidade ao produto e também sugere uma oferta padronizada na qual os compradores sabem que os motivos para a compra do produto são algo positivo sobre o poder e o sucesso do fornecedor. A propaganda pode ser utilizada para desenvolver uma imagem duradoura para um produto alcançando eficazmente compradores dispersos geograficamente (KOTLER, 2000).

A estratégia de publicidade integra as iniciativas de comunicações da organização, combinando propaganda, marketing interativo/internet e marketing direto para comunicar-se com compradores e outros indivíduos que influenciam as decisões de compra. A publicidade consiste em qualquer forma de comunicação não pessoal relativa a uma organização, tendo como vantagens o baixo custo por exposição à variedade de mídias, como jornais, revistas, televisão, internet, mala-direta e outdoor (CRAVENS, PIERCY, 2007).

Os gestores da cooperativa entendem que é necessário realizar a divulgação e planejar estratégias de marketing para a disseminação da proposta da cooperativa como forma de reconhecimento do agricultor de orgânico, compreensão da importância da cadeia agroindustrial dos produtos orgânicos, a qualidade de produtos saudáveis, o equilíbrio ambiental que este tipo de agricultura proporciona e assim melhorar margem de comercialização desses produtos em relação aos convencionais. Além disso, como os integrantes da Ecocitrus participam ativamente na região contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável e estão envolvidos com a inclusão social do pequeno agricultor, torna-se imprescindível disseminar a sua proposta além do mercado local.

> *A Ecocitrus tem uma pequena parcela de divulgação no site que estamos tentando atualizar, algum acontecimento, notícia, tudo isso às vezes é complicado. O agricultor da cooperativa não enxerga dessa forma que algum momento reflete em reconhecimento ele enxerga que todo mês tem*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *que pagar alguém que fica sentado lá fazendo o que, para eles, tem que ver o resultado (Entrevistado A).*
>
> *Como a cooperativa está se transformando, tem o reconhecimento e é referência na região, a divulgação do nosso trabalho é uma dificuldade, pois não tem como saber como o agricultor está na sua prática, fazendo, resolvendo os problemas e às vezes esquece-se do lado que deveria estar demonstrando, divulgando para mais pessoas saber o que está acontecendo e a cooperativa falha (Entrevistado A)*

O reconhecimento da cooperativa é referência na região, mas o seu papel talvez seja de consolidar a sua relação com o mercado por meio de um trabalho inovador que segue os princípios da agroecologia, cooperativismo, autogestão, transparência, diversificando suas propriedades e trabalhando com sistemas de agroflorestas e produtos biodinâmicos que tornam-se o seu diferencial no mercado local e regional. Além disso, mudar o comportamento e fazer emergir as problemáticas da região em relação à monocultura característica do Vale do Caí, comercialização de orgânicos, sendo este o fator gerador de grandes incertezas para os agricultores.

No próximo capítulo será apresentada a análise da sustentabilidade das propriedades dos sócios produtores da cooperativa, na qual se buscou descrever aspectos relacionados às propriedades agrícolas e aos sistemas produtivos, além de terem sido empregados indicadores focados nos atributos da sustentabilidade, tais como produtividade, estabilidade e resiliência.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6 A SUSTENTABILIDADE DAS PROPRIEDADES RURAIS DOS SÓCIOS PRODUTORES DA COOPERATIVA ECOCITRUS.

As incertezas dos produtores rurais em relação às mudanças tecnológicas e às práticas que buscam o aumento significativo na produção e, consequentemente, o comprometimento dos ecossistemas e o desequilíbrio social originaram discussões em torno da sustentabilidade das propriedades rurais. Assim, a relação do agricultor com seu sistema de produção poderá contribuir para a sustentabilidade de sua propriedade por meio da adoção de um sistema orgânico, o qual proporcionará alimentos saudáveis, melhorias na qualidade de vida e a minimização dos impactos causados ao ambiente.

Nos depoimentos dos produtores da Ecocitrus, foi constatado, o engajamento e a motivação para a sustentabilidade das propriedades rurais, viabilizando ações que revertam a situação dos pequenos agricultores por meio da promoção da qualidade de vida, processos participativos que levem à transição orgânica, prestação de serviços ambientais, sua relação com a natureza, mudança socioambiental e, principalmente, a percepção destes com relação a um nicho de mercado.

Os produtores entrevistados possuem pequenas áreas para cultivo, que variam de 5 hectares a 20 hectares, e o tamanho das propriedades varia de 12 hectares a 51 hectares, existindo a predominância da monocultura em algumas

propriedades, uma característica marcante na região do Vale do Caí. Além do citrus, os agricultores produzem outros cultivos para a subsistência, como o figo, caqui, limão taiti, lima, abacate, banana, aipim, batata doce, batata inglesa, feijão e hortaliças: *"as atividades agrícolas em minha propriedade é somente o citrus, plantamos outras culturas no meio para o consumo interno"* (Entrevistado D).

A principal atividade geradora de receita para os associados produtores da cooperativa é o citrus. Entretanto, os problemas climáticos e à super afra nos últimos anos ocasionaram o empobrecimento e endividamento de alguns agricultores; assim, estes buscaram na diversificação de suas propriedades outras formas de rendas, conforme os depoimentos abaixo transcritos:

> *Hoje a citricultura (laranja e bergamota) é a principal fonte geradora de receita, em torno de 98%, mas cultivo um pouco de banana, pera, caqui e a horta para a subsistência e o turismo rural como outra fonte de renda (Entrevistado B).*
>
> *Temos diversificação no consorciamento, o citrus e outras culturas como feijão, milho, aipim que é para a subsistência, os aviários e o turismo rural. Mas a principal receita hoje é o citrus, acredito que a tendência será uma maior receita com o turismo rural (Entrevistado C).*
>
> *Hoje o citrus é minha maior receita, mas faz 4 anos que ajudo na cooperativa, então aquele salário que a gente ganha também auxilia, sou gerente comercial na usina de compostagem (Entrevistado D)*
>
> *Tenho a agroindústria familiar, mais uma fonte de renda, pois como agricultor eu estava falido, totalmente endividado, não por eu ser agricultor orgânico, mas por problemas climáticos e a supersafra (Entrevistado E).*
>
> *Praticamente a citricultura. Cultivo para subsistência o aipim, batata-doce, batata inglesa e feijão e no momento exerço uma função administrativa na cooperativa (Entrevistado F).*
>
> *Trabalho com fruticultura, mas a maior receita é o citrus, temos também plantação de caqui, figo, abacate e banana e o aviário de 90mx12m que alojamos em média 18 mil pintos e que gera uma boa receita (Entrevistado G)*

Segundo Altieri e Nicholls (2003), a agricultura orgânica com monocultura pode ser alterada pela adoção da diversificação com sistema de produção que inclua produção vegetal e animal, no qual se incrementam sinergismos de maneira que a agroecologia seguraria a fertilidade do solo, a regulação natural das pragas e a produtividade das culturas. A redefinição do sistema envolve a transformação da estrutura e funcionalidade dos agroecossistemas, promovendo o manejo dirigido para otimizar os processos do tipo ciclagem de nutrientes, acúmulo de matéria

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

orgânica, controle biológico das pragas e produção equilibrada. A promoção da biodiversidade dentro dos sistemas agrícolas é o pilar fundamental para o seu redesenho.

Aquino e Assis (2007) acreditam que a agroecologia é um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções, em função principalmente da baixa dependência de insumos externos dos sistemas de produção preconizados, que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas.

A agroecologia pressupõe em seus princípios a diversificação. Todavia o mercado exige eficiência, uniformização, padronização e grandes volumes de produção, ou seja, uma economia de escala, na qual existe a diminuição dos custos através do aumento do volume de produção de determinado produto versus economia de escopo com a diminuição dos custos por meio da diversificação. No momento, constitui uma problemática para os agricultores, pois uma grande diversidade com pequenos volumes de produção onera e dificulta a comercialização.

Dessa forma, manter uma produção ecológica e diversificada com baixo volume e grande diversificação é um fator que o pequeno produtor deverá reverter para conseguir expandir e administrar esse mix de mercado. Percebe-se, nos discursos dos entrevistados, que suas propriedades voltam-se para a diversificação, sendo a forma encontrada para reverter o quadro de empobrecimento de alguns agricultores e como estratégia para o desenvolvimento no meio rural.

No que se refere aos aspectos relacionados à propriedade e ao sistema produtivo quanto a máquinas, equipamentos, serviços demandados, mão de obra utilizada e renda bruta anual dos agricultores, percebe-se que, após a consolidação da agricultura orgânica, os produtores utilizam pouco maquinário por não haver necessidade. De acordo com os agricultores, os tratores ficam parados 90% do tempo, a sua utilização é praticamente só para transporte da fruta na safra.

> *Tenho dois tratores, três carroças, implementos necessários de pulverização e roçada. Esses tempos estava com três tratores, e acabei vendendo um que não usava (Entrevistado D)*

> *Tenho um trator, um pulverizador manual para aplicar os preparados biodinâmicos. Tenho dois tratores que uso praticamente só para a colheita e um pulverizador (Entrevistado E).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Como forma de minimizar danos e proporcionar equilíbrio ao solo, verifica-se com os depoimentos que os agricultores utilizam pulverizadores somente para a aplicação dos preparados biodinâmicos, que não devem ser utilizados com máquinas ou com motor de alta pressão pelo fato de se perder a dinamização, sendo realizado manualmente. Quanto à realização de roçadas, são feitas esporadicamente, conforme salientou um agricultor, devido ao ciclo da vegetação:

> *tem o ciclo de inverno para o verão, a vegetação no inverno morre então é melhor deixar crescer o máximo possível no verão e terminar o ciclo da vegetação nativa, pois é muito importante, quanto mais diversificação estiver, mais nutrientes, equilíbrio e micronutrientes terá o solo e as plantas (Entrevistado B).*

Os sistemas de produção agrícola, além de processos ecológicos, envolvem também processos sociais, sendo a agricultura o resultado da co-evolução de sistemas naturais e sociais. É com esse entendimento que a agroecologia, na busca de agroecossistemas sustentáveis, estabelece a base científica para uma agricultura com menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais. Para isto, os sistemas agroecológicos procuram maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos (AQUINO; ASSIS, 2007).

A necessidade de mão de obra é basicamente a familiar, a equipe de trabalho da cooperativa, e, quando necessário, diarista da região, como se constata nos depoimentos dos entrevistados: *"a mão de obra utilizada hoje é o meu genro, os pais dele, as pessoas diaristas da região que trabalham comigo e a equipe de trabalho da cooperativa"* (Entrevistado D)

> *Em relação à mão de obra utilizada na parte do turismo rural, uma pessoa vem duas vezes por semana para fazer a limpeza, vem ao meio dia e o pagamento é por hora. Tenho um contrato com uma pessoa que me ajuda na época de safra. Às vezes se contrata a equipe de trabalho da Ecocitrus, que é uma equipe de colheita (Entrevistado C)*

> *No citrus contrato para a safra a equipe de trabalho da cooperativa ou para fazer uma limpeza nos pomares. Tem um casal que me ajudam na horta e trabalham só na parte da tarde e não todos os dias e às vezes na época de colheita me ajudam a colher a fruta também. Eu pago por dia, no fim da semana. Já a minha esposa trabalha na agroindústria e tem duas pessoas para ajudá-la, que não são contratadas com carteira assinada, mas pretendemos legalizá-las. Além da filha que ajuda na feira nos finais de semana (Entrevistado E)*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Quem faz a maior parte da mão de obra sou eu e minha esposa, e temporariamente a gente planeja a equipe de trabalho da ecocitrus para fazer a poda, o raleio e às vezes a colheita, quando tem um pico maior de trabalho. Principalmente na safra e no raleio sempre ajudam e agora em poda a equipe é solicitada (Entrevistado G)*

Com relação à problemática da mão de obra especializada na agricultura, nota-se que a cooperativa para amenizar as dificuldades de seus associados, adotou como estratégia a disponibilização de uma equipe de trabalho, conforme salientado anteriormente, contribuindo durante a safra, o raleio, a limpeza de pomares, reduzindo assim custos e despesas para o produtor rural e suprindo a demanda de pessoal empregado durante os períodos de safra e entressafra.

Quanto à renda bruta anual dos agricultores, verificou-se que é complementada com outras formas de comercialização, como feiras, produção de hortaliças, cargos administrativos na cooperativa e empreendimentos, como turismo rural, aviário e agroindústria, gerando, assim, melhores condições financeiras e qualidade de vida para os agricultores. A receita bruta dos agricultores entrevistados varia de R$ 30 mil a R$ 144 mil, dependendo do tamanho da propriedade, da quantidade produzida e do empreendimento realizado, como se observa pelos depoimentos dos entrevistados:

> *Minha renda bruta anual chega em média a R$ 30 mil com o citrus. Já a renda bruta no turismo rural chega em torno de R$ 5 mil (Entrevistado B).*
>
> *Ano passado deu uns R$ 50 mil da fruta, R$ 40 mil do turismo rural, o aviário R$ 40 mil e uns R$ 14 mil aposentadoria (Entrevistado C).*
>
> *Só com o citrus minha renda bruta anual é em média R$ 30 mil, podendo dizer que em termos de produção 80 % com a bergamota e 20% com a produção de laranja em 15 hectares plantados (Entrevistado D).*
>
> *Hoje o citrus, a horta e a agroindústria se completam, pois a agroindústria não depende do tempo, e estou fazendo dinheiro o ano todo e estou diversificando. Hoje tenho com a agroindústria, o citrus, a horta e a feira uma renda bruta em torno de R$ 10 mil mensal, anual R$ 120 mil, digamos que a gente consiga ter um lucro de 20% (Entrevistado E).*
>
> *Minha renda bruta anual é em torno de uns R$ 45 mil com o citrus, com o cargo na cooperativa R$ 18 mil e a aposentadoria da esposa em torno de uns R$ 7 mil (Entrevistado F).*
>
> *2007, 2008 e 2009 foi muito complicado por causa do clima e foi uma renda baixa e a nossa sustentação foi basicamente o aviário. Mas dá para se colocar uma média de frutas em 2009 de R$ 18 mil, o aviário em média 8 lotes que deu uns R$ 1.800. Em 2009 chegamos a uma renda de R$ 33 mil, agora em 2010 podemos chegar tranquilamente passando dos R$ 40 mil, juntando o citrus e o aviário (Entrevistado G).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

No que tange às percepções sobre a diversificação da propriedade para o melhoramento da renda do agricultor, mesmo com o citrus, conforme os depoimentos, constata-se ser uma rentabilidade baixa. Assim, percebeu-se que os entrevistados almejam reverter a situação do agricultor orgânico por meio de novos segmentos de mercado, implementação na produção e empreendimentos como forma de melhores alternativas de rendimentos, além de estar contribuindo com o crescimento da região e o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Para tanto, os sistemas agrícolas conduzidos através do manejo orgânico com enfoque agroecológico têm o compromisso de manter ou recuperar a biodiversidade dos agroecossistemas e do entorno, ao mesmo tempo em que possibilitam aumento de renda para a família ao agregar valor aos produtos e ampliar o mercado, facilitando a comercialização (AQUINO; ASSIS 2007).

Os depoimentos permitem constatar que os volumes de produção oscilam de uma safra para a outra devido aos problemas climáticos, como estiagens e chuvas prolongadas, granizo e a supersafra, embora as propriedades mantenham uma média que varia de 50 a 120 toneladas, dependendo da quantidade de hectares plantados de citrus.

> *Produzo em torno de 15 mil caixas, em tonelada dá 120 toneladas. Hoje a gente tem o controle dentro da cooperativa por tonelada (Entrevistado D).*
>
> *Com o citrus em geral todos colheram bem, colhi em torno de 2500 caixas, isso dá umas 60 toneladas, em 3 hectares (Entrevistado E).*
>
> *Em relação a volumes de produção vamos falar primeiro de raleio, que deu 1400 caixas, calculamos 35 toneladas; aí vem o suco 40 toneladas e a fruta in natura 8 toneladas. Esse ano priorizamos o suco porque deu um valor muito bom. Já em relação ao figo, caqui, abacate ainda é pouca a produção (Entrevistado G).*

A principal dificuldade encontrada pelos agricultores está relacionada à regularidade nos volumes de produção embora, consigam produzir anualmente algumas variedades de citrus, o que facilita a comercialização. Assim, uma das soluções encontradas pelos produtores foi a diversificação na produção, variedades de citrus e a negociação da bergamota verde, que é outro nicho de mercado gerando mais receita.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Todavia, os agricultores ressaltam que, embora visem gerar renda e novas oportunidades de mercado, a priorização está na viabilização da sustentabilidade de suas propriedades as quais são mantidas por meio da adoção de um sistema orgânico, com a preocupação e recuperação da fertilidade do solo, as tecnologias de controle de doenças e pragas, o uso de adubação verde, o emprego do sistema de agroflorestas e os preparados biodinâmicos.

O emprego de indicadores torna-se importante para a sustentabilidade dos sistemas orgânicos, pois o desenvolvimento de uma agricultura sustentável depende não somente dos aspectos ambientais, mas também sociais e econômicos, devido à melhoria na conservação do solo, produção de subsistência nas propriedades rurais, qualidade de vida e educação para os produtores rurais, melhoria da renda, estabilidade na produtividade, produção e agregação de valor, o que se entende, neste estudo, como sustentabilidade.

Para Schultz, Barden e Laroque (2010), a utilização de indicadores de sustentabilidade em sistemas orgânicos de produção agropecuária poderá auxiliar na gestão adequada das propriedades rurais pelos agricultores, fundamental para o entendimento de aspectos legais de avaliação da conformidade e garantia da qualidade orgânica dos produtos.

Diante deste contexto, buscou-se analisar a sustentabilidade das propriedades a partir de indicadores focados nos atributos da sustentabilidade, tais como produtividade, estabilidade e resiliência. Foram utilizadas categorias e variáveis dentro da dimensão econômica, como a adoção do sistema orgânico, a diversificação econômica e a autonomia tecnológica e produtiva considerando a percepção dos agricultores presente em suas narrativas.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6.1 Adoção do sistema orgânico

No que tange à categoria adoção do sistema orgânico, constatou-se nos relatos dos agricultores o seu engajamento com o equilíbrio do solo e das plantas, a recuperação da paisagem nativa e com a biodiversidade dos agroecossistemas. Para o entendimento e análise da categoria, realizou-se o levantamento de informações quanto ao percentual de área com produção orgânica, investimentos realizados e contribuição da renda oriunda da agricultura orgânica para a renda total. Assim, identificou-se que as propriedades são certificadas como orgânica e biodinâmica, possuem agroflorestas e matas nativas.

> *Hoje minha propriedade é 100% agricultura orgânica e biodinâmica. Há 14 anos comecei com a agroecologia e há 12 anos estou no sistema agroflorestal (Entrevistado B)*

> *Sou 100% orgânico, inclusive plantei acácia e eucalipto. Já de agrofloresta tenho alguma vegetação, estou implantando, mas na verdade é um consorciamento. São árvores para a madeira ou para fruta, por exemplo, temos uma experiência com a plantação de nozes com o citrus, o cinamomo com citrus e outra floresta natural e árvores nativas (Entrevistado C)*

Segundo Caporal e Costabeber (2004a), a agricultura biodinâmica tem seus princípios na antroposofia, na ciência espiritual. Utiliza-se de preparados biodinâmicos, calendário astrológico e possui marcas registradas com certificações Demeter y Biodyn, sendo referência o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Estância Demétria e Instituto Verde Vida.

Com relação à implantação do sistema de agrofloresta, existem procedimentos que devem ser mantidos e monitorados pelos agricultores para não ocasionar perdas e danos na produção, pois existem peculiaridades diferentes nas propriedades:

> *Tenho pouca agrofloresta, implantei um pouco, mas a gente chega à conclusão que devemos deixar vir ao natural (Entrevistado D).*

> *Estou deixando vir espontaneamente a vegetação, pois minha propriedade é pequena e estreita e os meus viveiros são de mata natural bastante sombreada pelas divisas [...] já a propriedade que arrendo é uma área mais aberta e implantei um pouco de Acácia Negra que é uma árvore mais pioneira e mais rápida e algumas arvores nativas (Entrevistado F).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Os sistemas agroflorestais, para Bertazzo (2009), são modelos produtivos em que há o consórcio de várias espécies produtivas, como árvores frutíferas, e para extração de madeiras que também produzem sombra e proteção dos ventos.

A agricultura orgânica, biodinâmica e o sistema de agrofloresta diferencia as propriedades dos sócios produtores da Ecocitrus tornando-se referência na região. Além disso, orienta-se por uma filosofia de trabalho fundamentada nos princípios da agroecologia, atuantes no movimento orgânico, atendendo o mercado local e regional com alimentos saudáveis e de qualidade, sem fertilizantes, pesticidas, agrotóxicos, adubos químicos artificiais e, principalmente, a conscientização do uso racional dos recursos naturais e do solo.

Para Altieri e Nicholls (2003), a ideia de agricultura orgânica é que os agricultores baseassem a produção no uso de rotação de culturas, resíduos culturais e orgânicos, adubação verde, dejetos orgânicos de fora da propriedade e aspectos de controle biológico de pragas, plantas daninhas e doenças.

Dessa forma, os agricultores procuram aperfeiçoar suas práticas e o manejo da produção por meio da utilização de sistemas biodinâmicos e de agroflorestas, com a utilização de biofertilizantes, biomassa, composto orgânico, adoção de tecnologias para controle de pragas e doenças.

> *Minha propriedade não é toda orgânica porque tem uma etapa que é biodinâmica, na verdade estou tentando deixar toda biodinâmica. No citrus estou fazendo essa aplicação e acredito que ficarão quase 100% biodinâmica (Entrevistado D).*
>
> *Minha propriedade é 100% orgânica e biodinâmica, tenho a Certificação Demeter (Entrevistado E).*
>
> *Os pomares e as demais árvores frutíferas são 100% orgânica, o único problema é que tenho a integração, o aviário, embora temos um projeto e estamos planejando a comercialização de aves (Entrevistado G).*

A agricultura orgânica, segundo Altieri e Nicolls (2003, p. 142), refere-se “a um sistema de produção cujo objetivo é manter a produtividade agrícola, evitando ou reduzindo significativamente o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas”. Já para Gliessman (2005), a agricultura do futuro deve ser sustentável e produtiva, promover uma nova concepção da agricultura e do desenvolvimento agrícola, além de se fundamentar na ciência da agroecologia e ser definida como a aplicação de

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

conceitos e princípios ecológicos na representação e no manejo de agroecossistemas sustentáveis.

A região Vale do Caí, segundo dados obtidos com a pesquisa realizada por Bertazzo (2009), caracteriza-se pela especialização em citricultura e constitui-se em monocultura. Tem a sustentabilidade de seus pomares de citros em modelos agroflorestais, os quais são refletidos nos modelos desenvolvidos pela natureza e baseados na biodiversidade.

Um dos aspectos evidenciados com as narrativas dos entrevistados é que a cooperativa e seus produtores se organizam, planejam e têm perspectivas de projetos para mudar a realidade da região, desenvolvendo e diversificando suas propriedades, investindo no consórcio de frutas, em empreendimentos como aviário, agroindústria, turismo rural para, assim, expandir novos mercados. Todavia, muitas vezes percebe-se que a cooperativa não consegue desprender-se totalmente da lógica de monocultura da região, por mais inovadora que seja, e acarreta problemas na comercialização.

Com relação a investimentos na agricultura orgânica, constatou-se a utilização de financiamentos por parte dos agricultores para aplicações em infraestrutura, implementos agrícolas, mudas frutíferas, transporte, empreendimentos e projetos, em torno de 20% a 50%, conforme se constatou com os depoimentos:

> *Estou pagando o financiamento do trator, das construções na propriedade, pois estou melhorando e arrumando os alojamentos, é investimento na propriedade, também investi no aviário [...] eu acho que investi uns 20% no aviário, 30% no turismo rural e 50% o citrus (Entrevistado C).*
>
> *Na verdade estou usando o custeio, financiei esse ano R$ 11.800,00 para pagamentos de mão de obra e investimentos na propriedade (Entrevistado F).*
>
> *Estou investindo em mudas frutíferas e ano que vem vou investir em goiaba, mas estou investindo de 15% a 20% na agricultura orgânica (Entrevistado G).*

Esses depoimentos evidenciam que alguns agricultores, embora priorizem projetos de desenvolvimento, são cautelosos em relação a financiamentos e avaliam a viabilidade destes investimentos. Alguns produtores buscam recursos através do

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF[15]) nas modalidades de custeio e investimentos. Eles são utilizados para ampliações na infraestrutura da propriedade e implementos; em novos empreendimentos, como turismo rural e agroindústria: na diversificação da produção por meio de novas culturas e frutas; em projetos para a expansão da cooperativa, como a criação de frangos; e em pagamentos de mão de obra especializada: *"tem um projeto, não sei quanto vai custar ainda, seria um aviário para 300 galinhas caipira e vamos iniciar este ano, assim não ficamos somente dependendo do citrus"* (Entrevistado D).

Segundo Schultz (2006), os projetos de investimentos voltados para a agricultura orgânica se apresentam com melhores oportunidades de mercado e começam a delinear algumas soluções para viabilizar financeiramente as propriedades rurais, passando pela estratégia da diversificação de atividades.

Dessa forma, a cooperativa, juntamente com seus associados, busca estratégias de diversificação de atividades que fomentem a inovação, o desenvolvimento, a produção de alimentos orgânicos e a sustentabilidade das propriedades: *"temos um projeto, um grupo de 6 produtores sócios da cooperativa trabalhando e vendo a viabilidade de diversificar estas propriedades com a comercialização de aves"* (Entrevistado G).

No que se refere à renda oriunda da agricultura orgânica percebe-se que ela contribui em torno de 30% a 80% sobre a renda total da família e as demais atividades, como um complemento. Porém para um dos entrevistados a renda proveniente da agricultura orgânica é um complemento: *"hoje a contribuição do orgânico seria somente uns 30% (citrus e hortaliças) e o restante 70% vem da agroindústria*" (Entrevistado E).

> *O turismo pode chegar até R$ 5 mil, mas isso depende, pode variar de ano em ano [...] mas acho que o turismo é uns 20% e a agricultura orgânica uns 80% (Entrevistado B).*

[15] PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que""financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais e menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safr, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários" (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *É muito difícil dar um percentual porque é uma propriedade integrada com o orgânico e o turismo rural, somente a parte da integração que não seria, e eu acho que uns 30% do aviário, o restante seria agricultura orgânica (Entrevistado C).*
>
> *50% agricultura orgânica e os outros 50% outras rendas, como o trabalho na cooperativa, se bem que assim sustentabilidade é possível (Entrevistado D).*
>
> *Hoje em torno de 65% da minha renda vem da agricultura orgânica (Entrevistado F).*
>
> *60% é agricultura orgânica, porque toda a propriedade é agricultura orgânica. Posso dizer aproximado em relação ao citrus 60%, a minha esposa trabalha no aviário e me ajuda na lavoura, mas na integração seria uns 35%, e na cooperativa trabalho uma média de 35/40 horas mensais, o que seria uns 5% (Entrevistado G).*

Constatou-se, com os depoimentos dos agricultores, que o custo com a lavoura teve uma diminuição significativa, principalmente após a implantação do sistema biodinâmico e de agrofloresta pelo fato de as despesas para subsidiar a produção estarem basicamente na mão de obra, gerando, portanto, uma rentabilidade expressiva.

A renda proveniente de outras atividades como turismo rural, aviário e agroindústria, assume papel importante para a diversificação de atividades nas propriedades e investimentos na agricultura orgânica, além de gerar alternativas viáveis, ganhos para os agricultores e, principalmente, manter a sustentabilidade das propriedades garantindo a economia da cadeia produtiva.

6.2 Diversificação econômica

Com relação à categoria diversificação econômica, buscou-se primeiramente entender os aspectos intrínsecos na comercialização de orgânicos por meio das narrativas dos agricultores. Constatou-se que alguns dos entrevistados possuem outros canais de comercialização, como feiras e escolas; *"entrego meu produto para a alimentação escolar no município de Tupandi para creches e escolas, em torno de*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

15 a 20 caixas mensais [...] entrego limão, bergamota, laranja e banana" (Entrevistado B).

> *Comercializo em feiras, recebo encomendas dos produtos feitos na agroindústria, como pães, cucas, doces, bolacha para festas, reuniões, vizinhos e escolas [...] tenho essa banca na feira que vendo os produtos da agroindústria que é da agricultura familiar, não são produtos orgânicos e sim um produto artesanal, mas tem as hortaliças e o citrus, acho que de toda a colheita uns 5% de citrus e também comercializo o suco da cooperativa e produtos de outras cooperativas e associações, compro e coloco um percentual em cima para revender (Entrevistado E)*

Altieri (2002) ressalta que a agricultura orgânica, por ser mais sustentável, traz alguns desafios. No que tange ao desafio econômico, deve-se considerar a agricultura como uma atividade capaz de gerar produtos com uma agregação de valor superior.

A agregação de valor a um produto, para Vilckas e Nantes (2007), refere-se à busca pela diversificação, que se tornou uma questão fundamental para os agricultores, pois, através dela podem permanecer e alcançar novos mercados, tornando o empreendimento competitivo. No entanto, no ambiente rural, são poucas as tentativas de agregação de valor por ser um processo lento e um desafio para o agricultor. Já Altieri (2002) salienta que o desafio estará em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios e que apresentem produtividade compatível com os investimentos e mecanismos que garantem a competitividade do produto agrícola no mercado e, assim, garantem a economia da cadeia produtiva e a qualidade do produto.

A diversificação nas propriedades, tanto em produção, quanto em empreendimentos em outras formas de comercialização, é uma estratégica adotada pelo grupo de agricultores, sendo uma finalidade minimizar perdas e desperdícios na produção para, assim, terem outras rendas e não dependerem somente da produção de citrus. Dessa forma, os agricultores agregam valor ao seu produto e promovem a agricultura sustentável. Altieri (2002), afirma que, para existir uma agricultura sustentável, esta deverá estar ancorada na manutenção da produtividade e lucratividade das unidades de produção e deve minimizar impactos ambientais.

Um dos entrevistados mantém um aviário com o abate de frangos de corte para a comercialização com a Frangosul, no município de Montenegro. Este

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

agricultor se questiona em relação a sua certificação Demeter, por ser antagônica a existência da integração na propriedade, embora tenha salientado que já mantinha a mesma antes de fazer parte do quadro de associados da Ecocitrus. Entretanto, com o projeto do grupo de associados para a implantação de aviários em algumas propriedades este agricultor iniciará a comercialização do abate de frango orgânico.

A cooperativa, portanto, diversifica e proporciona outro segmento de mercado, além de estar contribuindo para uma agricultura sustentável e o equilíbrio da natureza. Cultivar espécies de animais e vegetais torna-se importante para os agroecossistemas.

Embora a diversificação econômica seja fundamental para o agroecossistema sustentável, a organização também deverá buscar estratégias genéricas mais simples para manter um posicionamento de valor perante o mercado. Porter (1999) salienta que as estratégias genéricas classificam-se em três categorias: diferenciação, que consiste em procurar projetar uma forte identidade própria para os serviços ou produto; liderança em custo, que significa oferecer produto ou serviço mais acessível; e foco, que consiste em selecionar um nicho no mercado e dominar recursos para explorá-lo da melhor forma possível.

Percebe-se, no entanto, que a cooperativa deverá melhorar suas estratégias de diversificação, direcionando suas ações para o produto, investimentos em planejamento e desenvolvimento e enfoque no custo do produto, pois os agricultores procuram com a diversificação nos produtos maiores rentabilidades, ou seja, uma economia de escopo, como alternativas para expandir novos mercados.

Com relação à categoria utilização de mão de obra familiar, constata-se nos depoimentos que existe uma variação de 25% a 97%, embora, conforme já salientado anteriormente pelos entrevistados, durante a safra solicitem o trabalho da equipe técnica da cooperativa e, quando necessário, diaristas especializados devido à grande demanda da produção e também porque a mão de obra familiar em algumas propriedades é escassa.

> *Creio que são 97% é agricultura familiar. No ano passado, em toda a produção que eu colhi 22 dias operando com uma pessoa e esse ano só foram 5 dias (Entrevistado B).*
>
> *A mão de obra familiar em percentuais eu diria uns 90% (Entrevistado C).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *A mão de obra familiar sou eu, meu genro e os pais dele, isso dá uns 30% (Entrevistado D).*
>
> *Hoje a mão de obra familiar em percentuais seria 25%, pois é somente eu, minha esposa trabalha na agroindústria e minhas filhas estudam, embora ajudam na feira nos finais de semana (Entrevistado E).*
>
> *Seria 50% mão de obra familiar (Entrevistado F).*

Os agricultores frequentemente conciliam a mão de obra familiar com a contratada, temporária ou permanente. Segundo Schneider (1999), a carência de pessoas na agricultura familiar ocorre na medida em que os filhos não estão na idade de participar das atividades agrícolas, a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo, quando há predominância de idosos ou quando a propriedade pratica alguma atividade produtiva que necessite de muitas pessoas.

Constatou-se com os depoimentos que a disponibilidade de mão de obra proveniente da agricultura familiar na produção de orgânico em algumas propriedades é fortalecida pois os serviços são realizados pelos filhos, genro, esposa, o que ocasiona a redução dos custos de produção e a sazonalidade com mão de obra evitando a terceirização do trabalho e incentivando a especialização, o uso de novas tecnologias e a permanência da geração futura na agricultura.

Já em outras propriedades a escassez do núcleo familiar na produção tem reflexos negativos quando se refere à continuidade do trabalho no meio rural, o que gera preocupação por parte desses agricultores quanto à sustentabilidade dessas propriedades.

No que tange à diversidade de fontes de renda familiar proveniente da agricultura, de acordo com os depoimentos varia de 30% a 80% e em torno de 9% a 70% a receita originária de outras fontes de trabalho, tais como turismo rural, agroindústria, aviário, aposentadoria como agricultor e cargos administrativos na cooperativa.

> *A renda da agricultura eu diria 80% (Entrevistado B).*
>
> *Hoje 30 % da renda são da agricultura (citrus e hortaliças), o restante 70% é da agroindústria (Entrevistado E).*
>
> *Somente o citrus é renda da agricultura em torno de 65%, aposentadoria da esposa uns 9% e cargo na cooperativa uns 26% (Entrevistado F).*
>
> *A renda da agricultura eu diria 70% (Entrevistado G).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Segundo os depoimentos dos entrevistados, a agricultura é a principal atividade econômica e fonte de renda. Entretanto, alguns agricultores, com a finalidade de diversificar e melhorar seus rendimentos, realizaram empreendimentos que utilizam os produtos cultivados na própria propriedade Por exemplo, o agricultor produz o citrus, hortaliças, caqui, abacate, banana, entre outros, sendo vendidos em feiras, utilizados na fabricação dos alimentos da agroindústria, no turismo rural para consumo dos visitantes durante a estadia na pousada, no cargo administrativo desempenhado na cooperativa com a finalidade de organização das propriedades, produção e inovação.

A principal fonte geradora de receita para os produtores é o citrus. Entretanto, devido às situações climáticas e supersafra, que originaram o empobrecimento e endividamento de alguns agricultores, estes buscaram na diversificação de suas propriedades outras formas de rendas para que não ficassem somente na dependência do citrus.

Todavia, a diversificação das propriedades, a utilização da mão de obra familiar e a heterogeneidade de renda proveniente da produção agrícola, contribuem para novas oportunidades de mercado, melhores rendimentos para o agricultor e redução de custo com a contratação de diaristas para o trabalho. Estratégias que os agricultores buscam para o desenvolvimento da agricultura familiar e a viabilização da sustentabilidade de suas propriedades. Além disso, com a produção de alimentos saudáveis, um solo mais rico e equilibrado, proporciona melhor qualidade de vida aos agricultores, principalmente, quanto a aspectos relacionados a alimentos com nutrientes balanceados e isentos de contaminantes químicos.

A produção agrícola ecologicamente equilibrada e a diversificação das propriedades poderão ser economicamente viáveis quando o agricultor realizar ações que contribuam para a diminuição de perdas na produção, a redução de custos e a manutenção de um melhor aproveitamento dos recursos. Além disso, as crescentes mudanças no meio rural, através de novas atividades, empreendimentos e urbanização do campo, proporcionam uma remuneração significativa e o bem estar dos agricultores.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

6.3 Autonomia tecnológica e produtiva

Com relação ao índice autonomia tecnológica e produtiva, foram analisados os seguintes indicadores: relação entre os insumos externos e internos no que se refere a percentuais de dependência externa, treinamento específico na produção orgânica e se os agricultores realizam experimentos e participam em projetos de investigação científica.

No que tange ao indicador relação entre os insumos externos e internos constatou-se com os depoimentos que os produtores possuem dependência externa quando se refere à adubação verde, ao composto e aos preparados biodinâmicos, variando de 95% a 100%. Já quanto aos insumos internos variam de 5% a 100%: *"minha dependência é 100% insumo interno, pois o composto para a horta e os preparados biodinâmicos é realizado em minha propriedade e distribuído, pois tenho a certificação Demeter de biodinâmica"* (Entrevistado E).

Os agricultores utilizam em suas propriedades insumos como o cobre, a cal, a calda bordaleza e a sulfocáustica, o composto sólido e líquido produzido e subsidiado pela cooperativa (usina de compostagem), adubo orgânico, biofertilizante e, quando existe a necessidade, o esterco de galinha, o qual segundo relato de um dos entrevistados, tem a permissão para utilização pelo Instituto Biodinâmico.

> *Necessito o composto sólido e líquido, o chorume, mas pouca coisa, não sendo muito representativo. Como faço adubação verde comprei no último inverno semente de aveia, aveia de velhaca, azevem, sulfato de cobre, cal, sulfato de zinco e manganês isso não chegou a R$ 1.000,00. No momento não faço nada de insumo interno e não trabalho com a biodinâmica (Entrevistado F).*

Os insumos biodinâmicos são produzidos em uma das propriedades de um dos associados da cooperativa, a qual possui a Certificação Demeter e o local para a fabricação dos preparados biodinâmicos como a sílica, o chifre seco e a cavalinha. No momento existem 13 famílias envolvidas no movimento da agricultura biodinâmica, sendo sócios e agricultores da localidade interessados no movimento orgânico. Para tanto, são realizados encontros e reuniões mensais.

> *No grupo participam sócios e alguns agricultores, sendo elaborados todos os preparados biodinâmicos, e temos uma reunião mensal com o grupo de*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *agricultura biodinâmica na qual planejamos todas as atividades mensais e discutimos as melhores aplicações do insumo (Entrevistado B)*

Com os depoimentos dos entrevistados, percebeu-se que os agricultores vêm disseminando e articulando grupos locais para a transição à agricultura biodinâmica, a diversificação, a integração e a sustentabilidade das propriedades.

Altieri (2008) afirma que a necessidade de mudar a realidade do agricultor e regenerar a base de recursos das pequenas propriedades tem estimulado estudos, bem como a busca de novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura. Programas de desenvolvimento rural demonstram uma capacidade de compreender a natureza específica e diferenciada da pequena produção, promovendo experiências na geração e transferência de tecnologias rurais.

Mudar a realidade dos produtores rurais pode significar redefinir as relações dos agricultores familiares com a natureza. Segundo Schmitt e Tygel (2009), são um elemento-chave na transformação de suas relações com o mercado, e a ascensão aos meios de produção, como a terra, a água e a biodiversidade, e não envolvem apenas uma questão de justiça econômica, mas também uma dimensão ambiental.

Constatou-se que economicamente a utilização de insumos orgânicos e práticas biodinâmicas nas propriedades é viável, por ser baixo o custo de alguns insumos e não existir desperdício de recursos. Além disso, o agricultor, no momento em que preserva a vitalidade do solo, contribui para a produção de alimentos de melhor qualidade (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Em relação a treinamentos específicos na produção orgânica, a cooperativa proporciona a seus sócios e incentiva-os a participarem de cursos de formação em agroecologia, ética, política e trabalho, de moderação, e também cursos profissionalizantes como marceneiro, tratorista, soldagem, os quais são subsidiados pela Ecocitrus.

> *Fiz curso de agroecologia, participei de um encontro de turismo,da feira da MDA em Porto Alegre, outro encontro sobre sequestro de carbono, palestra na FIERGS com o ambientalista Jean-Michel Cousteau sobre recuperação do planeta (Entrevistado C).*

> *Fiz cursos de agroecologia e a cooperativa incentiva seus sócios a realizar outros cursos. No momento temos uma relação de como: tratorista, biodinâmica, soldagem, que são subsidiados pela cooperativa (Entrevistado D).*

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

> *Fiz curso de formação em agroecologia, curso fitoterápico, biodinâmica e no momento minha esposa, que também é sócia da cooperativa, faz um curso sobre ética, política e trabalho (Entrevistado G).*

Com a intenção de qualificar e proporcionar conhecimentos a seus associados, a cooperativa mantém cursos de capacitação para o agricultor tais como formação agroecológica, moderação, visualização para organizações, com a finalidade de preparar as pessoas para a organização, gestão e liderança, além de treinamentos de aperfeiçoamento.

Alguns cursos de capacitação são realizados com visitas de campo para troca de experiências. Seus sócios participam de um grupo regional para a discussão de questões relacionadas à organização e planejamento quanto à distribuição de composto nas propriedades, calibragem de pulverizadores, preparados biodinâmicos, manejo do solo e da produção, atividades rotineiras com relação à agricultura orgânica, agroecologia e sistemas de agrofloresta.

No que se refere ao indicador participação dos sócios em experimentos e projetos de investigação científica, a cooperativa assume seus espaços, tanto social quanto político, disseminando a agricultura orgânica, os sistemas de agroflorestas, biodinâmica e certificação para uma melhor compreensão destes produtores e da Ecocitrus. Desse modo, ela mesma vem se destacando no campo da investigação científica, com a participação em projetos de pesquisa junto a instituições de ensino, instituições e prefeitura.

> *Temos experimentos com o sistema agroflorestal e com a biodinâmica. O pessoal vem conhecer as propriedades, pois temos um projeto com relação ao desenvolvimento da agricultura biodinâmica, mas no momento o maior experimento na propriedade é a pesquisa da UFRGS em sistema agroflorestal (Entrevistado B).*

> *No momento não participo por falta de tempo, tem alguns experimentos sendo realizados nas propriedades. O último que participei foi em 2002/2005 com a UFRGS, era uma pesquisa para analisar os diferentes insetos existentes nos pomares orgânicos e nos convencionais (Entrevistado F).*

> *Temos uma pesquisa participativa com a USP e a Embrapa e outra com a UFRGS. Estamos trabalhando a aplicação de tricoderme para ver as reações em relação ao fungo com a proteção antagônica, que é muito forte no citrus. Realizamos uns isolados e os resultados da pesquisa estão sendo favoráveis (Entrevistado G).*

A parceria existente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) prevê experimentos nas propriedades, e são realizadas reuniões e

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

avaliações mensais das plantas, dificuldades encontradas, resultados positivos e negativos. Além disso, os produtores participam do desenvolvimento de projetos, tais como pesquisa participativa em citrus com a Embrapa, parcerias com prefeituras com o programa de hortas escolares e Emater/RS, estágios para universidades e escolas técnicas, visitas de grupos com agricultores, técnicos, universitários e estudantes, associação à Cooperativa sem Fronteiras, atuação na Associação Biodinâmica ABD SUL e parceria com o Instituto Morro da Cutia de Agroecologia.

Conforme os depoimentos dos entrevistados, as parcerias existentes são importantes para o desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas à produção orgânica, melhorias relacionadas a perdas, custos, alimentos saudáveis, combate a pragas e conhecimento de novas formas de manejo do solo e produção.

Além disso, as unidades familiares têm uma lógica voltada para a busca do desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados, fontes de renda e um melhor aproveitamento da mão de obra familiar. Assim, as propriedades buscam o equilíbrio do sistema agrícola, recuperando e enfrentando as perturbações externas que são expostas. Dessa forma, entende-se que o indicador autonomia tecnológica e produtiva agrega valor na analise da sustentabilidade da propriedade.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

7 CONCLUSÃO

No contexto do desenvolvimento sustentável, a agricultura orgânica pressupõe a mudança nas normas de produção agrícola, podendo resultar, também, em diferentes relações estabelecidas com o mercado e em formas diferenciadas de gestão das organizações de agricultores, aspectos estes fundamentais para a sustentabilidade dos sistemas orgânicos de produção. Portanto, a sustentabilidade da agricultura orgânica depende não somente das mudanças nas formas de produção, mas também das características e da gestão das organizações de produtores que atuam com produção orgânica.

Neste sentido, as incertezas dos produtores rurais em relação às mudanças tecnológicas e às práticas que buscam o aumento significativo na produção e, consequentemente, o comprometimento dos ecossistemas, originaram discussões em torno da sustentabilidade das propriedades.

Partindo da problemática existente em relação à produção ecológica e às práticas que buscam o desenvolvimento rural sustentável, esta dissertação buscou analisar a sustentabilidade de uma organização de agricultores que atuam com produção orgânica através de questões relacionadas ao mercado, à gestão organizacional e à produção.

O problema original desta pesquisa residia em qual a sustentabilidade de uma organização de agricultores que atuam com a produção orgânica. Para tanto, este estudo teve os seguintes objetivos específicos: descrever as relações estabelecidas pela organização de agricultores com o mercado, caracterizar as relações dos agricultores com a organização e analisar a sustentabilidade das propriedades que atuam com a produção orgânica utilizando como ferramenta indicadores focados na produtividade, estabilidade e resilência, sendo empregadas categorias e variáveis dentro da dimensão econômica. Assim, a análise da sustentabilidade do sistema Ecocitrus resulta a partir das discussões em torno das relações com o mercado, da gestão organizacional e da organização da produção.

Neste sentido, procurou-se argumentar que a produção orgânica pode ser uma forma de agricultura sustentável que permite uma relação diferenciada do agricultor com o seu sistema de produção, contribuindo para a sustentabilidade de sua propriedade através da adoção de um sistema que proporciona alimentos saudáveis e melhorias na qualidade de vida.

A cooperativa Ecocitrus é uma organização de agricultores que atua com produção orgânica que apresenta as características necessárias para a sustentabilidade das suas atividades. Essa constatação decorre, fundamentalmente, da análise das características estabelecidas pela cooperativa com o mercado, das relações com os seus sócios e das formas de organização da produção.

No que tange às características estabelecidas pela cooperativa com o mercado, constatou-se que ela estabelece suas estratégias conforme a demanda de produtos, ou seja, reage ao mercado, e se caracteriza pelo fornecimento a redes varejistas de fruta *in natura*, concentrando sua produção em diferentes variedades de bergamota e laranja. Embora sua produção seja realizada por sistema orgânico, essas frutas não mantêm diferenciação no mercado, sendo comercializadas por estas redes como convencionais.

No que se refere à comercialização e exportação do suco, este é entendido como uma estratégia de segmentação de mercado direcionada a satisfazer e atender às necessidades de seus consumidores e, também, como uma vantagem

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

competitiva, sendo um dos determinantes para a sustentabilidade econômica da cooperativa. Outra situação que se percebe é que as parcerias com outros agricultores, instituições e cooperativas promovem a ideia da socialização e de mercado justo, viabilizando a inclusão destes produtores no mercado.

Em suma, a cooperativa Ecocitrus, por ser uma organização que visa à coordenação de toda a cadeia produtiva de citros e também pela iniciativa dos agricultores na produção orgânica, responsabilidade socioambiental e uma gestão transparente, apresenta preocupações em relação ao mercado quanto à dificuldade encontrada com a comercialização de seu produto *in natura*. Torna-se necessária, portanto, uma melhor compreensão dos motivos para a distinção da margem de comercialização destes produtos em relação aos convencionais.

Quanto às relações com os seus sócios, verificou-se que é no contexto organizacional que essas relações são instituídas, contexto no qual tomam decisões, adotam formas de gestão participativa, estabelecem suas normas, modos de produção e forma de fazer agricultura. Constatou-se, também, que seu estatuto social está fundamentado nos princípios do cooperativismo e nos pressupostos da agroecologia, fomentando ações que proporcionam qualidade de vida e a sustentabilidade.

Além disso, a cooperativa, por ter uma representatividade local e regional devido ao seu trabalho inovador, ações para a inclusão dos agricultores, disponibilização de mão de obra especializada para as propriedades, estratégias de diversificação da propriedade, também procura contribuir para a realização de políticas públicas mais concretizadas no que se refere à produção orgânica.

Devido ao seu crescimento e inovações na sua estrutura organizacional, a cooperativa passou também a dar prioridade à gestão de pessoas, visando ao alcance de objetivos estratégicos, desenvolvimento e contratações de mão de obra qualificada, realização de treinamentos e aperfeiçoamentos, e não somente na gestão de produção de seus associados.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Assim, a percepção dos agricultores sobre aspectos pautados à gestão e o relacionamento com a cooperativa, conforme os discursos, evidenciam a priorização da participação de todos e um diferencial para a transparência do negócio. Embora as percepções sejam diferenciadas, as relações interpessoais acontecem de forma harmônica, priorizando o cooperativismo, o interesse de seus associados de maneira igualitária e democrática e a participação na região para o desenvolvimento sustentável.

Com referência à dimensão econômica, considerada na pesquisa, verificou-se por meio da análise da sustentabilidade das propriedades que os produtores da Ecocitrus possuem pequenas áreas para cultivo, existindo a predominância da monocultura em algumas propriedades, uma característica marcante na região do Vale do Caí. A atividade agrícola predominante nas propriedades é o citrus, principal fonte de renda, além de outros cultivos para a subsistência.

No que tange a sustentabilidade das propriedades sob o ponte de vista econômico, estas não são sustentáveis, pois a renda proveniente do citrus é pequena, fazendo com que os agricultores tenham outras fontes de rendas. No entanto, percebe-se que as propriedades estão na fase de crescimento econômico, diversificação na produção e de atividades, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local e da região. Todavia, os agricultores ressaltam que, embora visem gerar renda e novas oportunidades de mercado a priorização está na viabilização da sustentabilidade de suas propriedades, mantidas por meio da adoção de um sistema orgânico, do emprego do sistema de agroflorestas e dos preparados biodinâmicos.

Além disso, observa-se uma diminuição significativa no custo da lavoura, em torno de 70%, principalmente após a implantação do sistema biodinâmico e de agrofloresta, pelo fato de que as despesas para subsidiar a produção estarem basicamente na mão de obra, gerando, assim, uma rentabilidade expressiva.

No que se refere às formas de organização da produção pelos produtores associados da cooperativa, as propriedades estudadas são consideradas 100% orgânicas, possuindo certificação orgânica e biodinâmica (Demeter). Constata-se o

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

engajamento dos agricultores com o equilíbrio do solo e das plantas, com a recuperação da paisagem nativa e com a biodiversidade dos agroecossistemas.

Constata-se, ainda, que os produtores da Ecocitrus organizam-se, planejam e têm perspectivas de projetos para mudar a realidade da região, desenvolvendo e diversificando suas propriedades, investindo no consórcio de frutas e empreendimentos como aviário, agroindústria, turismo rural para, assim, expandir novos mercados. Todavia, muitas vezes a cooperativa não consegue desprender-se totalmente da lógica de monocultura da região por mais inovadora que seja, o que acarreta problemas na comercialização.

Entretanto, o mercado de orgânicos está em expansão, e a cooperativa possui dificuldades com relação à comercialização dos seus produtos de forma diferenciada. Assim, entende-se que a Ecocitrus deverá melhorar suas estratégias de negociação e de diversificação, direcionando suas ações para o produto, como investimentos, planejamento de custo e produção, pois os agricultores procuram em seus produtos maior rentabilidade.

Sob o ponto de vista ambiental compreende-se, que embora exista à predominância da monocultura nas propriedades, desfavorável para a biodiversidade, estas mantém sistemas agroflorestais e biodinâmicos, preservam a flora, a fauna, a mata nativa, o equilíbrio do solo, e, assim, visam qualidade de vida para os agricultores no que se refere a alimentos ricos em nutrientes, sem agrotóxicos e reconhecimento da agricultura orgânica, tornando-se dessa forma sustentáveis.

Por fim, com os resultados apresentados, compreende-se que o emprego de indicadores torna-se importante para a sustentabilidade dos sistemas orgânicos, pois o desenvolvimento de uma agricultura sustentável depende não somente dos aspectos ambientais, mas também dos sociais e econômicos. Assim, entende-se que os resultados deste estudo possam contribuir para que a cooperativa Ecocitrus tenha uma melhor compreensão e esclarecimento sobre a temática e também para que possa buscar alternativas para continuar competitiva no mercado.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Cabe ressaltar, todavia, que as considerações aqui realizadas não se esgotam e não podem ser generalizadas, já que a heterogeneidade e a complexidade de fatores referente à sustentabilidade organizacional e da agricultura podem variar de acordo com suas particularidades.

Quanto à delimitação do estudo, a dificuldade encontrada no cronograma da pesquisa deve-se ao agendamento das entrevistas com os agricultores devido à disponibilização de horários. Outra situação está relacionada à participação em responder aos questionamentos, existindo em um primeiro momento uma certa hesitação dos agricultores em participar da pesquisa devido ao fato de ser uma pessoa desconhecida em sua residência e por abrir informações relacionadas à renda familiar. Entretanto, logo após os diálogos, as entrevistas tornaram-se interessantes, e os discursos, as motivações e as explicações fornecidas pelos agricultores serviram de subsídios para as respostas às questões norteadoras do estudo.

Cabe instigar outras questões pertinentes à temática exposta nessa dissertação: como resolver a problemática das políticas públicas específicas para a produção orgânica? Como implementar estratégias que possam impulsionar a agricultura orgânica?

Além disso, estudos que contemplem outras dimensões da sustentabilidade, tais como a ambiental e a sociocultural, são importantes para serem realizados no âmbito das organizações de agricultura orgânica, assim como, pesquisas tendo como objeto de estudo a coordenação e gerenciamento dos sistemas agroalimentares orgânicos, envolvendo a análise das formas contratuais e de governança minimizadoras de custos de transação na cadeia produtiva de alimentos orgânicos.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

REFERÊNCIA

ALBERGONI, Leide. PALAEZ, Victor. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas. **Revista de Economia**. Universidade Federal do Paraná. v. 33, n. 1, p. 31-53, Jan/Jun. 2007. Disponível em:< http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/8546> Acesso em: 20 de abr.2010.

ALIGLERI, Lilian. ALIGLERI, Luiz Antônio. KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental e sustentabilidade do negócio.** São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Jalcione. Prefácio m. ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva as agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para a agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

_____; NICHOLLS, Clara. Agroecologia resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Revista Ciência e Ambiente.** v 27. p. 142-152. 2003.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva as agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ALVES, Humberto Sebastião; CAMARGO, Felipe Pires de; CAMARGO, Ana Maria Montragio Pires de; FILHO. Waldemar Pires de Camargo. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Revista Informações Econômicas.** v. 34, n. 2, p. 55-69. Fev. 2004.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Leearning, 2006.

ARNALDI. Cibele Ribeiro. PEROSA. José Matheus Yalenti. **Comercialização de produtos orgânicos em Botucatu- SP.** Sober. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. 2004.

ASSAD, Nancy Alberto. **As cinco fases da comunicação na gestão de mudanças: como aplicar o conhecimento na sustentabilidade corporativa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

AQUINO, Adriana Maria de. ASSIS, Renato Linhares de**.** Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia**. Ambiente e. sociedade. [online].**v.10, n.1, p. 137-150, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf. Acesso em: 20 de ab.2010.

BACKER, Paul de. **Gestão Ambiental: a administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1977.

BERTAZZO. Cláudio José. **A agricultura de base ecológica no COREDE Vale do Caí (RS).** 2009, 268f. Dissertação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Programa de pós-graduação em geografia. Presidente Prudente. 2009.

BRANDENBURG, Alfio, FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In RUSCHEINSKY, Aloísio, (org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 62-78.

BRASIL, Medida Provisória 2.166-67 de 24 de agosto de 2001. D.O.U. 25/08/2001. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm>. Acesso em: 28 de Abril de 2010.

_____,Lei Federal 4.771, de 15 de setembro de 1965. D.O.U 16.09.1965. In: MEDAUAR, O. (org.). **Constituição Federal, Coletânea de Legislação de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003a. Disponível em:<http://www.enge.com.br/lei4771_65.pdf> Acesso em 18 de janeiro. 2010.

_____, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003b. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=5114>. Acesso em 18 de abril. 2010.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003c. D.O.U. 03/07/2003c. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em:http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-10-696-02-07-2003.doc/view. Acesso em 18 de abril de 2010.

_____. AGENDA 21 BRASILEIRA. **Resultado da consulta nacional/Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da agenda 21 nacional.** 2ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____, AGENDA 21 BRASILEIRA. **Ações Prioritárias/Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da agenda 21 nacional.** 2ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

_____, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Decreto Nº 6323, de 27 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.** Disponível em: < http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=18357>. Acesso em 18 de abril de 2010.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Controle social. na venda direta ao consumidor de produto orgânico sem certificação.Secretaria de desenvolvimento e cooperativismo. Brasília: MAPA/ACS. 2008.

_____, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. D.O.U. 17/06/2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n^{os} 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga os dispositivos da Medida Provisória n^{o} 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n^{o} 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.**Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/_leis2009.htm.> Acesso em 18 de abril de 2010.

_____, BNDES – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Recursos não reembolsáveis.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Recursos_Nao_Reembolsaveis/>. Acesso em 10 de dez. 2010a.

BRASIL, BNDES – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Fundo Social.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Social/index.html. Acesso em 10 de dez 2010b>.Acesso em: 10 dez. 2010b.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUAINAIN, Márcio; BATALHA, Mário O. (coord.). **Cadeia produtiva de orgânicos -** Volume 5. Brasília: IICA, MAPA/SPA, 2007 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura).

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável; perspectiva para uma nova extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. V.1, p.16-37. n.1 Jan/Mar.2000.

_____. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. V.3, p.70-85. n.3 Jul/Set.2002.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____.Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In VELA, Hugo, (org). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural.. 2003. p. 157-191.

_____. Agroecologia: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. In RUSCHEINSKY, Aloísio, (org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre: Sulina, 2004a. p. 46-61.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/DATER – IICA. 2004b.

CHEMIN, Beatris Francisca. Manual da Univates de trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação. Lajeado: Univates, 2010.

CHERMAN, Andréa. TOMEI, Patrícia Amélia. Código de ética corporativa e a tomada de decisão ética: instrumentos de gestão em orientação de valores organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba. v.9, n.3, Jul/Set. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br /pdf/rac/v9n3/v9n3a06.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2010.

COBRA, Marcos. **Administração Estratégica do Mercado**. São Paulo: Atlas, 1991.

COMPANHIA. Nacional de Abastecimento. **CONAB. Lei 10.696 de 02/07/2003**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/ab3b7b53cfe2bb6c688ad672400a6a7a.pdf>. Acesso em 15 dez. 2010.

COMPANHIA. Nacional de Abastecimento. **CONAB. Lei 11.947 de 16/06/2009**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/ab3b7b53cfe2bb6c688ad672400a6a7a.pdf>. Acesso em 15 dez. 2010.

CONEJERO. Marco Antônio. Caldeira. Marina Aluísio. Neves. Marcos Fava. Fair Trade: o que é. Dimensões e como se habilitar para capturar valor. In: NEVES. Marcos Fava. (org.). **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia.** São Paulo: Atlas. 2007.

CORRÊA. Walquiria Kruger. FINATTO. Roberto Antônio. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica: o caso do município de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**. vol. 5, nº 2, p. 95-106. 2010.

COSTABEBER, José Antônio, GARRIDO, Fernando. Ação coletiva e transição agroecológica: uma análise de experiências associativas em agricultura ecológica. In. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2000, Universidade Federal de Santa Maria. **Anais**. Santa Maria. 2000.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In. FERNANDES, Bernardo Mançano,(org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 71-82.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

CRAVENS, David W. PIERCY, Nigel F. **Marketing estratégico**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

DAROLT, Moacir Roberto. **As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná.** 2000, 310f. Tese (doutorado), Universidade Federal do Paraná e Université Paris 7. Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2000.

_____. **Por que os alimentos orgânicos são mais caros**? (Publicado em 15/06/2001). Disponível em:< http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmais.htm>. Acesso em 13 nov. 2010.

DINIZ, Francisco José Lopes de Souza. **Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes no processo**. 1ª ed. Lisboa: Silabo, 2006.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DULLEY. Richard Domingues. SOUZA. Maria Célia Entrevistado Cs de. NOVOA. Adriana. Passado, ações presentes e perspectivas da associação de agricultura orgânica. **Revista Informações Econômicas**. São Paulo. vol.30, Nº.11, Nov. 2000. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=244. Acesso em 16 Dez. 2010.

ECOCITRUS. **Cooperativa de citricultores ecológicos do Vale do Caí.** Montenegro, 2010.

EGRI, Carolyn. PINFIELD, Laerence. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In. CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cintia; NORD, Walter R.; CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto C.; FISCHER, Tânia (org). **Handbook de estudos organizacionais.** 1ª ed.São Paulo: Atlas. 1998. p. 363-392.

ESTY, Daniel. WINSTON, Andrew. **O verde que vale ouro: como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva.** Rio de Janeiro: Elsevier., 2008.

FARIA, Antônio. Cooperativa de citricultores ecológicos do Vale do Caí, Ecocitrus, Montenegro/RS. In: FRANÇA, Cássio Luiz de. VAZ. José Carlos. PRADO, Ivan (org). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local.** São Paulo: Instituto Polis. 2002, p. 41-49. Revista Pólis. Publicações 40.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico: COREDE Vale do Caí.** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Ca%ED>.Acesso em 21 set. 2010.

FONSECA. Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **A Institucionalização do Mercado de Orgânicos no Mundo e no Brasil: uma interpretação**. 2005.Tese (doutorado).Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro. 2005

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

GLIESSMAN, Stephen R., **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª ed., Porto Alegre. UFRGS. 2005

GOMES. Carla C. Martoni Pereira. TROMBIN.Vinicius Gustavo. NEVES. Marcos Fava. BELTRESCHI. Beatriz. Fornecendo produtos para o comércio justo (Fair Trade): o caso da Manga Brasil. In: NEVES. Marcos Fava. CASTRO. Luciano Thomé (org.). **Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores de maneira sustentável e modernas cadeias produtivas.** São Paulo. Atlas. 2010.

IBD. Instituto Biodinâmico. **Certificações**. Disponível em: < http://www.ibd.com.br/Certificacao_Default.aspx?codigo=certif>. Acesso em 12 de dez. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Pesquisa. **Cidades**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 12 set. 2010.

_____. Censo Agropecuário 2006. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso em 15 set. 2010.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade socioambiental**. Disponível em:< http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 15 abr 2010.

JOHNSON, Pierre W. **Comércio justo e solidário.** São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

JUNIOR, Sabino da Silva Porto. SILVA, Everton Nunes da. **Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica**. Revista Economi\a Aplicada. Ribeirão Preto. v.10, Nº.3, Jul/Set.2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000300007>. Acesso em: 24 nov. 2010.

KOTLER. Philip. **Administração de** marketing: Análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Administração de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LACOMBE, Beatriz Maria Braga. CHU. Rebeca Alves. Políticas e práticas de gestão de pessoas; as abordagens estratégicas e institucionais. **Revista Administração de Empresas (RAE).** vol. 48, Nº 1. Jan/Mar. 2008. Disponível em:<http//:scielo.br/pdf/era/v48n1/v48n1a03.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2010.

LISBOA, Armando de Melo. Mercado solidário. In. CATTANI, Antônio David,(org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 183-192.

LOURENÇO. Mariane Lemos. **Cooperativismo e subjetividade: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária.** Curitiba: Juruá, 2008.

MADAETS. Jean Pierre. FONSECA. Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Núcleo de Estudo Agrários e Desenvolvimento rural (NEAD). Brasília. 2005.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

MACHADO. Melise Dantas. SILVA. Andréa Lago da. **Comercialização de produtos da agricultura familiar: uma análise exploratória no varejo**. IV JCEA. Campo Grande. MS. Out. 2004.

MALUF, Renato. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002 a., p.241-261.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1993.

MEIRELLES, Lércio. **A certificação de produtos orgânicos: caminhos e descaminhos.** Centro Ecológico Ipê, 2003. Disponível em: <centroecologico.org.br/certificação_participativa.php?id_categoria=8>. Acesso em 10 fev 2010.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável. In. CATTANI, Antônio David,(org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 76-84.

MUNIZ, José Norberto, STRINGHETA, Paulo César. **Alimentos orgânicos, produção, tecnologia e certificação.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Empresa psicopata versus empresa cidadã. **Revista de Gestão Social e Ambiental.** Porto Alegre. p. 19-29. Jan./Abr. 2007.

OCERGS. Sindicato e Organizações de Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. **Princípios do cooperativismo**. <Disponível em: http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/principios?format=pdf> Acesso em: 03 fev 2011.

PICINATTO. Antônio Carlos. OLIVEIRA. Luciana Corrêa de. GONÇALVES. Alexandre. GOMES. Marcos Affonso Ortiz. Distribuidoras internacionais de produtos orgânicos: demandas e possibilidades para as associações de agricultores orgânicos do Paraná. In: Sober – XL congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Jun. 2002. **Anais.** Passo fundo. 2002.

PORTER, Michel E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** Rio de Janeiro:Elsevier, 1986.

_____. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

_____. **Competição - on competiton: estratégias competitivas essenciais.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

REDE ECOVIDA, Rede Agroecologia Ecovida. Disponível em: < http://www.planetaorganico.com.br/trabschultz.htm>. Acesso em: 10 dez 2010.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum** Relatório da comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS. Stephen P. **Administração mudança e perpectivas.** São Paulo: Saraiva, 2003.

SACHS, Ignacy**. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. Prefácio m. VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 9-11.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** 6ª ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Pillar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná.** Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SCHMITT, Cláudia Job. TYGEL. Daniel. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. In. PETERSEN, Paulo (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHNEIDER. Sérgio. Agricultura familiar e pluriatividade.1999. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Universite Paris. Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre. 1999.

SCHULTZ, Glauco.RÉVILLION. Jean Philippe. GUEDES. Entrevistado F. Análise de aspectos estratégicos e financeiros relacionados ao processamento de produtos lácteos orgânicos por agroindústrias no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Administração**. UFRGS/EA/PPGA Edição Especial "O Futuro da Indústria do Rio rande do Sul". Porto Alegre. Nov. 2000.

_____. PEDROZO, Eugênio Ávila. NASCIMENTO, Luiz Felipe M. **As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou distribuição.** (publicado em 10/05/2002). Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabschultz.htm>. Acesso em: 10 dez 2010.

_____. **Relações como o mercado e a (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica.** 2006. 282f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em Agronegócios. Porto Alegre. 2006.

_____. GORGEN, Juliane. Agricultura orgânica na Região do Vale do Taquari/RS: análise da diferença de preços orgânicos e convencionais na cadeia produtiva de hortaliças. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 4. n 2. Nov. 2009.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

_____.BARDEN, Júlia Elisabete. LAROQUE, Luís Fernando. **Proposta metodológica para avaliação da sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural em propriedades rurais que atuam com sistemas orgânicos de produção agropecuária na região do vale do taquari, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Congreso latinoamericano y europeo en co-innovación de sistemas ostenibles de sustento rural. Minas. Uruguai. Abr. 2010.

_____. WAQUIL, Paulo Dabdab. MIELE, Marcelo. **O agronegócio do mundo e no Brasil**. (Material didático da disciplina "Mercados e comercialização de produtos agroindustriais" Curso EAD/UFRGS - Planejamento e gestão para o desenvolvimetno Rural – PLAGEDER). Porto Alegre: FCE/PLAGEDER/UFRGS. 2010.

SETUR. Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul. **Microrregiões Turísticas: Vale do Caí.** Disponível em <http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=2&mireg=21&fg=2>. Acesso em 20 out. 2010.

SINGER, Paul. Economia solidária. In. CATTANI, Antônio David, (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

STRAUSS, Anselm. CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ªed. Porto Alegre.:Artmed, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento segundo a corrente heterodoxa**.** In: ___. **Desenvolvimento econômico.** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA. Juliane Marques**. Percepção ambiental dos citricultores ecológicos da cooperativa Ecocitrus. Vale do Caí/S.** 2009. 135f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. 2009.

TAVOLARO, Sérgio, Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2000000100004&lang=pt>. Acesso em 20 mar. 2010.

TIBURCIO, Breno Aragão. VALENTE, Ana Lúcia O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). Revista de Economia Rural. Rio de Janeiro. Vol. 45. Nº 02. p. 497-519. abr/jun 2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/10.pdf>. Acesso em 24 nov. 2010.

VERGARA, Sylvia Constant **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro:Garamond, 2005.

VIEGAS. Isabel Fernandes Pinto. Comércio justo e segurança alimentar. Revista segurança alimentar e nutricional. Vol.17.p. 133-143. 2010. Disponível em:<

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

http://www.unicamp.br/nepa/san.php?pag=san_vol_17_1_artigo_12.php&PHPSESSID=dcb196a171ba48a477b9bd150bcf609b>. Acesso em 15 dez. 2010.

VILCKAS, Mariângela. NANTES, José Flávio Diniz. Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos. Revista Rurais & Agroindustriais. v. 9. n 1. Lavras. 2007. p. 26-37.

WANDER. Alcido Elenor. LACERDA. Ana Carolina Valadão. FREITAS. Fabiana Cosmi de. DIDONET. Agostinho Dirceu. DIDONET. Cláudia Cristina Garcia Entrevistado C. Alimentos orgânicos: oportunidades de mercado e desafios. **Revista de política agrícola.** Nº 2. abr./maio/jun. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Editora Bookman. 4ª ed. Porto Alegre. 2010.

ZADEK, Simon. A rota da responsabilidade empresarial. **Harvard Bussines Review**. Ag. 2004. Disponível em:< http://hbr.org/2004/12/the-path-to-corporate-responsibility/ar/1> Acesso em 10 abril 2010.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

ANEXO A – Certificação Instituto Biodinâmico

IBD INSTITUTO BIODINÂMICO

Caixa Postal: 321 - 18603-970 - Botucatu /SP
Fone / Fax: +55 (0) 14 6822 5066
ibd@ibd.com.br - www.ibd.com.br

SELO DE QUALIDADE
CERTIFICADO ORGÂNICO
IBD
INSTITUTO BIODINÂMICO
Marca para produtos de Agricultura Orgânica

YEAR CERTIFICATE

CONFIRMAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO PARA **ORGÂNICO**
CERTIFICATION CONFIRMATION FOR **ORGANIC**

THE IBD IS ACCREDITED BY IFOAM FOR PLANT PRODUCTION, PROCESSING, WILD PRODUCTS AND INPUT MANUFACTURING. THE IBD IS ACCREDITED EN 45011/ISO 65 BY DAP–GERMANY Nº DAP-ZE–3300.00/00 K99 AND IN COMPLIANCE WITH REGULATION EEC 2092/91

VALIDITY: MAY 01, 2001 TO MAY 01, 2002

Produto - Product	CITRUS
Cessionário - Cessionary	ECOCITRUS MONTENEGRO/ RS BRAZIL

ALL PRODUCTS ARE PRODUCED WITHOUT THE USE OF GENETICALLY MODIFIED ORGANISMS AND / OR ANY PRODUCTS DERIVED FROM SUCH ORGANISM.
THIS PRODUCT IS NOT OF BIODYNAMIC AGRICULTURE AND MAY NOT BE TRADED AS SUCH NOR AS DEMETER

O Instituto Biodinâmico confirma a certificação "orgânica" dos mencionados produtos para a safra de 2001. A nova confirmação para a safra de 2002 não é automática e dependerá de nova inspeção. **Para produtos de exportação este certificado somente terá validade acompanhado do certificado de exportação.**

The Instituto Biodinâmico confirms the certification as "organic" of the mentioned products for the 2001 harvest. The new certification for the 2002 harvest is not automatic and will depend on a new inspection. **For export products the certificate will only be valid when the export certificate is issued.**

Botucatu May 01, 2001.

PAUL ESPANION

IBD INSTITUTO BIODINÂMICO
Cx. Postal: 321 - 18603-970 - Botucatu / SP
Fone / Fax: +55 (0) 14 6822 5066
ibd@ibd.com.br www.ibd.com.br

IFOAM ACCREDITED

DAP-ZE-03.300-00-99-00

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APÊNDICE A – Termo de Consentimento

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa.
Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, se concordar assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:
Título do Projeto: Relações com o Mercado e a Sustentabilidade dos Sistemas Orgânicos na Região dos Vales
Pesquisador Responsável: Elisandra de Brito Farias
Telefone para contato: (51) 81667610

Descrição da pesquisa:

Esta pesquisa tem como objeto identificar as influências das relações com o mercado estabelecidas pelas organizações de agricultores que atuam com produção orgânica na sustentabilidade das propriedades. Buscar o entendimento das principais influências das relações de mercado instituídas pelas organizações de agricultores tem um papel fundamental na promoção da sustentabilidade junto a sistemas de produção. Assim, identificar tais influências por meio da percepção e significados atribuídos pelas organizações de agricultores poderá contribuir no conhecimento sobre sustentabilidade e também mostrar como os agricultores se relacionam, adotam suas estratégias de comercialização e por sua vez como adotam as suas práticas. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo descrever as relações estabelecidas pelas organizações de agricultores com o mercado, caracterizar as relações dos agricultores com as organizações e analisar a sustentabilidade das propriedades que atuam com a produção orgânica, utilizando como ferramenta de análise indicadores focados na produtividade, estabilidade e resilência, sendo empregadas categorias e variáveis dentro da dimensão econômica.

O trabalho justifica-se pela necessidade de pesquisar sobre agricultura orgânica por ser um tema que vem sendo debatido no Brasil há poucas décadas e ganhando importância por ser considerada como uma estratégia para os agricultores visando o alcance da sustentabilidade nas propriedades. Propor estudos sobre a agricultura de base ecológica por estar dentro de uma lógica de práticas menos agressivas ao meio também oportuniza estudar estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável. Além disso, compreender a diversificação e integração do sistema de produção e a adoção de práticas de manejo proporcionam melhores condições de controle de pragas, doenças e conservação dos recursos naturais, devido principalmente aos volumes comercializados e as relações estabelecidas com o mercado local.

A amostra da pesquisa será composta pelos gestores das organizações e agricultores nas Regiões Vale do Caí e Vale do Rio Pardo. Serão realizadas entrevistas em profundidade individualmente. Os dados obtidos das entrevistas

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

serão utilizados na dissertação e, posteriormente, será realizado um artigo para publicação.

O consentimento da participação dos entrevistados é dado à garantia de quaisquer esclarecimentos sobre os aspectos da pesquisa antes e durante o seu desenvolvimento. Além da garantia de que o pesquisado possa abandonar a pesquisa antes e durante o seu curso sem prejuízo para si e do sigilo assegurando a privacidade dos sujeitos, quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG_____, abaixo assinado concordo em participar da pesquisa e da divulgação das informações, sem nenhuma remuneração. Fui devidamente informado e esclarecido pelo(a) pesquisador(a) Elisandra de Brito Farias sobre a pesquisa, e procedimentos nela envolvidos.

Lajeado, ____ de _____de 2011

Assinatura: _____

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Objetivo específico 1: Descrever as relações estabelecidas pelas organizações de agricultores com o mercado

- Dados pessoais: Nome, idade, estado civil, escolarização/formação, cargo/função na organização/instituição.

- Total de propriedades e sócios na cooperativa.

- Descrição dos aspectos relacionados com os canais de distribuição quanto a volumes, produtos e preços, movimentação geral dos produtos no suprimento, produção e distribuição.

A) Canais de distribuição: Quais são os canais estabelecidos e motivos para a seleção desses canais (feiras, supermercados, restaurantes, compras governamentais, etc.)? Quais as estratégias e os canais de comercialização? Percepção sobre as diferentes formas de comercialização? Percentual atual de participação de cada canal? Como é realizada a entrega e comercialização dos produtos, freqüência da comercialização? Qual a avaliação das formas de comercialização? Qual a sua percepção sobre as outras formas de comercialização? Quais as dificuldades encontradas na comercialização dos produtos? Quais são os requisitos de mercado? O que determinada à oscilação na comercialização, caso exista? Na sua opinião, quais são as melhorias que poderiam ser realizadas na comercialização dos produtos?

B) Descrição das estruturas de suporte, sistema de transporte e armazenagem, assim como o manuseio dos produtos: Como é realizado o processo de armazenagem dos produtos? Existe algum tipo de embalagem especial para o acondicionamento das frutas?

C) Produto/volumes: Volume produzido e comercializado? Como é realizada a classificação e especificação dos tipos de produtos? Os produtos são

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

comercializados durante todo o ano ou as vendas são concentradas em determinados períodos?

D) Preço: Quais são as estratégias de preços? Como se relacionam com representantes, departamentos de vendas? Como são as negociações com os compradores? Como são realizadas as negociações comerciais, quem negocia? Quais as formas e controles dos pagamentos? Quais os preços médios recebidos pelos diferentes produtos? Como são estabelecidos/formados os preços dos produtos destinados à comercialização? Quais as referências de mercado utilizadas? Os produtos orgânicos possuem preços mais altos que os produtos convencionais? Em média qual o percentual de diferença? Na sua percepção, quais os motivos para a existência da diferenças de preços entre produtos convencionais e orgânicos?

E) Promoção: Como são feitas as promoções? Qual é o perfil dos consumidores? Realizam pesquisa de mercado? Quanto a propagandas existe veiculação (TV, rádio, jornais)? Realiza marketing direto, mala direta, como é realizada a divulgação dos produtos e da cooperativa?

F) Formas e controles dos pagamentos entre os agentes comerciais: Como é realizado o planejamento para atendimento das demandas (previsão das vendas) dos compradores? Como acontece a negociação com fornecedores/compradores? Existe algum sistema de parceria com fornecedores? Como é a relação com compradores e fornecedores? Possui algum tipo de contrato com fornecedores ou compradores? Quais as formas de controles dos pagamentos dos compradores e fornecedores? Qual a forma de comunicação com os compradores e fornecedores (telefone, e-mail, pessoalmente)?

G) Identificação das formas de operacionalização da produção, previsão das necessidades e gestão dos pedidos.

H) Relação com o mercado: Abrangência de mercado consumidores e concorrentes(principais)? Qual a importância que o mercado tem para a

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

organização? Quais as motivações para seleção da forma de relação com o mercado?

I) Identificação das normatizações e certificações: Qual a forma que utiliza para garantir a qualidade da produção orgânica (certificação, credibilidade local ou inserção em organização social)? O que determina a necessidade de certificação da produção orgânica? Quais são os aspectos que são considerados para certificar ou não a produção orgânica? Os custos? As normas? Os registros? Outros? Quais os custos para certificação dos produtos, caso exista? Quais são as principais exigências para certificar a produção como orgânica?

J) Identificação dos tipos e formas de transações com relação à utilização de contratos (formais e informais) e a coordenação das relações comerciais.

L) Identificação dos objetivos e perspectivas futuras: Quais os objetivos e as perspectivas com relação aos volumes de venda, preços e exigências tecnológicas para produção orgânica? Quais os principais objetivos e metas para os próximos anos, com relação à produção orgânica?

Objetivo específico 2: Caracterizar as relações dos agricultores com as organizações

- Dados pessoais e da propriedade: Nome, idade, estado civil, escolarização, número de membros na família, atividades agrícolas, tamanho da propriedade, local da propriedade e principais atividades geradoras de receita.

- Descrição dos aspectos relacionados à gestão, formas de relacionamento com os produtores, assistência técnica, participação dos produtores nas decisões, processos de tomada de decisão, definições estratégicas e operacionais, planejamento da produção, autonomia do produtor na produção e comercialização.
- Identificação dos regimentos internos e instâncias de deliberação.
- Identificação dos objetivos e perspectivas futuras.

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)

Objetivo específico 3: Analisar a sustentabilidade das propriedades rurais que atuam com produção orgânica.

- Descrição dos aspectos relacionados às propriedades agrícolas e aos sistemas produtivos, tais como: máquinas, equipamentos e serviços demandados pelos sistemas produtivos; tipo de mão de obra utilizada e quantidades, renda bruta anual.
- Descrição geral sobre as produtividades, rentabilidades (ganhos/lucros) e escalas de produção (oscila); tipos de produtos gerados e participação de cada atividade no total produzido.
- Caracterização da organização quanto a produtos, volumes de produção, área plantada, perfil dos agricultores, número de produtores, abrangência, infra-estrutura nas propriedades, instalações para processamento.
- Identificação da relação entre agricultura orgânica e convencional (% das áreas); Investimento na agricultura. orgânica (% do investimento total); Contribuição da renda oriunda da agricultura orgânica para a renda total (% com relação a renda total)
- Descrição dos canais de comercialização (quantidade e tipos); Mão de obra familiar (% da mão de obra total utilizada na agricultura orgânica); Diversidade/variedade de fontes de renda familiar (quantidade e % da renda da agricultura)
- Identificação da relação entre insumos externos e internos (% de dependência externa); Treinamentos específicos na produção orgânica (nº e tipo de cursos); Realização de experimentos e participação em projetos de investigação científica (existência e tipo de atividade)

BDU – Biblioteca Digital da UNIVATES (http://www.univates.br/bdu)